

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj QMB MOACIR FABIANO SCHMITT

**Exército Brasileiro e comunidades carentes: capacitação do
soldado como agente de legitimação das Operações de
Pacificação**



Rio de Janeiro
2014

Maj QMB MOACIR FABIANO SCHMITT

Exército Brasileiro e comunidades carentes: capacitação do soldado como agente de legitimação das Operações de Pacificação

Trabalho apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para o Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Militares.

Orientador: Professor Doutor Luís Moretto Neto

Rio de Janeiro
2014

S 355e SCHMITT, Moacir Fabiano.

Exército Brasileiro e comunidades carentes:
Capacitação do soldado como agente de legitimação
das operações de pacificação. / Moacir Fabiano
Schmitt. 2014.173 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

Bibliografia: f. 165-169.

1. Complexo do Alemão. 2. Exército Brasileiro. 3.
Operações de Pacificação. I. Título.

CDD 355.4

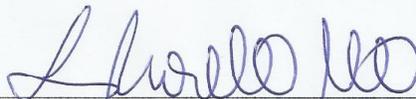
Maj QMB MOACIR FABIANO SCHMITT

EXÉRCITO BRASILEIRO E COMUNIDADES CARENTES: CAPACITAÇÃO DO SOLDADO COMO AGENTE DE LEGITIMAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como, requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 23 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA



LUIS MORETTO NETO – Prof Dr – Presidente
Universidade Federal de Santa Catarina



SERGIO LUIZ CRUZ AGUILAR – Prof Dr – Membro
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO – Prof Dr – Membro
Fundação Getúlio Vargas



Ciente _____
MOACIR FABIANO SCHMITT – Maj QMB – Postulante
Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

Agradeço a Deus e ao Nosso Senhor Jesus Cristo, por todas as graças concedidas na minha vida e pela minha condução

AGRADECIMENTOS

Ao Professores Doutores César Campiani Maximiano, Adriana Aparecida Marques, Ariela Diniz Cordeiro Leske, Major Rejane Pinto Costa, Valentina Gomes Haensel Schmitt, Celso Corrêa Pinto de Castro e Luís Moretto Neto pelo conhecimento transmitido, apoio, cordialidade, compreensão e profissionalismo nas aulas do curso de Mestrado, contribuindo não só para a realização desta pesquisa, como para o meu crescimento intelectual.

Ao professor Doutor Luís Moretto Neto, à professora Doutora Valentina Gomes Haensel Schmitt, meus orientadores, pela orientação dedicada e segura, por ter assumido o desafio de supervisionar meu trabalho e, principalmente, pela generosidade em compartilhar um pouco de seu brilhantismo intelectual, visão crítica e amor pelo nosso país.

Ao professores Doutores Sérgio Aguilar e Celso Corrêa Pinto de Castro, pela disponibilidade, compreensão e pelas críticas construtivas realizadas sobre o meu trabalho.

Aos companheiros do programa *Stricto Sensu* da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pelo convívio fraterno e cordial durante os dois anos do curso.

Aos meus pais, Moacir Schmitt e Maria de Lourdes Schmitt, minhas irmãs, Giselane Schmitt e Grazielle Curtipasse Schmitt, responsáveis pela minha formação e pelos valores morais transmitidos.

A minha namorada Helen, pelo amor e compreensão, alicerces fundamentais que me permitem a superação de desafios como este.

“... É graças aos soldados, e não aos sacerdotes, que podemos ter a religião que desejamos. É graças aos soldados, e não aos jornalistas, que temos liberdade de imprensa. É graças aos soldados, e não aos poetas, que podemos falar em público. É graças aos soldados, e não aos professores, que existe liberdade de ensino. É graças aos soldados, e não aos advogados, que existe o direito a um julgamento justo. É graças aos soldados, e não aos políticos, que podemos votar...”

(Trecho do poema “It Is The Soldier”, de Charles M. Province, veterano do Exército dos Estados Unidos, 1970)

RESUMO

Por volta das 15h do dia 25 de novembro de 2010, foram veiculadas e divulgadas, através de veículos das mídias, em redes nacionais e internacionais, as imagens impressionantes de centenas de traficantes armados com fuzis fugindo da Vila Cruzeiro e seguindo para o Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. O episódio tornou-se emblemático por simbolizar a retomada, pelo Estado, daquele território, até então dominado pelo poder do tráfico - uma espécie de “Estado paralelo” instaurado pela criminalidade na ausência do poder público. Nesse contexto, o Exército Brasileiro atuou como Força de Pacificação, coordenando operações no território do Complexo do Alemão, denominadas de “Operações Arcanjo”.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a capacitação do soldado do Exército Brasileiro e a sua consequência para a legitimidade da Força em Operações de Pacificação, enquanto empregada em Ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, investiga elementos centrais do processo de preparação dos soldados empregados na Operação de Pacificação, especificamente na Operação Arcanjo V, ocorrida nos anos de 2011 e 2012, segundo a percepção dos principais atores envolvidos na mesma.

Assim, o estudo avalia duas variáveis em profundidade: a adaptação da cultura organizacional dos militares que operam em comunidades carentes em território nacional e a legitimação da Força de Pacificação, em ações de GLO. Ademais, o trabalho analisa as características sociais, a cultura de massa e os processos de comunicação junto às comunidades carentes.

Dentre os elementos de destaque, são abordados as ideias e preconceitos que originaram os principais dogmas em relação às comunidades pobres, conforme conceituado por Valladares (2005), além da influência no comportamento dos soldados, da cultura organizacional do Exército Brasileiro e da consequência da mesma sobre as operações de pacificação nas comunidades carentes. São apresentados dados das Operações Arcanjo (2010, 2011 e 2012), junto ao Comando Militar do Leste, que são relacionados com a legitimidade desenvolvida nas populações do Complexo do Alemão durante as Operações Arcanjo. A legitimidade é aferida por meio de entrevistas com os principais líderes do Complexo do Alemão, assim como líderes das operações militares supracitadas.

Dentre os resultados encontrados, destacam-se a relevância de fatores considerados críticos para o sucesso (ou não) da missão, como a dominação legal, a dominação carismática, a instituição total e o belicismo.

Palavra-chave: Capacitação; Legitimidade; Operações de Pacificação; Exército Brasileiro; Complexo do Alemão.

ABSTRACT

At about 3 p.m. of November 25, 2010, it was broadcasted on national and international television station, the stunning pictures of hundreds of drug dealers armed with rifles running in the city of Rio de Janeiro from Vila Cruzeiro to Complexo do Alemão. The episode became a symbol, marking the State's territory resumption, hitherto dominated by the power of trafficking - a kind of "parallel state" established by the crime in the absence of government. The Brazilian Army has acted as a Peacekeeping Force and carried out operations in Complexo do Alemão, known as "Arcanjo Operations".

This research aimed at analysing the Brazilian Army soldier capacity building and its consequence for the legitimacy of Peacekeeping Operations, while employed in Military Policy Law and Order(L&O) Operations in the democratic state of law. In this sense, this study evaluated the central elements of soldier formation employed in Peacekeeping Operations, especially in Arcanjo V Operation, occurred in 2011 and 2012, according to the perception of the main actors involved in it.

In this sense, this study promotes an in depth analysis of two variables:military organizational culture adaptation in underserved communities within the country and the legitimation of Peacekeeping Force, during Military Policy Law and Order (L&O) Operations. Moreover, this study examines the social characteristics, popular culture, and communication processes within underserved communities.

Among the high lighted elements, there were addressed ideas and prejudices that originated the dogmas related to poor communities, as conceptualized by Valladares(2005), besides the influence on soldiers' behavior, the Army organizational culture and its influence on Peacekeeping Operations in poor communities. The study presents data from Arcanjo Operations (2010, 2011 and 2012) obtained with the Military Command of the East, in Rio de Janeiro. This data are related to the legitimation developed in slums residents during the "Arcanjo Operations". The legitimation is evaluated through interviews with the main leaderships in Alemão Complex , as well as with the leaders of the aforesaid military operations. The results high light the importance of some critical aspects of achieving

mission success, such as the legal domination, the charismatic domination, the total institution and the warmongering.

Key words: Capacity building; Legitimation; Peacemaking Operations; Brazilian Army; Alemão Complex.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propaganda psicológica (produto honra).....	83
Figura 2 - Propaganda psicológica (produto dever).....	84
Figura 3 - Propaganda psicológica (produto liderança).....	84
Figura 4 – Propaganda psicológica (produto coragem).....	85
Figura 5 – Propaganda psicológica cinza	86
Figura 6 – Integrantes da equipe de segurança de área	102
Figura 7 – Propaganda da organização criminosa Comando Vermelho.....	102
Figura 8 – Contra propaganda realizada na operação Arcanjo I.....	103
Figura 9 – Cocaína empacotada na central de produção	104
Figura 10 – Estrutura Comando Vermelho.....	105
Figura 11 – Protesto orquestrado pelo Comando Vermelho.....	110
Figura 12 – Estrutura dos alojamentos Arcanjo I.....	120
Figura 13 – Panfleto do disque denúncia distribuído nas operações Arcanjo.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO	Ação Cívico Social
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BFEsp	Batalhão de Forças Especiais
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BIPqdt	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BIMtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
Bda Op Esp	Brigada de Operações Especiais
CComSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CEP	Centro de Estudos de Pessoal
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CML	Comando Militar do Leste
COTER	Comando de Operações Terrestres
Com Soc	Comunicação Social
CORE	Coordenação de Operações Especiais da Polícia Civil
CV	Comando Vermelho
C 45-1	Manual de Comunicação Social do Exército
C 45-4	Manual de Operações Psicológicas do Exército Brasileiro
DOFEsp	Destacamento Operacional de Forças Especiais
Dst Op Psc	Destacamento de Operações Psicológicas
DCI	Divisão de Contra Inteligência
D33-M-10	Manual de Garantia da Lei e da Ordem do Ministério da Defesa
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EsSA	Escola de Sargentos das Armas
EB	Exército Brasileiro
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)
FATD	Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar
FA	Forças Armadas

F Opn	Força Oponente
FT	Força Terrestre
FUSEx	Fundo de Saúde do Exército
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GC	Grupo de Combate
OM	Organização Militar
ONGs	Organizações Não Governamentais (ONGs)
PCC	Primeiro Comando da Capital
PM	Polícia Militar
PINO	Pena Indiferença Nojo Ódio
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
SisComSEx	Sistema de Comunicação Social do Exército
SAGMACS	Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica aplicadas aos Complexos Sociais
STF	Supremo Tribunal Federal
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 O Problema	18
1.2 Objetivos	20
1.2.1-Objetivo geral.....	20
1.2.2-Objetivos específicos.....	20
1.3 Suposição.....	21
1.4 Variáveis.....	24
1.5 Delimitação do estudo	25
1.6 Relevância do estudo	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1- O espaço.....	28
2.1.1- A origem das favelas no Estado do Rio de Janeiro.....	28
2.1.2 - A transição para as ciências sociais e a valorização da favela.....	31
2.1.3- A favela sob a ótica sociológica.....	33
2.1.4- A “favela virtual” e os interesses na permanência dos dogmas.....	35
2.1.5- O poder ideológico exercido pelas classes dominantes e a manutenção dos dogmas em relação às favelas.....	36
2.1.6- O Complexo do Alemão.....	37
2.1.7- Aspectos sociológicos do Complexo do Alemão.....	39
2.2 A Cultura do Exército Brasileiro.....	43
2.2.1- A consciência coletiva segundo Durkheim.....	43
2.2.2 – A origem da cultura organizacional do Exército Brasileiro.....	44
2.2.3 – Exército Brasileiro: Instituições total.....	53
2.2.4- A hierarquia e disciplina através da dominação tradicional.....	60
2.2.5- A dominação legal.....	63
2.2.6- O Carisma do comandante no Exército Brasileiro.....	74
2.3 A capacitação e a legitimação	76
2.3.1- O conflito da cultura organizacional belicista e o desafio da	

segurança pública.....	76
2.4- A Comunicação.....	77
2.4.1- O Sistema de Comunicação Social no Exército Brasileiro.....	77
2.4.2- O militar como elemento da Comunicação Social.....	78
2.5- A comunicação nas Operações Arcanjo.....	79
2.5.1.- O emprego das Forças de Pacificação em comunidades carentes e as Operações Arcanjo.....	79
2.5.3- A preparação dos militares do Exército Brasileiro empregados na Operação Arcanjo V.....	81
2.5.4- A propaganda psicológica na Operação Arcanjo V.....	81
2.5.5- O efeito do comportamento do soldado sobre a população.....	87
3 METODOLOGIA	90
3.1 Tipo de pesquisa	90
3.2 Universo e amostra	93
3.3 Coleta de dados	94
3.4 Limitações do método.....	94
4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE	96
4.1 Contextualização.....	96
4.1.2 A presença do Estado e a estrutura econômica.....	101
4.2 Cultura.....	106
4.2.1 Cultura do Exército: o Fuzil.....	106
4.2.1.1 O convívio com a desordem.....	106
4.2.1.2 O convívio com a impunidade.....	108
4.2.1.3 O <i>Ethos</i> da masculinidade.....	110
4.2.1.4 A legalidade do “mundo militar”.....	111
4.2.1.5 O entendimento do “mundo civil”.....	113
4.2.1.6 Hierarquia, disciplina e liderança.....	115
4.2.1.7 O sistema de vigilância	122
4.2.1.8 O inimigo a ser caçado.....	126
4.2.2 Cultura da Favela: a Cruz.....	129
4.2.3 O Fuzil e a Cruz: poder militar e poder divino no Complexo do Alemão.....	135
4.3 Capacitação e legitimação.....	137
4.3.1 Capacitação.....	137
4.3.2 Legitimação.....	144

4.4 Comunicação.....	147
4.4.1 Comunicação com a sociedade.....	147
4.4.2 Comunicação com a comunidade carente.....	149
5. CONCLUSÃO	154
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165

1 INTRODUÇÃO

Por volta das 15h do dia 25 de novembro de 2010, foram veiculadas e divulgadas, através de veículos das mídias eletrônicas, em rede nacional, as imagens impressionantes de centenas de traficantes armados com fuzis fugindo da Vila Cruzeiro e seguindo para o Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. O episódio tornou-se emblemático por simbolizar a retomada, pelo Estado, daquele território, até então dominado pelo poder do tráfico, uma espécie de “Estado paralelo” instaurado pela criminalidade na ausência do poder público.

De acordo com Schmitt (2012), naquela ocasião, o Batalhão de operações Especiais (BOPE), a Coordenação de Operações Especiais da Polícia Civil (CORE) e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomaram” o controle da Vila Cruzeiro, situada no Complexo da Penha, vizinho ao Complexo do Alemão, então sob o controle do Comando Vermelho. Os narcotraficantes fugiram, então, para o Complexo do Alemão, e foram pressionados à rendição por outra operação promovida nessa localidade, a partir do dia 27 de novembro do referido ano.

Nesta segunda operação, no entanto, devido à maior complexidade e tamanho da região, o BOPE teve o apoio de um maior número de instituições. Desde então, a região foi ocupada pelo Exército Brasileiro (EB), que ali permaneceu até junho de 2012, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no local.

Para o Manual de Garantia da Lei e da Ordem do Ministério da Defesa (MD33-M-10), a Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar conduzida pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Tal operação tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

De acordo com Montenegro (2011), o emprego regular das Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) está previsto na Constituição Federal (CF/88), que atribui às Forças Armadas a incumbência de garantir a lei e a ordem quando assim requerido por qualquer um dos poderes constitucionais.

O autor destaca que a primeira participação do Exército Brasileiro (EB) nessas ações de GLO ocorreu em 1824, na cidade do Recife, por ocasião da Confederação do Equador. Desde a primeira CF brasileira, portanto, essa forma de emprego já era prevista. Com o passar dos anos, o EB foi chamado diversas vezes e as constituições foram aperfeiçoadas.

Ainda segundo Montenegro (2011), nos últimos quinze anos, o Exército do Brasil foi evidenciado nos meios de comunicação diversas vezes devido ao emprego urbano de tropas nas operações que ocorreram em vários estados e em atividades distintas como: pacificação de comunidades, greve de policiais, garantia do pleito eleitoral, dentre outras. Essas participações da Força Terrestre foram motivadas principalmente pela evolução do crime organizado e queda na eficiência dos órgãos de segurança pública.

Neste contexto, o presidente Luís Inácio da Silva autorizou o emprego das tropas federais nos Complexos do Alemão e da Penha, atendendo à solicitação do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, por ocasião da ocupação que se iniciou a partir do dia 26 de novembro de 2010, no sentido de que o poder público retomasse as referidas regiões, até então dominadas pelo tráfico de drogas.

Segundo o acordo firmado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, a ocupação da localidade teve por missão “colaborar com a manutenção da ordem pública do estado do Rio, pacificar a região compreendida pelas comunidades dos Complexos da Penha e do Alemão, conduzindo operações tipo polícia, operações psicológicas e atividades de inteligência e comunicação social”.

Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido, com o propósito de analisar se os soldados empregados na operações Arcanjo estavam preparados para atuar na Operação de Pacificação, segundo a percepção da população do Complexo do Alemão.

1.1 O Problema

Para Valladares (2005), foram cristalizadas idéias e preconceitos que originaram os três principais dogmas em relação às comunidades carentes:

O “primeiro dogma” trata da especificidade da favela, considerada um espaço absolutamente singular. Possui uma geografia própria, um estatuto de ilegalidade na ocupação do solo, além da obstinação de seus moradores em

permanecer na favela e de um modo de vida cotidiano diferente. Ademais, os jovens são marcados pelo fracasso escolar, pela atração exercida pelo poder e pelo dinheiro fácil (VALLADARES, 2005, p. 149-159).

O “segundo dogma” considera a favela como *locus* de pobreza, ou seja, território urbano dos pobres. Assim, o termo “favelado” passou a designar, de forma pejorativa, quem quer que ocupe qualquer lugar social marcado pela pobreza ou pela ilegalidade (VALLADARES, 2005,p.151).

O “terceiro dogma” afirma a unidade da favela, tanto na análise científica quanto no plano político. Portanto, a representação social dominante só reconhece ou trata a favela como um tipo no singular e não na sua diversidade, sendo a evolução sistemática de um tipo-ideal ou de um arquétipo recorrente nos discursos sobre a favela carioca. Assim, a palavra favela passou a unificar situações e características muito peculiares nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social (VALLADARES ,2005,p.151-152).

Valladares (2005) infere que, apesar da visão construída das favelas resultar da articulação dos três dogmas nomeados acima, atualmente se choca com uma realidade mais complexa e desconcertante, resistente à proposta de uma categorização redutora. Isso porque as favelas passaram a fazer parte de uma realidade virtual, por meio de inúmeros portais eletrônicos de Organizações Não Governamentais (ONGs), programas sociais, agências de notícia, turismo e escolas de samba, tais como: São Clemente, Mangueira, Unidos do Jacarezinho, etc. É possível encontrar nas favelas redes internacionais de *fast food* (Bobs, Burger King, Subway, etc), agências bancárias, comércio formal, serviços médicos, dentistas, clínicas, escritórios de advocacia, imobiliárias, etc. Além disso, o turismo internacional tornou a favela um grande mercado.

Nesse sentido, a autora identifica uma grande heterogeneidade física, espacial e social das favelas, além do interesse em manter os dogmas de alguns grupos de atores sociais, como os responsáveis por políticas públicas, as associações de moradores, ONGs e os pesquisadores.

Os atores responsáveis por políticas públicas têm interesse em manter os dogmas porque normalmente é mais eficaz prever um alvo homogêneo, ao qual corresponderão exatamente programas especiais.

O segundo grupo de atores sociais é constituído pelas associações de moradores e ONGs, que utilizam o termo “comunidade” para demonstrar a idéia de união, que nem sempre caracteriza tais instituições. Na realidade, existe uma tradição na cultura política nacional de que a ajuda à pobreza dá votos, sendo que as associações sempre representaram uma parte desse jogo, incentivando a continuidade da política clientelista. Já as ONGs utilizam o discurso da pobreza para justificar a sua existência e garantir a continuidade do seu fluxo financeiro.

Finalmente, os pesquisadores acadêmicos, que deveriam ser os primeiros a denunciar essa visão redutora, na verdade não o fazem porque pesquisar a favela é um “bom objeto” para estudos, e tratam o assunto com pragmatismo (VALLADARES, 2005).

Diante do exposto, o problema está assim enunciado:

Como o desenvolvimento de competências nos soldados que operam em comunidades carentes em território nacional pode intervir na imagem (percepção) da Força de Pacificação, enquanto no cumprimento de missões de Garantia da Lei e da Ordem no Estado Democrático de Direito?

1.2 Objetivos

1.2.1-Objetivo geral

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e explicar o processo de capacitação do soldado do Exército Brasileiro e implicações para a legitimidade da Força em Operações de Pacificação, enquanto empregada em Ações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado Democrático de Direito durante as operações Arcanjo.

1.2.2-Objetivos específicos

São objetivos específicos deste trabalho:

1.2.2.1 Descrever os processos de comunicação da Força de Pacificação com as comunidades carentes do Complexo do Alemão, a partir do estudo de caso da Operação Arcanjo V.

1.2.2.2 Descrever e explicar as formas que a instituição Exército Brasileiro dissemina a sua cultura organizacional, e a relação da mesma na Operação de Pacificação do Complexo do Alemão .

1.2.2.3 Avaliar elementos de interação entre a cultura organizacional do Exército Brasileiro com a cultura do Complexo do Alemão durante as operações Arcanjo.

1.2.2.4 Estudar a importância da capacitação do soldado e o efeito da ação gerada pelo seu comportamento em contato direto com as populações, durante as operações de pacificação, enquanto agente de legitimação institucional.

1.2.2.5 Verificar o processo de legitimação das operações Arcanjo perante os moradores dos Complexos do Alemão e da Penha.

1.3 Suposição

O manual de Comunicação Social do Exército (Manual C 45-1) aponta que o militar é um agente de comunicação social da Força, tendo uma grande responsabilidade no processo de edificação da legitimidade da instituição. Nesse sentido, todos os militares, homens e mulheres, fardados ou não, precisam compreender seu papel nesse contexto, como agente de comunicação institucional (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009).

Assim, o militar, ao manifestar interesse em se manter bem informado, ao participar aos superiores os assuntos que julgue merecer esclarecimento para boa compreensão, ao ter a convicção de zelar pela sua postura mensagens que repassa, ao demonstrar comprometimento com a Força, com sua conduta, com sua crença na instituição, com a forma como cumpre seus encargos e sua apresentação pessoal, deve também ter a noção de que esses elementos podem refletir positiva ou negativamente na imagem institucional. Sendo tais elementos positivos, podem estimular o apoio, o respeito e a credibilidade da sociedade em geral.

Portanto, em síntese, o militar representa a própria instituição, tem identidade única em qualquer parte do território nacional e é o difusor, por excelência, dos valores da Força e de seu profissionalismo.

Adicionalmente, o Manual C 45-1 destaca que os principais aspectos que devem ser considerados na comunicação social são a opinião pública e o público-alvo.

A opinião pública é um dos fatores preponderantes a serem considerados no processo decisório, sendo que pode ser realizada por meio de pesquisa que servirá de base para o planejamento das atividades de comunicação social.

Já o conhecimento do público-alvo é a base para o início do planejamento das atividades de comunicação social, pois grande parte das ações a serem executadas será consequência desse conhecimento. Assim, a precisa interpretação das

peculiaridades do público-alvo orientará o planejador acerca da melhor maneira de desenvolver as ações de comunicação social.

Ao tratar do emprego da comunicação social em ambientes operacionais, o Manual C 45-1 destaca duas principais ações junto à população: de presença e social.

Na ação de presença, a busca do apoio da população para a causa pela qual o Exército se encontra em operações deve ser crescente e permanente. Nesse sentido, quanto maior esse apoio, maiores serão as facilidades para as tropas amigas operarem e maiores serão as dificuldades para as forças contrárias. Os meios de comunicação locais (rádio, televisão, jornal, mídias sociais, revista) são de especial interesse, pois auxiliam na divulgação dos benefícios trazidos pela Força, tornando-se excelente fator de persuasão.

Na ação social os interesses da população devem ser resguardados e suas necessidades atendidas. Para tanto, equipes responsáveis pela coordenação das atividades de assuntos civis são acionadas com a principal finalidade de restabelecer os serviços públicos essenciais e, dentro do possível, a normalidade no cotidiano da população. Essas equipes atuam em estreita ligação com as equipes de comunicação social.

Adicionalmente, o Manual C 45-1 orienta que, na organização para o combate dos diversos escalões da Força Terrestre (FT), pode ser desejável, que as atividades de assuntos civis e de comunicação social estejam sob a mesma célula de planejamento, coordenação e controle e em íntima ligação com as estruturas de operações psicológicas.

Entretanto, visualiza-se que as demandas produzidas pelos desdobramentos das diferentes atividades de assuntos civis gerarão a necessidade de uma estrutura de planejamento, coordenação e controle distinta e específica, como um campo de Estado-Maior. Assim, o estabelecimento de um Centro de Operações Civil-Militar em uma área de operações, como estrutura necessária para a interação com a população, as agências governamentais e não-governamentais e outros atores, objetivando tanto facilitar as operações da Força como controlar recursos e negá-los ao oponente, deverá contar com a participação de elementos das áreas de Assuntos Civis, Comunicação Social e Operações Psicológicas.

É importante enfatizar que as tropas também devem ser consideradas um público-alvo da comunicação social, obedecendo às recomendações do Manual C

45-1, sendo que duas das principais preocupações do Comando quanto às tropas dizem respeito ao moral e às influências das operações psicológicas do oponente.

Cabe destacar, ainda, o papel do Comandante junto à tropa pela presença e ação de comando. Nesse caso, são efetivadas medidas de caráter social, de fortalecimento do moral da tropa e de elevação do civismo, ao mesmo tempo em que se procura manter o pessoal atualizado quanto aos últimos acontecimentos. Além disso, a formação moral e cívica é o alicerce no qual se apóia a conduta do militar, tanto para fortalecer o moral e a vontade de lutar, quanto para preparar as operações psicológicas.

Desse modo, as atividades de comunicação social e as operações psicológicas podem ser interdependentes ou estarem integradas na mesma estrutura, segundo critérios operacionais e conforme o estágio em que se faz a análise (estratégico, operacional ou tático). Ademais, a coordenação com o Oficial de Pessoal (oficial responsável pelos recursos humanos em uma Organização Militar) é relevante para se buscar o fortalecimento do moral da tropa e para a ação de comunicação social sobre familiares dos militares e outros grupos de interesse. Assim, o conhecimento dos principais acontecimentos nacionais e internacionais repassados ao pessoal, com uma sucinta orientação do Comandante desenvolve, no combatente, a confiança nos chefes e na causa pela qual lutam.

Nas ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o Manual C45-1 destaca que a tropa designada nessas circunstâncias é, normalmente, do escalão Batalhão ou Brigada, os quais podem não dispor dos meios suficientes para desenvolver as atividades de comunicação social. Assim, os escalões superiores devem, em princípio, designar equipes de especialistas em apoio à tropa empregada.

Finalmente, o Manual de Comunicação Social do Exército Brasileiro salienta que toda e qualquer atividade que implique na interferência da rotina da população deve ser amplamente divulgada, destacando-se os objetivos da operação, com o propósito subjacente de ampliar a efetividade e a legitimidade das ações programadas e empreendidas.

Ademais, as atividades de comunicação social devem ser realizadas antes, durante e após a atuação da tropa, com o intuito de buscar a máxima cooperação da população. Em situações específicas, no entanto, a área de assuntos civis deve ser ativada para ações, como, por exemplo, a triagem, o controle e a reunião de parcela da população. Um centro de atendimento aos órgãos de mídia e uma ouvidoria

devem ser montados na região de operações, e mobilizados para atuarem diuturnamente.

A situação ideal é que todas as ações da tropa sejam filmadas e/ou fotografadas, particularmente aquelas em que houver possibilidade de confrontos, sendo que a tropa deverá procurar mostrar, durante todo o tempo e de todas as formas, que irá cumprir a missão que lhe foi atribuída, com o propósito de produzir bem público e garantir a segurança da sociedade civil.

Além disso, quando na operação existir a possibilidade de conflitos com grupos ou facções contrárias, deve ser planejado o emprego de indivíduos detentores de atributos que facilitem o desenrolar de negociações (empatia, simpatia, rapidez de raciocínio e fluência verbal). Esses indivíduos poderão constituir-se em fator de sucesso.

Comprovando os ensinamentos do atual Manual de Comunicação Social do Exército, Schmitt (2012) concluiu que a melhor propaganda sobre uma população de uma comunidade carente em processo de pacificação é o investimento na capacitação dos soldados que interagem diretamente com a comunidade, o que contribui para a formulação da seguinte suposição da pesquisa:

A capacitação do soldado interfere diretamente no sucesso de uma Operação de Pacificação, visto que, considerando os processos de comunicação existentes nas comunidades carentes do território nacional, o comportamento dos soldados junto às populações locais pode torná-los fontes de credibilidade da Operação. Nesse sentido, o comportamento dos militares pode contribuir para a formação de uma opinião pública favorável aos objetivos das Operações de Pacificação e à imagem institucional.

Definida a suposição da pesquisa, passa-se a delinear as variáveis dependentes e independentes.

1.4 Variáveis

Esta pesquisa apresenta duas variáveis que serão estudadas: adaptação da cultura organizacional dos soldados que operam em comunidades carentes em território nacional e a formação da imagem (percepção) da Força de Pacificação, em ações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado Democrático de Direito. A seguir, as variáveis serão definidas.

a) **Variável independente** (ou variável 1) – adaptação da cultura organizacional dos soldados que operam em comunidades carentes em território nacional em ações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado Democrático de Direito

b) **Variável dependente** (ou variável 2) – o processo de legitimação da Força de Pacificação, em ações de Garantia da Lei e da Ordem no Estado Democrático de Direito.

1.5 Delimitação do estudo

O estudo pretende analisar as características sociais, a cultura e os processos de comunicação junto as comunidades carentes. Foram abordados as idéias e preconceitos que originaram os principais dogmas em relação às comunidades pobres, de acordo com Valladares (2005), assim como a influência no comportamento dos soldados. Foi realizado um estudo da cultura organizacional do Exército Brasileiro e a consequência da mesma sobre as operações de pacificação nas comunidades carentes. O estudo contempla o resgate de dados das Operações Arcanjo, realizadas em 2010, 2011 e 2012, junto ao Comando Militar do Leste (CML), e relaciona os dados com a credibilidade desenvolvida nas populações do Complexo do Alemão durante a operações Arcanjo. Essa credibilidade foi aferida por meio de entrevistas com os principais líderes religiosos do Complexo do Alemão e da Penha.

1.6 Relevância do estudo

Creveld (1991) entende que, o desenvolvimento tecnológico e informativo, a globalização da mensagem e a capacidade de influir na opinião pública mundial converteram a Guerra Psicológica Midiática na arma estratégica dominante da Guerra de quarta geração. As operações com unidades militares são substituídas por operações com unidades midiáticas e a ação psicológica substitui as armas no teatro da confrontação

A coluna vertebral da Guerra de Quarta Geração se enquadra no conceito de “guerra psicológica”, ou “guerra sem fuzis”. Em sua definição técnica, “Guerra Psicológica” ou “Guerra Sem Fuzis” é o emprego planejado da propaganda e da ação psicológica orientadas a direcionar condutas, em busca de objetivos de controle social, político ou militar, sem recorrer ao uso das armas (LIND, 1989).

Os exércitos militares são substituídos por grupos de operação descentralizados, especialistas em insurgência e contra-insurgência e por especialistas em comunicação e psicologia de massas. Como na guerra militar, um plano de guerra psicológica está destinado a: aniquilar, controlar ou assimilar o inimigo. A guerra militar e suas técnicas se revalorizam dentro de métodos científicos de controle social e se convertem em uma eficiente estratégia de domínio sem o uso das armas.

Diferentemente da guerra convencional, a Guerra de Quarta Geração não se desenvolve em teatros de operação visíveis. Não há frentes de batalha com elementos materiais: a guerra se desenvolve em cenários combinados, sem ordem aparente e sem linhas visíveis de combate; os novos soldados não usam uniformes e se misturam aos civis. Já não existem os elementos da ação militar clássica: grandes unidades de combate (tanques, aviões, soldados, frentes, linhas de comunicação, retaguarda, etc.). As grandes batalhas são substituídas por pequenos conflitos localizados, com violência social extrema e sem ordem aparente de continuidade (LIND, 1989).

Creveld (1991) entende que, as táticas e estratégias militares são substituídas por táticas e estratégias de controle social, mediante a manipulação informativa e a ação psicológica orientada para direcionar a conduta social em massa. Os alvos já não são físicos (como na ordem militar tradicional), mas psicológicos e sociais. O objetivo já não é a destruição de elementos materiais (bases militares, soldados, infraestrutura civil, etc.), mas o controle do cérebro humano. O objetivo estratégico já não é somente o poder e controle de áreas físicas (populações, territórios, etc.), mas o controle da conduta social em massa.

Na Guerra de Quarta Geração (também chamada Guerra Assimétrica), o campo de batalha já não está no exterior, mas dentro da cabeça da população. As operações já não se traçam a partir da colonização militar para controle um território, mas a partir da colonização mental para controlar uma sociedade.

O povo não é o inimigo, mas o inimigo está “no meio do povo” (SMITH, 2008). O apoio da população local é fundamental para o sucesso deste tipo de operação. E para angariar esse importante apoio, as Forças Armadas de vários países,

empregadas nesse contexto, sentiram a necessidade de estudar e entender as “novas” variáveis socioculturais e de suas influências no processo de planejamento das operações e tomada de decisão.

Nesse sentido, cresce de importância o entendimento da cultura como um conjunto de significados, crenças, valores e comportamentos construídos no bojo de relações de poder assimétricas e imposto às minorias, que distancia percepções e entendimentos que precisam ser tratados de forma integradora, e não fragmentada, para uma compreensão mais abrangente e inclusiva dos fenômenos (Mc LAREN, 2000).

Dessa forma, Araújo (2013) entende que as forças militares devem estar preparadas a serem empregadas nos diversos ambientes, estando aptas à condução de operações simultâneas ou sucessivas, combinando atitudes ofensiva, defensiva, de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, de apoio às instituições governamentais e internacionais, de assistência humanitária, em ambiente interagências.

Analisar a capacitação do militar torna-se relevante face ao cenário mundial, onde o soldado da pós modernidade deve estar apto a interagir com diversos atores no campo de batalha da Guerra de Quarta Geração (LIND, 1989). Para isso, deve estar preparado a entender os complexos fatores sociais que compõem o cenário e, sobretudo, saber comportar-se sem ferir as mega tendências ou a própria cultura de uma área de pacificação. Assim, a conquista psicológica das populações tornou-se o centro de gravidade (ponto de desequilíbrio entre a vitória ou a derrota) das Operações de Pacificação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- O espaço

2.1.1 - A origem das favelas no Estado do Rio de Janeiro

Valladares (2005) descreve as favelas cariocas desde sua origem e traça o entendimento do poder público e da classe dominante, buscando uma visão histórica no devassamento de imagens, estereótipos e preconceitos, na tentativa de desmistificar o que realmente vem a ser uma favela.

Nesse sentido, a análise das favelas demonstra que as comunidades do Rio de Janeiro constituem grandes conglomerados de trabalhadores e suas famílias, não sendo marginais, porque não estão à margem, mas sim integrados ao sistema, mas de forma economicamente subalterna, trazendo para o aspecto cultural uma aura de “cultura da pobreza”, por meio da pauperização e folclorização de suas manifestações.

Ainda de acordo com a autora, os primeiros interessados em detalhar a cena urbana e seus personagens populares no Rio de Janeiro voltaram seus olhos para o cortiço. Considerado o local da pobreza no século XIX, abrigava tanto trabalhadores quanto malandros e vagabundos, todos chamados de “classes perigosas”. Portanto, o cortiço carioca era visto como o antro da vagabundagem e do crime, além de ser um lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Assim, foram promulgadas leis para impedir a construção de novos cortiços.

Nesse contexto a, primeira favela a surgir teria sido o “Morro da Favella”, já existente com o nome de “Morro da Providência”, cuja ocupação data de 1897, e que entrou para a história pela sua ligação com a Guerra de Canudos, cujos ex-combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar os soldos atrasados.

Segundo Abreu (1994), surgiu, a partir daí, um *habitat* pobre, de ocupação irregular, sem respeito às normas e geralmente erguido sobre as encostas. A favela passa a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital, tornando-se alvo do discurso de médicos sanitaristas e agitando as elites cariocas e nacionais.

Para Valladares (2005), o nome “favella” faz alusão a uma planta existente no município de Monte Santo, no Estado da Bahia, vegetação também encontrada no Morro da Providência. Também possui o simbolismo da resistência dos

combatentes entrincheirados nesse morro baiano da Favella, da luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador. Nessa época, a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, foi lida por todos os intelectuais, tornando a Guerra de Canudos muito presente na memória coletiva.

Para a autora, no Rio de Janeiro, assim como em Canudos, o morro oferece posição estratégica, já que só se chega ao alto após uma longa marcha, tornando-se o reduto de fanáticos do sertão e enclave de pobres na grande cidade litorânea. No imaginário popular, existia a crença do perigo de subir a favela, dos seus malandros que assaltavam com a mesma facilidade que davam um bom dia, assim como da ausência de propriedade privada, substituída pela propriedade coletiva.

Assim, na ausência de domínio do Estado, como em Canudos, a favela tinha um chefe, o que condicionava o comportamento do indivíduo, integrando-o a uma identidade coletiva. Destacava-se, ainda, o comportamento moral revoltante para o observador, marcado pelo deboche, promiscuidade, ausência de trabalho, além de uma economia baseada no roubo e nas pilhagens. Os personagens mais emblemáticos da favela eram os malandros, as lavadeiras, as feiticeiras e os seresteiros sem um trabalho assalariado formal. Nesse contexto, a favela era vista como um perigo à ordem social, uma questão de “contágio”.

Valladares (2005) destaca que, na década de 1920, a favela tornou-se um problema para as autoridades, uma espécie de “lepra estética”, passando a ser alvo de preocupações reformistas e sanitárias por ser considerada local anti-higiênico, insalubre, área de concentração de pobres perigosos e terra sem lei.

A partir daí, foi introduzido nos debates, por meio de uma campanha veiculada pela imprensa e conduzida pelo Rotary Club do Rio, um novo tema social: a preocupação com a beleza e estética da cidade. De acordo com a autora, o projeto almejava substituir as favelas por grandes conjuntos de prédios em 15 anos. Conniff (1981) aponta que essa campanha assistiu à derrubada de várias centenas de barracos pelo prefeito Prado Júnior em 1928, obrigando seus moradores a buscar por conta própria outros locais de moradia. No entanto, as propostas de Mattos Pimenta, grande defensor da reforma urbano-social, quanto à construção de casas populares, não foram implementadas. Já na década de 1930 surgiu, no cenário carioca, o urbanista francês Alfred Agache, que inovou por meio de um olhar sociológico dirigido às causas da formação das favelas e ao desenvolvimento de laços sociais e atividades econômicas nos referidos bairros.

Nesse mesmo período, a Revolução de 1930 instaurou na sociedade um clima de forte nacionalismo, tornando ameaçador tudo o que fosse estrangeiro e, com isso, retomou-se a idéia sanitarista. O autor destaca que o prefeito nomeado da capital, o médico Pedro Ernesto, conhecido como “o médico dos pobres”, inaugurou o clientelismo político nas favelas com a construção de hospitais e escolas e, dessa forma, implementou uma nova forma de relação com os favelados. Os laços clientelistas ficavam explícitos na troca de votos por favores. Segundo Valladares (2005), o novo código de obras de 1937 determinava a extinção das habitações anti-higiênicas, preconizando a eliminação das favelas e a sua substituição por novos alojamentos.

A autora destaca que, na década de 1930, a prefeitura começou a empregar assistentes sociais. Assim, após jornalistas, médicos e urbanistas, as assistentes sociais passaram a fazer parte da história das favelas, que seguiram a orientação populista e clientelista. Dessa forma, esses profissionais contribuíram para avançar na descoberta das favelas na longa fase que precedeu as pesquisas na área de ciências sociais.

Nesse mesmo período, a Igreja Católica possuía uma visão de mundo bastante conservadora e organizada através do modelo da caridade. Foram criados três parques proletários na cidade: na Gávea, no Caju e na Praia do Pinto. Realojaram 8 mil pessoas, mas existiam de 250 a 300 mil pessoas em favelas cariocas. As moradias dos parques eram consideradas moradias provisórias, um *habitat* de transição. Assim, os parques acabaram originando novas favelas.

Destacou-se, ainda, o primeiro censo, que ocorreu em 1940, e que adotou no seu relatório um discurso predominantemente moralista e cheio de clichês e preconceitos contra os pobres, chegando a invocar a biologia e a raça. Finalmente, em 1950, ocorreu o recenseamento geral com base em estudos científicos que procuravam investigar o problema com alteridade. O estudo definiu o conceito de favela como agrupamento superior a 50 residências, com tipo de habitação precária, falta de condição jurídica da ocupação, ausência de serviços públicos e falta de urbanização. Valladares (2005) destaca que, na ocasião, a maior favela era a do Jacarezinho, seguida da Mangueira. Dois terços eram moradores oriundos da capital, 32 por cento eram brancos, 29 por cento mestiços e 38 por cento negros. Na favela predominava uma classe trabalhadora ativa nas mais diversas atividades econômicas do antigo Distrito Federal. Segundo Guimarães (1953), nas populações

das favelas eram comuns os casos de incapacidade parcial ou total para o trabalho. Nos grupos de baixa renda aumentava a proporção de mestiços e negros, com menor acesso aos empregos mais qualificados e mais remunerados. Deve-se destacar que o recenseamento de 1950 e o estudo de Guimarães (1953) constituem marcos históricos da produção das representações sociais da favela carioca.

2.1.2 A transição para as ciências sociais e a valorização da favela

Segundo Valladares (2005), logo após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou por um período de crescimento econômico e urbano, sendo que a vinda de imigrantes rurais intensificou o crescimento das favelas. Já no plano internacional, o mundo assistia à Guerra Fria e à cooperação internacional no combate à pobreza.

Nesse contexto, em 1960 foi publicado no jornal O Estado de São Paulo um importante estudo intitulado “Aspectos Humanos da Favela Carioca”. O referido estudo foi realizado pela Sociedade para análise gráfica e mecanográfica aplicadas aos complexos sociais (SAGMACS), o escritório técnico fundado pelo padre dominicano francês Joseph Lebret para aplicar na prática os princípios e métodos do movimento intitulado “Economia e Humanismo”. O estudo ficou conhecido como “relatório SAGMACS”, e revelava os aspectos humanos da favela carioca e uma heterogeneidade, ao contrário do pensamento elitista, mais homogêneo (SAGMACS, 1960). O relatório teve uma repercussão imediata sobre a opinião pública e, segundo Valladares (2005), definiu uma verdadeira agenda de pesquisas sobre as favelas do Rio, impondo as subseqüentes gerações de sociólogos e pesquisadores. Isso porque passou a tratar as favelas como bairros pobres a serem urbanizados, ou seja, intencionava equipá-las com os mesmos serviços municipais oferecidos aos outros bairros da cidade. Os temas do relatório foram sistematicamente reencontrados em trabalhos posteriores, descobrindo uma favela e população igualmente heterogêneas.

É importante destacar que, após a queda do governo Vargas, houve uma presença crescente de grupos comunistas nas favelas e a necessidade da Igreja Católica reagir à ascensão do marxismo. Católicos e elites anticomunistas buscavam um projeto político. Nesse sentido, Dom Helder Câmara, conhecido como “o defensor dos pobres”, iniciou, na década de 1950, uma grande campanha em defesa das favelas do Rio de Janeiro. Já o padre Lebret, que se tornou uma espécie de mito na América Latina devido às suas pesquisas, sugeria uma alternativa humanista e

solidária para solucionar o problema. O padre Lebret ficou sensibilizado com os fortes contrastes e as desigualdades sociais, com o subdesenvolvimento, associado à miséria, ao analfabetismo e à fome.

Já para Dom Helder, as favelas deveriam ter direito a uma representação política, deixando de ser espaço apenas de intervenções administrativas. Além disso, para transformar a favela em uma comunidade, indivíduos isolados deveriam ser integrados a sociedade, sendo a família a célula fundamental. Assim, Lebret e Dom Helder quebraram a resistência do alto clero brasileiro e colocaram em prática suas idéias de maior militância e redução da doutrina religiosa.

Nesse contexto, o relatório SAGMACS constituiu o ponto de partida de mobilização da Igreja Católica sobre a questão das favelas, dando origem a duas iniciativas: a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, esta última criada em 1955 por Dom Helder Câmara. O objetivo da Cruzada São Sebastião era servir de intermediário entre o Estado burocrático e a população local. A idéia era atacar a prática clientelista que transformava a favela em um curral eleitoral, sendo que essas idéias inovadoras coincidiram com uma nova política da Organização das Nações Unidas (ONU) de ajudar os países subdesenvolvidos através do desenvolvimento comunitário.

Ainda de acordo com Valladares (2005), na década de 1960, o governo Kennedy resolveu dirigir-se aos países do Terceiro Mundo a fim de trabalhar pela cooperação internacional e evitar o avanço comunista. Assim, diversos acordos intergovernamentais foram estabelecidos com o Estado da Guanabara e surgiram nas favelas cariocas os *Peace Corps*, jovens universitários americanos idealistas, cheios de boa vontade e que acreditavam poder contribuir para a melhoria de vida dos pobres urbanos do Brasil.

No Rio de Janeiro, mais especificamente, o objetivo dos *Peace Corps* era ajudar os pobres a se organizar e promover o próprio desenvolvimento. Assim, escolheram o Morro do Borel e o Jacarezinho, este último na época a maior favela carioca. No entanto, o choque cultural foi inevitável, já que os universitários eram percebidos pelos habitantes como estranhos, diferentes e fora do contexto social. Tiveram, portanto, muita dificuldade para se integrar, sendo que várias favelas já possuíam associação de moradores.

Os *Peace Corps* descobriram a existência de redes informais para fornecimento de água, redes semi-legais de energia e redes sociais em torno das

escolas de samba e dos centros religiosos. Ou seja, havia fortes conexões entre os líderes da favela, grupos políticos e representantes da administração municipal. Em decorrência, a rede de conexões deixou os americanos aturdidos, já que estavam diante de uma situação de anomia e ausência de ação coletiva dos moradores.

A pouca infra-estrutura existente era resultado da combinação de investimentos públicos com a mobilização coletiva dos habitantes, sob a forma de mutirão, característica da cultura dos pobres. Os voluntários americanos não compreendiam a complexidade do cenário social e conheciam muito mal o funcionamento da máquina burocrática brasileira.

Ademais, nas representações cariocas esses jovens eram vistos como fugitivos do serviço militar para não serem enviados ao Vietnã. Em decorrência disso, os *Peace Corps* acabaram reduzindo seus objetivos para a promoção de campanhas de vacinação e de cursos profissionalizantes.

Esses primeiros estudos sociológicos nas favelas apontaram convergências nos seguintes pontos: considerar a favela dentro do processo de crescimento urbano e de transformação do Rio de Janeiro; considerar diferentes níveis de análise, desde variáveis macroeconômicas e sociais até variáveis locais; recusar o estigma social em torno da favela e seus habitantes, considerando-os marginais; valorizar uma análise de processos internos das favelas; admitir a existência de uma considerável economia interna no interior da favela.

No entanto, essas convergências não impediram a existência de diferentes nuances quanto aos pontos de vista sobre a organização interna das favelas e às recomendações das organizações locais.

2.1.3- A favela sob a ótica sociológica

Valladares (2005) destaca que, na década de 1970, a favela se tornou o tema da moda para pesquisadores e Organizações Não Governamentais (ONGs). Houve uma multiplicação dos estudos e pesquisas, visto que o Regime Militar optou por privilegiar o ensino de terceiro grau, considerado como uma opção estratégica. Além disso, a imposição da ética do trabalho e a repressão à vadiagem resumiam o duplo desafio das políticas públicas emergentes. Nesse mesmo período, as representações sociais do pobre insistiam sobre a imagem do vadio, e a vadiagem era explicada pelo não trabalho. Nesse contexto, o tema da pobreza urbana se afirmava como uma das principais linhas de pesquisa nas ciências sociais.

O passado escravagista muito próximo provocou um aumento considerável no tempo necessário para que o país tentasse impor a ética do trabalho a uma população que não acreditava nele como parte da dignidade humana. A essas concepções do início do século XX, que associavam pobreza à recusa dos indivíduos em vender a sua força de trabalho e às dificuldades em respeitar as regras do trabalho assalariado, acrescentava-se a convicção de que a pobreza era uma responsabilidade individual: o indivíduo era pobre em virtude de suas fraquezas morais.

A imagem dos pobres como “classes perigosas” passou a dominar o imaginário social das camadas letradas e serviu de justificativa para a primeira intervenção pública contra esse território urbano, mais especificamente os cortiços do centro da cidade. Na verdade, a pobreza era consequência da superurbanização e do subemprego nas décadas de 1960 e 1970, formando massas marginalizadas.

Nesse contexto, surgiu a “cultura da pobreza”, segundo a qual os habitantes das favelas adotam um estilo de vida específico, caracterizado por valores e comportamentos diferentes da cultura dominante. Nesse sentido, os pobres manifestariam um espírito de resignação e de fatalismo frente ao futuro, ao mesmo tempo em que demonstrariam uma alegria de viver, uma dose de calor humano, tornando as dificuldades cotidianas mais suportáveis (VALLADARES, 2005).

Nas décadas seguintes, as favelas seriam cada vez mais identificadas como território dos bailes funk, assim como o território principal do tráfico de drogas. Nesse sentido, a idéia de *apartheid* difundiu-se rapidamente no pensamento sociológico brasileiro, aumentando o afastamento entre ricos e pobres e reforçando o esforço dos ricos para preservar seus privilégios. Por outro lado, as categorias populares foram excluídas de qualquer projeto de transformação social, assistindo ao aumento da segregação com a ascensão do tráfico de drogas.

Nesse sentido, foram cristalizadas idéias e preconceitos que, de acordo com Valladares (2005), originaram os 3 principais dogmas em relação às favelas:

O “primeiro dogma” trata da especificidade da favela, considerada um espaço absolutamente singular. Possui uma geografia própria, um estatuto de ilegalidade na ocupação do solo, além da obstinação de seus moradores em permanecer na favela e de um modo de vida cotidiano diferente. Ademais, os jovens são marcados pelo fracasso escolar, pela atração exercida pelo poder e pelo dinheiro fácil (VALLADARES, 2005, p.149-150).

O “segundo dogma” considera a favela como *locus* de pobreza, ou seja, território urbano dos pobres. Assim, o termo “favelado” passou a designar, de forma pejorativa, quem quer que ocupe qualquer lugar social marcado pela pobreza ou pela ilegalidade (VALLADARE, 2005, p.151).

O “terceiro dogma” afirma a unidade da favela, tanto na análise científica quanto no plano político. Portanto, a representação social dominante só reconhece ou trata a favela como um tipo no singular e não na sua diversidade, sendo a evolução sistemática de um tipo-ideal ou de um arquétipo recorrente nos discursos sobre a favela carioca. Assim, a palavra favela passou a unificar situações e características muito peculiares nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social (VALLADARES, 2005, p.151-152).

2.1.4- A “favela virtual” e os interesses na permanência dos dogmas

Para Valladares (2005), apesar da visão construída das favelas resultar da articulação dos 3 dogmas discutidos acima, atualmente se choca com uma realidade mais complexa e desconcertante, resistente à proposta de uma categorização redutora. Isso porque as favelas passaram a fazer parte de uma realidade virtual, por meio de inúmeros sites de ONGs, como Viva Rio, Afroreggae, programas sociais, agências de notícia, turismo e escolas de samba. É possível encontrar nas favelas redes internacionais de *fast food*, agências bancárias, como Bradesco, Banco do Brasil, comércio formal, serviços médicos, dentistas, clínicas, escritórios de advocacia, imobiliárias, etc. Além disso, o turismo internacional tornou a favela um grande mercado.

Nesse sentido, a autora identifica uma grande heterogeneidade física, espacial e social das favelas, além do interesse em manter os dogmas de alguns grupos de atores sociais, como os responsáveis por políticas públicas, as associações de moradores, ONGs e os pesquisadores.

Os atores sociais responsáveis por políticas públicas têm interesse em manter os dogmas porque normalmente é mais eficaz prever um alvo homogêneo, ao qual corresponderão exatamente programas especiais.

O segundo grupo de atores sociais é constituído pelas associações de moradores e ONGs, que utilizam o termo “comunidade” para demonstrar a idéia de união, que nem sempre caracteriza tais instituições. Na realidade, existe uma

tradição na política nacional de que a ajuda à pobreza dá votos, sendo que as associações sempre representaram uma parte desse jogo, incentivando a continuidade da política clientelista. Já as ONGs utilizam o discurso da pobreza para justificar a sua existência e garantir a continuidade do seu fluxo financeiro.

Finalmente, os pesquisadores acadêmicos, que deveriam ser os primeiros a denunciar essa visão redutora, na verdade não o fazem porque pesquisar a favela é um bom negócio, e tratam o assunto com pragmatismo.

2.1.5- O poder ideológico exercido pelas classes dominantes e a manutenção dos dogmas em relação às favelas

Segundo a tese do materialismo histórico de Karl Marx, a evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até a atualidade, se dá por meio de confrontos entre as diferentes classes sociais, decorrentes da "exploração do homem pelo homem" (MARX, [1897] 1988). A teoria serve também como forma essencial para explicar as relações entre sujeitos. Assim, como exemplos apontados por Marx, podem ser citados os servos que, durante o feudalismo, teriam sido oprimidos pelos senhores feudais, enquanto que no capitalismo haveria a opressão da classe operária pela burguesia.

Ainda segundo Marx (1988), a realidade dos povos não pode ser explanada a partir de um parâmetro que entenda as idéias como um fator que figure em primeiro plano, uma vez que estas somente encontram o seu valor enquanto fornecedoras dos alicerces que sustentam a imensa estrutura econômica, que nada mais é do que o próprio mundo material, ou seja, o mundo real.

As idéias seriam, então, o reflexo da imagem construída pela classe social dominante, sendo que o poder que ela exerce sobre as pessoas está diretamente relacionado com a edificação ideológica que esta "elite" constrói dentro das mentes de seus dominados, fornecendo sua visão de mundo. É dessa forma que a ideologia permeia a consciência de todos, transformando-os em objetos de uso e de exploração. Assim sendo, Marx acreditava que a manutenção da estrutura econômica se dá mediante essa inversão da realidade, que se encontra no direito, na religião, assim como nas mais diversas formas de controle social.

Nesse sentido, o materialismo dialético é uma concepção filosófica que defende que o ambiente, o organismo e fenômenos físicos tanto modelam os animais e os seres humanos, sua sociedade e sua cultura, quanto são modelados

por eles. Assim, a matéria está em uma relação dialética com o psicológico e o social. De acordo com o autor, “As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial” (MARX, [1897] 1988).

Afirma, ainda, que o modo pelo qual a produção material de uma sociedade é realizada constitui o fator determinante da organização política e das representações intelectuais de uma época. A base material ou econômica constitui a "infra-estrutura" da sociedade, que exerce influência direta na "superestrutura", ou seja, nas instituições jurídicas, políticas (as leis, o Estado) e ideológicas (as artes, a religião, a moral) da época.

Segundo Marx (1988), a base material é formada por forças produtivas (as ferramentas, as máquinas, as técnicas, tudo aquilo que permite a produção) e por relações de produção (relações entre os que são proprietários dos meios de produção, as terras, as matérias primas, as máquinas e aqueles que possuem apenas a força de trabalho).

Assim, a hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, fixo, pois tudo está em perpétua transformação, tudo está sujeito ao contexto histórico do dinâmico e da transformação. Nesse sentido, Marx (1988) utilizou o método dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, ele procurava seus elementos contraditórios, buscando encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação num novo fato, dando continuidade ao processo histórico.

A permanente dominação ideológica das elites sociais sobre a classe trabalhadora, assim como a segregação social e espacial das comunidades carentes serão contextualizados a seguir, a partir do estudo da pacificação do Complexo do Alemão.

2.1.6- O Complexo do Alemão

O Complexo do alemão é um conjunto de treze comunidades, situadas na cidade do Rio de Janeiro, e considerada, desde a década de 1980, uma das regiões mais perigosas e violentas da cidade. O Complexo se situa numa área de cerca de 3

km² , sendo habitado por cerca de 80.000 moradores. A mais conhecida das comunidades é o Morro do Alemão, que se trata de um bairro oficial, erguido sobre a Serra da Misericórdia.

O nome da comunidade se refere ao imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz, que, na década de 1920, comprou estas terras que, antes, eram uma área rural da Zona da Leopoldina. A região se valoriza a partir da construção da Avenida Brasil, na década de 1940, quando a área em torno da imensa avenida se transformou no principal pólo industrial do então Distrito Federal. A ocupação, entretanto, começa na década de 1950, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes (ESPERANÇA, 2014).

Alguns eventos ocorridos no local foram noticiados em todo o país e contribuíram para a reputação de violência do Complexo. Em 1994, o assassinato de Orlando Jogador, um dos fundadores da facção criminosa Comando Vermelho, pelo seu rival Uê, líder da facção Terceiro Comando, à época preso no Presídio de Bangu. Orlando teria sido emboscado pelos homens de Uê, que se apresentaram como pertencentes ao BOPE e exigiram um resgate de 60 mil dólares. Quando os homens de Orlando chegaram com o dinheiro foram mortos. O corpo de Orlando foi deixado no bairro próximo de Maria de Graça. O ato gerou violenta represália de outros dois importantes líderes do tráfico, Fernandinho Beira-mar e Marcinho VP, a fim de retomar o poder de controle do tráfico na região. A guerra pela retomada deixou dezenas de mortos e culminou numa rebelião no presídio de Bangu e a morte de Uê (ESPERANÇA, 2014).

Em 2002, meses após ter recebido o prêmio Esso de jornalismo por uma reportagem que denunciava o tráfico de drogas a céu aberto na região, o jornalista Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, conhecido como Tim Lopes, foi pego na tentativa de realização de uma reportagem que denunciaria a venda de drogas e a exploração sexual de menores de idade em bailes funk da região, “julgado”, torturado e assassinado por ordem do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, um dos líderes do Comando Vermelho. A fim de ocultar o cadáver, foi usado aquilo que recebeu o apelido de “microondas”, quando o corpo é esquartejado e queimado. Seu corpo, entretanto, foi identificado por DNA e os supostos responsáveis foram presos após forte repercussão midiática e da opinião pública (ESPERANÇA, 2014).

Em dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visitou a região, área de atuação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), e lançou o projeto “Territórios de Paz”.

A região voltou a ser centro dos noticiários nacionais e internacionais em novembro de 2010, quando, no dia 25, o BOPE, o CORE e o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, em verdadeira operação de guerra, com cerca de 500 homens, “retomou” o controle da Vila Cruzeiro, então sob controle do Comando Vermelho. Os narcotraficantes fugiram, então, para o Complexo do Alemão, e pressionados à rendição por outra operação nesta localidade, a partir do dia 27 de Novembro (ESPERANÇA, 2012).

A partir dessa data inicia-se o cerco do Exército Brasileiro ao Complexo do Alemão e sua posterior ocupação militar. A fim de entender o contexto da operação militar, faz-se necessário entender alguns aspectos sociológicos do complexo do Alemão.

2.1.7- Aspectos sociológicos do Complexo do Alemão

Para Esperança (2012), o jovem que ingressa no Exército Brasileiro aos 19 anos de idade não possui a formação adequada para trabalhar nos conflitos oriundos da segurança pública. A cultura organizacional voltada para a guerra cria obstáculos para o emprego desses militares em operações de pacificação, sobre a sua própria população e na vigência do Estado Democrático de Direito. Para o autor, deve existir muita preparação dos recursos humanos empregados. Além disso, a formação do soldado do Exército distancia-se da realidade do morador que vive em comunidades carentes, que está acostumado a encontrar dois tipos de autoridade, que representam duas diferentes instituições: o policial e o traficante.

O primeiro tipo de autoridade, o policial, civil ou militar, é o representante de uma instituição que possui a pior imagem possível para um morador da comunidade do Complexo do Alemão. O policial é corrupto, violento e não o respeita em sua dignidade. Quase todo jovem ou adolescente do Complexo do Alemão, ainda que não tenha nenhum envolvimento com a criminalidade, parece ter algum relato de que levou uma “dura” de policiais, tendo sido humilhado e agredido. Sua autoridade é exercida sempre de forma arbitrária e violenta. O policial, mesmo para quem não

se envolve no tráfico, é o inimigo, o outro levado ao extremo, aquele que invade o morro e mata inocentes.

O segundo tipo de autoridade, o traficante, constitui a outra instância de autoridade, sendo também o representante de uma instituição com diferentes e complexos graus de poder e subordinação. No entanto, se a visão romântica do traficante como bandido bom que ajuda a comunidade, uma espécie de “Robin Hood da favela”, não se sustenta mais, a diferença fundamental dele para o policial é que ele é “cria” da comunidade, ou seja, foi criado naquele lugar. Assim, esse traficante conhece a comunidade e seus moradores, só se utilizando do poder da violência contra a polícia ou contra aqueles que transgridem as normas que o tráfico impõe à comunidade. Ademais, mesmo que o uso da violência seja verdadeiramente temido, o morador ainda espera da parte do traficante respeito e consideração.

Uma possível terceira instância de autoridade é a do pastor religioso. De uma forma geral, gozam de considerável autonomia em sua atuação religiosa e mantêm relações quase sempre amistosas com os traficantes. Por vezes, são capazes de intervir e impedir a execução de pessoas condenadas à morte pelo tráfico, assim como são chamados para fazer orações em situações de guerra, como invasões, e abençoar bailes e outras festividades. Em contrapartida, havia uma rede de doações de cestas básicas que eram distribuídas a muitas igrejas evangélicas da comunidade.

Assim, em suma, numa favela há basicamente três coisas que trazem “respeito” ao morador: ser morador antigo da comunidade (ou ter sido “criado” com algum traficante), jogar bem futebol ou saber se calar e se recolher na hora certa.

Esperança (2012) destaca, ainda, que o soldado é “o outro”, aquele que ainda não tem um lugar bem definido, ou seja, é o “estrangeiro”, o viajante potencial de Simmel, aquele que, embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir (SIMMEL, 1983 *apud* ESPERANÇA, 2012). Assim, o soldado não é “cria” de ninguém, mas o elemento externo que, se não traz consigo o peso de negatividade da imagem do policial, representa uma imposição de ordem heterônoma por um Estado que se alienou da realidade do morador e das condições sociais mínimas para a comunidade. Ele está na comunidade uniformizado e fortemente armado e representa de forma mais próxima o mesmo Estado que se ausentou e se apresentou diversas vezes como o policial violento.

Para o autor, a questão traz, ainda, outra consideração, que é o tipo de ordem estabelecida por estes três tipos.

Nesse sentido, a ordem estabelecida pela polícia é intermitente, porque é imposta brutalmente por meio de incursões geralmente sorrateiras, a fim de conseguir propina por parte dos traficantes, por vezes violentas e terrivelmente eficientes em termos bélicos quando coordenada pelo temido BOPE que, ao contrário da popularização como destacamento eficiente e honesto e da produção do ícone da ficção, o Capitão Nascimento, interpretado no cinema pelo ator Wagner Moura no filme “Tropa de Elite”, de 2007.

O BOPE é acusado pelos moradores de assassinatos, espancamentos e torturas de traficantes e inocentes. Portanto, é uma ordem violenta imposta por um Estado ausente que só se faz presente através da demonstração da força contra o tráfico de drogas. Além disso, é uma ordem que não usa da diplomacia no trato com os moradores, apelando para a intimidação, humilhação e agressão.

Ademais, a ordem estabelecida pelo tráfico é curiosamente legalista em alguns aspectos. Não admite, por exemplo, que haja furtos, extorsões ou violência sexual sob seu domínio. Leva em consideração o *status* do morador na comunidade, sua habilidade no futebol, sua respeitabilidade. Portanto, funciona como um tribunal de mão única para tratar de disputas e demandas entre os moradores.

Porém, não se impõe como uma ordem comportamental, sendo que sua autoridade se fundamenta no uso da força e, principalmente, pela imposição do medo gerado pelos ritos de morte impostos aos transgressores da ordem, os chamados “suplícios”, que envolvem a morte antecedida por uma interminável sessão de torturas e crueldades a fim de dramatizar o castigo. Assim, quanto mais terríveis forem os “suplícios”, mais temidos eles são e mais respeitada é a ordem imposta.

Finalmente, a ordem estabelecida pelo Exército durante o período de ocupação é uma ordem nova, distante de ser um meio-termo entre as duas ordens que já haviam se estabelecido como cultura da comunidade. Se por um lado é legalista, como a ordem do tráfico, também é comportamental. De acordo com o autor, houve tentativas de se implantar toque de recolher à noite, que não duraram muito tempo, mas havia repressão à venda de cigarros e bebidas alcoólicas a menores de idade, assim como ao desrespeito às leis sobre poluição sonora e

utilização de serviços ilegais no uso da luz elétrica, água e serviços de internet e TV a cabo.

Porém, ainda que a ordem seja imposta pelo uso da força, certamente seu uso é mais brando do que aquela imposta pelo traficante e pelo policial, mesmo que haja denúncias de abuso e violência por parte de moradores contra soldados. A ordem estabelecida pelo Exército é uma clara demonstração de poder por parte do Estado numa região que, por muitos anos, foi dominada pelo crime organizado. No entanto, este Estado é o outro que estava ausente e que era identificado como a polícia. Assim, é inevitável que esta nova ordem produza incontáveis tensões e incompreensões de ambos os lados quanto à abrangência do uso da força e à extensão desta ordem.

Nesse contexto, o estudo de Esperança (2012) destaca um evento que não foi noticiado pela imprensa, mas que ilustra bem a tensão produzida pela atuação do Exército durante as Operações Arcanjo. Não se sabe com certeza o que precisamente ocorreu. Pode ter sido abuso de autoridade por parte de um soldado contra uma criança, pode ter sido a interpretação equivocada de testemunhas alcoolizadas, ou até uma terceira alternativa. Um soldado foi repreender uma criança, com idade em torno de sete anos, que foi ao bar comprar cigarro e cerveja para alguém. Os fatos são: uma criança chorando de medo, duas garrafas de cerveja quebradas no chão e pessoas alcoolizadas intervindo na questão. Este evento gerou um tumulto com dezenas de pessoas, que se transformou numa multidão descontrolada contra um grupo de soldados acudados, que teve que usar *spray* de pimenta contra quem estivesse ali, incluindo mulheres e crianças.

O autor ressalta que, por vezes, essa tensão explodia, sendo que este não foi o primeiro, mas apenas mais um dentre muitos eventos parecidos. Ademais, a tensão não existe somente na relação entre esses atores sociais, mas neles mesmos. Um exemplo disso seria uma área do Complexo chamada de “Canitá”, onde há um campo de futebol, e que teria sido palco de muitas tensões. Tiros foram disparados contra os soldados, sem que se saiba de onde vinham. Em relação aos moradores, um deles confidenciou ao autor em entrevista: *“Tenho muita violência dentro de mim (...) se não fosse a igreja eu não estaria aqui hoje. Eu preciso da igreja todo dia (...)”*.

Assim, para Esperança (2012), a pacificação não foi tão pacífica quanto aparentava. As demonstrações públicas de poder bélico do tráfico e suas “bocas”

fixas se foram. No entanto, o tráfico continuou ocorrendo na região, mas de uma forma diferenciada, já que as “bocas” não eram mais fixas, mas itinerantes.

Nesse sentido, a fim de entender o “choque de culturas” ocorrido no Complexo do Alemão e da Penha, faz-se necessário entender a cultura do Exército Brasileiro.

2.2 A cultura do Exército Brasileiro

2.2.1- A consciência coletiva segundo Durkheim

Émile Durkheim explicou a sociedade com base na teoria do Fato Social, que seria toda maneira de fazer, pensar ou sentir, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior. Ou, ainda, uma concepção geral no âmbito de uma dada sociedade, tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, [1893] 1999).

Segundo o autor, a definição de Fato Social está diretamente relacionada àquilo que ocorre na coletividade, e não somente às manifestações individuais. Assim, para Durkheim (1999), existem dois tipos distintos de consciência: a individual e a coletiva.

Nesse sentido, a consciência individual seria aquela própria de cada indivíduo; referente ao modo particular de pensar e enxergar o mundo ao seu redor. Ela está relacionada às características psíquicas de cada indivíduo. Já a consciência coletiva é aquela que gera o Fato Social, estando, portanto, diretamente ligada aos interesses sociológicos. Ela não se baseia no que pensa este ou aquele indivíduo, pois não está relacionada às manifestações individuais. A consciência coletiva está espalhada por toda a sociedade e, desse modo, seria o seu psíquico, determinando sua moral e suas regras, além de estabelecer o que é “certo”, “imoral” ou “criminoso” e dizer aos indivíduos como eles devem pensar e agir diante da coletividade.

Portanto, segundo Durkheim (1999), a consciência coletiva é capaz de coagir as consciências individuais, levando as pessoas a agirem de acordo com o que quer a sociedade. Portanto, ela é externa aos indivíduos e está acima deles, sendo coercitiva e independente da sua vontade.

Nesse sentido, as instituições, como o Exército Brasileiro, trabalham a consciência coletiva para moldar a sua cultura organizacional.

2.2.2 – A origem da cultura organizacional do Exército Brasileiro

Barros (2010) define cultura organizacional como o modo de vida próprio que cada organização desenvolve em seus participantes. A cultura organizacional repousa sobre um sistema de crenças e valores, tradições e hábitos, uma forma aceita e estável de interações e de relacionamentos sociais típicos de cada organização. A cultura de uma organização não deve ser estática e permanente, mas deve e precisa sofrer alterações ao longo do tempo, via adaptação ou mitigação, dependendo das condições internas (endógenas) ou externas (exógenas).

Algumas organizações conseguem renovar constantemente sua cultura mantendo a sua integridade e personalidade, enquanto outras permanecem com sua cultura amarrada a padrões antigos. Nesse último modelo encontram-se as Forças Armadas brasileiras, sendo o Exército Brasileiro o mais conservador, sobretudo pelo seu rígido padrão disciplinar.

Para Santos (2012), o Exército Brasileiro é uma instituição pública que desenvolveu ao longo de muitas décadas uma profunda e complexa cultura institucional, arraigados valores próprios e uma intrincada estrutura organizacional. É conservador, tradicional, hermético, austero, reservado e avesso a investigações, tornando-se desconhecido da sociedade e, poder-se-ia dizer, até mesmo dele próprio.

Nesse contexto, ao abordar a “socialização militar”, Rosa e Brito (2010) argumentam que a relação entre indivíduo e sociedade ocorre por meio do conceito de *habitus* que, na perspectiva sociológica bourdieusiana, se caracteriza pela dialética entre estruturas sociais e mentais, formando a matriz geradora das práticas cotidianas. Assim, os autores observam que a socialização militar opera um tipo de alternância ou conversão desse *habitus*, na medida em que procura substituir sua forma primária pela secundária. Essa alternância ocorre por meio da cultura organizacional das escolas de formação e perpetua-se através da oficialidade da carreira combativa. O grau de incorporação dessa cultura dependerá da intensidade e do tempo de treinamento durante a fase de formação militar nos diversos estabelecimentos de ensino. Rosa e Brito (2010) apontam, ainda, que o campo militar organiza sua dinâmica de relações sociais produzindo indivíduos altamente previsíveis.

Já segundo a análise sociológica de Bourdieu (1989, 1995, 1996a, 1996b, 1999, 2004, 2005), indivíduo e sociedade interagem por meio do *habitus*. Forma-se um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais (tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, etc.). O autor supera a antinomia entre objetivismo (no caso, preponderância da estruturas sociais sobre as ações do sujeito) e subjetivismo (primazia da ação do sujeito em relação às determinações sociais) nas ciências humanas. O *habitus* traduz estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos. Caracteriza um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. O indivíduo reproduz as condições sociais de sua produção, ou seja, ocorre um processo de interiorização e exteriorização, no qual as estruturas sociais se transformam em estruturas mentais.

Posteriormente, as estruturas mentais atualizam as estruturas sociais através das práticas: processo de caráter dialético que (re)constrói e atualiza a realidade social. Ainda de acordo com o autor, quando as estruturas sociais se convertem em estruturas mentais, influenciam na forma como o indivíduo percebe o mundo, normatizando o seu modo de agir, sendo exteriorizadas por meio do *ethos*, que corresponde a um conjunto sistemático de princípios ou valores em estado prático e de disposições morais que regulam a conduta cotidiana de um determinado grupo social. Portanto, é por meio do *ethos* que um militar julga o comportamento de seu superior ou subordinado.

Para Wacquant, (2005), o *habitus* gera ao mesmo momento um princípio de socialização e de individualização. O princípio da socialização desenvolve categorias de julgamento e de ação do indivíduo, oriundas da sociedade, sendo estas partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares. Desse princípio, origina-se um *habitus* religioso ou mesmo um *habitus* militar. Através do princípio da individualização, cada indivíduo ao ter trajetória e localização única no mundo, internaliza uma combinação particular e incomparável de esquemas. Dessa forma, o *habitus* é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia em relação às determinações externas.

Para Bourdieu (1989, 1995, 1996a, 1996b, 1999, 2004, 2005), a noção de campo serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e

práticas específicas de um determinado espaço social. A noção de campo ajuda a entender como a sociedade se diferencia e a sua característica heterogênea. Dessa forma, cada campo social possui uma dinâmica específica, sendo que, a partir das especificidades, compreendem-se as relações sociais no campo. Cada espaço corresponde a um campo específico como, por exemplo, cultural, econômico, educacional, científico, militar, etc. Assim, é possível determinar a posição social dos agentes, que atuam como as figuras de autoridade, detentoras de maior volume de recurso de poder.

Ainda segundo Bourdieu (2010), o poder simbólico é uma forma transformada das outras formas de poder, isto é, um poder arbitrário que impõe coercitivamente a sua força, mas que não é reconhecido como tal, pois tem sua forma transfigurada em forma legitimada (2010, p. 15), inobstante alcançar os mesmos efeitos que seriam obtidos pelo exercício da força física ou econômica.

Ao definir o conceito de violência simbólica, o autor explica a adesão dos dominados em um campo, que consiste na dominação consentida, pela aceitação das regras e crenças partilhadas como se fossem naturais, assim como pela incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras impostas pelas autoridades dominantes de um campo.

Para Rosa e Brito (2010), a posição de comandante de uma organização militar já existe dentro da estrutura do campo militar e independe do militar que ocupa. No entanto, exige certos requisitos segundo as normas vigentes do campo.

Ainda segundo os autores, o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas com a predisposição para a sociabilidade. O indivíduo necessita de uma porta de entrada para que se torne membro de uma sociedade, processo denominado de socialização. Esse processo de integração social do indivíduo ocorre em duas fases ao longo da sua vida: a socialização primária e a socialização secundária.

Durante a socialização primária, o indivíduo tem seu primeiro contato com o universo simbólico, sendo que tal socialização em que encontra seus outros significativos expressos pela interação com os pais e parentes próximos. Caracteriza o sistema de referências inicial, um tipo de *habitus* primário, que servirá de

referência inicial para a interiorização de outros sistemas de referência resultantes da entrada do indivíduo em novos segmentos da sociedade (campos sociais).

Quando o indivíduo participar de novos espaços de interação, como a escola, a universidade e o local de trabalho, sofre a socialização secundária, que envolve a interiorização de submundos específicos, o que Bourdieu define como “campos sociais específicos”.

Para Rosa e Brito (2010), na análise dos processos formais de socialização secundária, deve-se considerar o processo precedente de socialização primária, ou seja, deve-se tratar com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. A realidade já interiorizada tem a tendência a persistir. Assim, os novos conteúdos que devam agora ser interiorizados, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente. Há, portanto, um conflito de coerência entre as interiorizações iniciais e as novas. Pode ocorrer a dificuldade de inserir um tipo de *habitus* secundário por sobre o *habitus* primário. Com objetivo de anular os efeitos da socialização primária, torna-se necessário uma ação pedagógica capaz de inculcar nos novos participantes do espaço social a dinâmica cultural em vigor, no presente estudo, a socialização militar.

Os autores consideram que a socialização militar é uma dinâmica que se baseia numa “transformação quase total, isto é, na qual o indivíduo ‘muda de mundos’”. Esse processo caracteriza-se pela ação pedagógica extremamente violenta do ponto de vista simbólico. Essa ruptura envolve um processo em que a biografia anterior à alternância é caracteristicamente aniquilada. Nas organizações militares, responsáveis pela socialização, a construção de um novo *habitus* visa transformar o civil em militar por meio de um arbítrio cultural, pelo qual irá transmitir aos novos membros os valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade militar.

Ainda de acordo com os autores, ser militar não depende apenas dos conteúdos inculcados durante o curso de formação mas, sobretudo, da convivência no campo militar e do contato social com outros militares, pois “só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade”.

Rosa e Brito (2010) afirmam que a manutenção do *habitus* secundário, no contexto militar, é norteadada por duas categorias centrais que permeiam essas relações no cotidiano da organização militar: a hierarquia, que delimita quem manda e quem devem obedecer e a disciplina, que assegura tal obediência. Ambos os valores possuem uma relação de interdependência e são reconhecidas pela própria organização como pilares da instituição militar.

Nesse contexto, Foucault (2009) define corpo dócil como o corpo disponível à submissão, utilizável portanto, podendo ser transformado e aperfeiçoado. É o corpo que se manipula, se modela, se treina, que prontamente obedece e responde quando solicitado, tornando-se ágil para o fim a que se presta ao ter suas forças multiplicadas através do seu adestramento¹. A eficácia e a economia dos movimentos, sua organização para obtenção de um determinado resultado, é adquirida por um controle minucioso sobre as operações do corpo, sujeitando suas forças e impondo uma relação de docilidade-utilidade que Foucault chama de *disciplina*.

As disciplinas visam à produção do aumento das habilidades, da absoluta sujeição, pronta obediência e maior utilidade. A disciplina é o meio pelo qual se obtém, portanto, corpos submissos, treinados e eficientes, isto é, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2009, p. 132-133). A disciplina, ao mesmo tempo e na mesma proporção que aumenta as forças do corpo para a produção dos resultados almejados, diminui sua capacidade de resistência à dominação, isto é, sua capacidade política de articular vontades. Ela anula a vontade pessoal do indivíduo, estabelecendo uma relação de sujeição estrita àquele que domina. A disciplina promove no agente o elo coercitivo entre uma *aptidão otimizada* na realização das atividades que dele se esperam no campo em que está inserido e uma *dominação exagerada* às regras e exigências desse campo (FOUCAULT, 2009, p. 133-134).

Rosa e Brito (2010) inferem que o processo de socialização secundária dos militares do Exército Brasileiro ocorre em todos os níveis hierárquicos. Existe a divisão da formação combatente e a formação técnica, assim como a divisão entre militar de carreira e militar temporário. Os oficiais combatentes de carreira têm o processo de socialização mais intenso e longo de toda a formação militar, num

¹ Termo utilizado no meio militar, que no ambiente das organizações civis equivale aos processos de capacitação e treinamento.

período de cinco anos ininterruptos e em regime de internato, sendo que os conteúdos ministrados se alternam entre ensino fundamental (acadêmico) e profissional (militar). A organização responsável pela socialização é a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada no município de Resende, no estado do Rio de Janeiro.

Para os autores, a pouca idade do cadete é um ponto importante nesse processo, na medida em que a ação pedagógica incidirá sobre um indivíduo jovem, com estruturas mentais suficientemente frágeis para uma eficaz alternância das estruturas subjetivas ou conversão do *habitus*.

Rosa e Brito (2010) identificam, ainda, a preocupação da instituição formadora em homogeneizar os militares por meio de um processamento padrão. Essa homogeneização se apresenta objetivada na farda, na postura e no corte de cabelo, sendo reproduzida nos comportamentos, tais como a continência. Tudo está previsto nos regulamentos, gerando a padronização de conteúdos que são inscritos nas mentes e nos corpos durante a formação militar.

Nesse sentido, para os autores, existem socializações, com diferenças em virtude da intensidade e da duração. Assim, os oficiais combatentes são formados em regime de internato, enquanto que os demais oficiais são formados em regime de externato, não sofrendo o “efeito bolha”, isto é, o isolamento da sociedade. No caso dos oficiais temporários combatentes, há maior intensidade, mas durante um curto período de duração. Já os oficiais temporários dos quadros técnicos têm instruções de pouca duração e baixa intensidade.

Ainda segundo Rosa e Brito (2010), a formação dos sargentos segue as mesmas particularidades da formação dos oficiais em termos de duração do curso e dos conteúdos ministrados. Os sargentos combatentes possuem ênfase nas operações e exercícios de campo, aproximando-os da formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Por fim, a formação dos soldados ocorre a partir do Serviço Militar Obrigatório, em que os jovens com idade de 18 e 19 anos passam pela condição de recrutas e têm toda a sua formação ministrada na própria organização em que se incorporaram.

Rosa e Brito (2010) também inferem que, independentemente do tipo de formação militar, após a formação inicial há um trabalho continuado de preservação e manutenção dos conteúdos incorporados, de forma mais ou menos rigorosa. Existe um trabalho de conservação do *habitus* militar por meio da hierarquia e disciplina. Assim, o processo de formação militar busca construir uma forma de pensamento e ação característicos da profissão militar.

Castro (1990) afirma que os comportamentos da estrutura militar possuem um fundo cultural, que definiu como “espírito militar”, e que consiste num conjunto de crenças, valores e comportamentos compartilhados pelos militares. O autor aponta que o principal efeito simbólico da socialização militar é a divisão entre os mundos “civil” e “militar”. Constrói-se uma visão de comunidade militar, baseada no espírito de corpo, na qual prevalece o coletivo sobre o individual.

Rosa e Brito (2010), observam que a divisão dos refeitórios, banheiros e alojamentos são barreiras construídas na organização militar para delimitação das distâncias hierárquicas. São espaços de interação próprios para os diversos círculos hierárquicos: oficiais, sargentos e soldados. Apesar dos espaços possuírem acessos livres, simbolicamente possuem barreiras de entrada que a hierarquia confirma. Os autores destacam que são formas cotidianas de exteriorização de sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos no interior da instituição, estando cada militar em sua posição hierárquica.

Para os autores, no campo militar, a hierarquia atua de forma inconsciente, enquanto que a disciplina é um elemento de controle e manutenção da hierarquia, pois opera por meio de um regime de punição e recompensa que garante que as leis que regem a instituição sejam cumpridas. O militar que sofre a punição, simbolicamente, tem sua moral abalada perante os demais militares.

Foucault (2009) infere que o caráter educativo das punições consiste em um poder disciplinar sobre os agentes, fazendo-os funcionar de acordo com a norma, punindo os desviantes e recompensando os normalizados.

O autor explica que os aparelhos disciplinares trabalham o espaço obedecendo ao princípio da *clausura*, da *localização imediata* ou do *quadriculamento individualizante*. Este princípio determina que cada indivíduo tenha

seu lugar e cada lugar seja ocupado por um único indivíduo. É um princípio regido pela exclusividade pois, além de não admitir a existência de espaços vazios e indivíduos sem espaço, exige que cada espaço identifique um único indivíduo, quer dizer, não permite a ocorrência de repartições indecisas.

Os espaços são divididos não como se fossem *territórios*, haja vista que isto teria por consequência uma certa dominação de quem o ocupa, isto é, uma certa independência ou liberdade do indivíduo dentro do espaço ocupado. Nem tampouco como um local físico ou fixo pois, neste caso, estar-se-ia diante de uma *residência*. Nada disso é permitido: nenhuma autonomia, nenhuma individualidade do agente dentro do espaço que ocupa; por isso, nem *território* nem *residência*, mas um *lugar na fila*, um lugar que *classifica* uma única pessoa. O espaço disciplinar, como é chamado, permite um contínuo e intenso conhecimento, controle, domínio e utilização eficiente de quem o ocupa, pois identifica os corpos de maneira dinâmica dentro do grupo social ao distribuí-los e fazer com que circulem numa rede de relações pré-estabelecidas (FOUCAULT, 2009, p. 138-141).

Os lugares individuais permitem o controle de cada um ao mesmo tempo que o trabalho simultâneo de todos, dando movimento a uma máquina de socializar regida pelos instrumentos da vigilância, da hierarquização, da recompensa e da punição. “São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos.” Institui-se, assim, um efficientíssimo instrumento de dominação e socialização que estabelece e conserva uma ordem muito bem definida (FOUCAULT, 2009, p. 142-143).

O poder disciplinar é um poder modesto, de pequenos procedimentos que se manifestam no cotidiano; mas se exerce de maneira permanente, contínua e ininterrupta, sendo implementado por meio de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação de ambos (FOUCAULT, 2009, p. 164).

A observação contínua, no campo militar, ao mesmo tempo em que objetiva quatro efeitos determinados cada um por um imperativo, tem sua abertura possibilitada justamente pelos efeitos que almeja e seus imperativos, quais sejam: ao imperativo de saúde, corpos vigorosos; ao imperativo de qualificação, oficiais

competentes; ao político, militares obedientes; ao de moralidade, prevenir a devassidão e a homossexualidade (FOUCAULT, 2009, p. 166).

Desta forma, Rosa e Brito (2010) concluem que a disciplina no Exército Brasileiro é construída nos corpos militares por uma pedagogia voltada principalmente para a manipulação do corpo. Daí a importância da educação física no campo militar, visto que expõe o corpo a uma 'maquinaria', um conjunto de exercícios corporais (ordem unida, maneabilidade etc.) que visam a 'fabricá-lo' por meio do treinamento 'ortopédico', tornando-o submisso, dócil e útil. A hierarquia e disciplina estabelecem o lugar de cada um na cadeia de comando e a distância desse um em relação aos outros.

Objetivamente, essa localização reside nos símbolos físicos representados pelas instalações físicas (alojamentos, banheiros e refeitórios) e pela farda (insígnias, medalhas etc.), por meio dos quais se sabe exatamente quem vigia e quem deve ser vigiado, quem pune e quem deve ser punido, quem manda e quem deve obedecer. Subjetivamente, são geradas barreiras simbólicas, vistas como intransponíveis, sob o risco de ser promíscuo.

Para os autores, a hierarquia e disciplina são interdependentes e sua incorporação no *habitus* militar reforça-se mutuamente na construção do corpo disciplinado, que também é hierarquizado. Além disso, apontam que a idéia de padronização dos corpos na qual as pessoas têm que deixar de ser o que realmente são, para serem o que o Exército Brasileiro autoriza, reflete a alternância que está presente também nas exteriorizações do *ethos* militar. Está vinculada ao uniforme, levando à idéia limite de o uniforme assumir um *status* de segunda pele. Assim, a consciência de que a profissão não permite "sentar na calçada pra esperar o ônibus" ou "encostar-se à parede" "mesmo que esteja em trajes civis", demonstra o condicionamento permanente sobre o *ethos* militar.

O processo de socialização que sofrem os militares, com a destruição do "eu" e a implantação dos valores organizacionais do Exército Brasileiro são mantidos através do convívio diário nos quartéis e maximizados para fora do ambiente de trabalho através do processo de institucionalização total da Força Terrestre.

2.2.3 – Exército Brasileiro: Instituição total

Erving Goffman, define instituição total como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 2008, p. 11). São estabelecimentos sociais que se traduzem fisicamente em salas, conjunto de salas, edificações, construções onde se realiza um determinado tipo de atividade. Estas atividades podem ter caráter obrigatório, de onde o indivíduo tira seu sustento e adquire seu *status* social; ou podem ter caráter voluntário, a exemplo de clubes, agremiações e locais de diversão e descontração, onde a pessoa dedica o tempo que lhe sobra das atividades impostas (GOFFMAN, 2008, p. 15-16).

Para o autor, toda instituição apodera-se de parte do tempo do indivíduo que a compõe, dando-lhe em troca algo de seu universo. Tem sempre, por isso, uma propensão ao *fechamento*, isto é, um *caráter total*, sendo que este se caracteriza pela tendência que possui toda instituição de impor embaraços às relações do indivíduo com o mundo que lhe é exógeno, quer dizer, dificultar o contato, este visto como fator de influência, com uma cultura que lhe seja estranha (GOFFMAN, 2008, p. 16).

Segundo o autor, os indivíduos inseridos na sociedade realizam suas atividades triviais do cotidiano, tais como as de trabalho, lazer, descanso, alimentação, familiares, de estudo e religiosas, em diferentes locais que são distintos entre si de maneira muito significativa, com valores, hábitos e costumes próprios e totalmente diversos.

A característica fundamental das instituições totais vem justamente de encontro a esta realidade, isto é, o caráter de fechamento se centra exatamente na tendência da instituição em buscar reunir todas as esferas da vida em um só local, sob uma mesma autoridade, dentro de uma cultura organizacional hegemônica que responda a todos os anseios da vida. Quanto mais intensa a tendência ao fechamento, maior a aproximação da instituição com o modelo de instituição total (GOFFMAN, 2008, p. 17-18).

Goffman (2008) afirma que a vigilância, portanto, é o fator preponderante nestas instituições, meio pelo qual se verifica a adequação do indivíduo ao grupo social, quer dizer, aos seus valores, crenças, hábitos e costumes, isto é, à sua visão

de mundo, à qual deve corresponder ou subsumir a visão de mundo do indivíduo que o integra, manifestada pelos seus comportamentos e atitudes.

Em toda circunstância, classifica-se as pessoas envolvidas em duas categorias: a dos superiores, que exercem a fiscalização, e a dos subordinados, que estão sendo observados, avaliados e julgados nas suas condutas, mesmo as mais triviais, de maneira a possibilitar a correção dos desvios através dos processos de socialização e seus contínuos reforços peculiares a cada instituição em particular (GOFFMAN, 2008, p. 18).

Goffman (2008) afirma que, na instituição total, a natureza do trabalho realizado por seus integrantes, a forma de pagamento ou recompensa, a contrapartida pelo trabalho realizado, difere drasticamente da existente na sociedade mais ampla, pois não há alteração na percepção salarial correspondente às variações quantitativas e qualitativas de trabalho ou resultados. Funciona como um sistema de pagamentos secundários, frequentemente cerimoniais e simbólicos.

O fator primordial é a disponibilidade do indivíduo que, em certas ocasiões, terá pouquíssimo trabalho a realizar por longos períodos de tempo, mas deve estar sempre ali, disponível e com boa disposição para oferecer seus serviços. Em outras ocasiões, deverá demonstrar sua disponibilidade e disposição para um trabalho que poderia ser qualificado como escravo na sociedade mais ampla. Isto afeta de maneira pertinaz o sentido que o indivíduo possa ter de sua individualidade, introjetando nele um sentimento de posse da instituição em relação a si (GOFFMAN, 2008, p. 21).

Nesse sentido, segundo o autor, algumas instituições qualificam o trabalho como um sacerdócio, sendo mesmo um crime relacioná-lo, mesmo que levemente, a uma contrapartida material. As recompensas se fundamentam prioritariamente em capital simbólico. Portanto, o ritual de iniciação nas instituições totais compreende uma série de procedimentos aos quais são submetidos os iniciantes, chamado por Goffman de processo de mortificação do eu, ou processo de mutilação do eu, ou ainda processo de profanação do eu.

Para o autor, isto se faz necessário pelo fato de que, ao ingressar na instituição, o indivíduo procede de uma sociedade mais ampla, onde está inserido em inúmeros grupos sociais e em contato com tantos outros dos quais adquiriu valores, crenças, hábitos, costumes, opiniões próprias e divergentes das que

compõem a visão de mundo da instituição à qual está em vias de integrar. (GOFFMAN, 2008, p. 87).

Segundo Santos (2012), o Exército Brasileiro caracteriza-se como uma instituição total porque engloba, substitui e concorre com as demais instituições realizando o fechamento em si mesmo.

Ainda de acordo com o autor, a primeira forma de ação se dá na tentativa de *cooptar* ou *englobar* aquelas instituições frente às quais não tem condições de oferecer satisfações similares, a exemplo da família, que passa a integrar o público interno, sendo qualificada como família militar.

Santos (2012) destaca que, como o Exército não pode eliminar as influências da família sobre o militar, busca trazê-la para dentro, rotulando-a de “público interno” e implementando medidas de fato que visam aproximá-la o máximo possível de si. Dessa forma, minimiza, na sua permanente e inalcançável tentativa para anular, a influência da família sobre o militar.

Assim, o Exército Brasileiro busca aproximar os valores, a forma de pensar, agir e ver o mundo, isto é, a visão de mundo dos familiares, da sua própria, de maneira que a influência da família sobre o indivíduo seja um reforço às tendências da instituição, ou, pelo menos, um obstáculo cada vez com menor força. A instituição busca, dessa forma, a hegemonia da sua influência, não somente sobre o indivíduo, mas também sobre seus familiares, com o objetivo de obter um melhor resultado de *fechamento* sobre seus integrantes.

Segundo o autor, os familiares do militar do Exército Brasileiro, portanto, integram a “família militar” e são tratados com grande prioridade pela Instituição, fazendo parte do chamado “público interno”. Os comandantes são orientados, inclusive por meio de diversos documentos oficiais, a manterem os familiares próximos de maneira a se sentirem não só como alvo dos cuidados da Instituição, mas principalmente como que a integrando.

Dessa forma, devem ser mantidos juntos às Organizações Militares por meio da realização de atividades sócio-culturais, religiosas, desportivas, sociais, palestras, distribuição de informativos, participação de campanhas institucionais e educativas, visitas em datas comemorativas ou eventos programados com essa finalidade, colônia de férias para as crianças e outros eventos congêneres.

Santos (2012) afirma que estes eventos são vistos como instrumentos e oportunidades para manter a “família militar” devidamente informada das realizações

da Instituição e das suas decisões, do que se passa no seu interior, seus procedimentos, pensamento e filosofia, e seus posicionamentos diante dos acontecimentos que se sucedem na sociedade mais ampla.

Todas as ocasiões são aproveitadas para ressaltar a importância da “família militar” para o Exército, visando despertar nas crianças e nos jovens sentimentos de orgulho em relação à identidade da Instituição e necessidade de colaboração na manutenção de uma correspondente imagem forte e positiva junto aos públicos externos, buscando ainda fazer com que se sintam úteis e valorizados.

Enfim, para o autor, a Instituição procura manter viva no imaginário dos familiares a ideia de que existe uma preocupação real e constante do Exército com o bem-estar desse público, traduzida em ações efetivas, por parte da Instituição, que promovem benefícios e melhorias por meio de uma assistência contínua e eficiente.

Santos (2012) esclarece que a segunda forma de ação do Exército em relação às instituições da sociedade mais ampla se manifesta na busca por *substituí-las* totalmente na satisfação das necessidades, com a finalidade de suprimir completamente as instituições desta categoria da vida de seus integrantes, como no caso das necessidades na área de educação e saúde, por meio dos Sistemas de Ensino e de Saúde do Exército.

Para o autor, o ensino militar, por exemplo, abrange todas as áreas e fases do desenvolvimento educacional do militar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, estabelece no seu art. 83 que “o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.”

Assim, a instituição militar reserva para si, mediante lei, com exclusividade, a regulamentação do seu sistema de ensino, fato que pode ser observado na fala de autoridades militares quando, ao referirem-se ao assunto, fazem questão de deixar claro que o Exército não abre mão, em hipótese nenhuma, de ter o mais absoluto controle sobre seu sistema de ensino, não admitindo em absoluto qualquer interferência neste aspecto considerado fundamental para a Instituição.

Segundo o autor, o oficial realiza, nas diversas fases da sua carreira, inúmeros cursos, começando pela graduação, na Academia Militar das Agulhas Negras, quando recebe o certificado de bacharel em ciências militares. Há cursos de especialização e extensão, equiparados às pós-graduações *lato sensu*, na maioria voltada exclusivamente para a atividade militar.

Neste contexto, também existem cursos de natureza mais ampla, quer dizer, não exclusivamente militares, mas sob o total controle da Instituição e para a exclusiva aplicação na atividade militar, como os realizados no Centro de Estudos de Pessoal (CEP), no Forte do Leme, Rio de Janeiro, escola do Exército que oferece cursos de pós-graduação para oficiais nas áreas de Comunicação Social, Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia e Orientação Educacional, e idiomas.

O autor observa que, até para estudar um idioma o militar não necessita buscar cursos civis na sociedade mais ampla, podendo suprir essa necessidade por meio de uma estrutura de Ensino à Distância disponibilizada pela Instituição, com professores de seis idiomas, todos oficiais do Exército.

Há outros cursos próprios da carreira do oficial, equiparados por legislação interna da Instituição aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, mestrado, doutorado e pós-doutorado. É comum muitos oficiais atingirem o generalato cursando somente escolas militares, dentro do Exército, por vezes desde muito cedo, bem antes mesmo de haverem ingressado na Academia, por terem sido alunos, quando ainda jovens civis, de um dos diversos Colégios Militares espalhados pelo país e sob a supervisão, orientação e o total controle do sistema de ensino do Exército.

Santos (2012) infere que os militares do Exército Brasileiro ainda têm a opção de manterem, desde muito cedo, seus filhos estritamente dentro do ensino militar, por meio dos Colégios Militares, escolas integradas ao sistema de ensino do Exército, onde muitos alunos despertam o interesse, ou têm este interesse reforçado, para seguir a carreira das armas, prosseguindo seus estudos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e na Academia Militar das Agulhas Negras, como de fato tem sido a trajetória de muitos oficiais.

Santos (2012) afirma, ainda, que outro grande sistema que contribui para o *fechamento* da Instituição é o sistema de saúde do Exército (FUSEx), de participação obrigatória de todo o público interno, isto é, não só do militar, mas também das pensionistas. O desconto é feito automaticamente em folha de pagamento em duas categorias: um desconto fixo, realizado todos os meses, semelhante ao pagamento de um plano de saúde, quer o beneficiário utilize ou não o serviço, e um desconto, regulado por tabela, feito para cada procedimento de saúde realizado quando o beneficiário faz uso do serviço.

Assim, o FUSEx abrange todos os serviços de saúde, quer dizer, supre todas as necessidades em saúde do público interno. Possui uma estrutura complexa, com profissionais de saúde, oficiais e sargentos de carreira e temporários, e inúmeras Organizações Militares de Saúde, como hospitais, policlínicas e postos de atendimento espalhados em todo o território nacional. Dessa forma, o militar e seus familiares podem ter todas as suas necessidades em saúde supridas exclusivamente pela Instituição, sendo atendidos somente por profissionais e especialistas de saúde também oficiais e sargentos do Exército em ambiente hospitalar e militar.

Finalmente, Santos (2012) conclui que , a terceira forma de atuação do Exército frente às instituições da sociedade mais ampla se apresenta na sua procura por *concorrer* com elas na satisfação das necessidades, isto é, *concorre* com aquelas instituições que não pode suprimir na vida de seus integrantes nem cooptá-las a fim de englobá-las, a exemplo das instituições religiosas, por meio da Capelania Militar.

Dessa forma, o Exército também oferece assistência religiosa por meio da sua Capelania. A composição do serviço religioso se fundamenta no resultado de censos periodicamente aplicados aos militares da ativa. São obtidos, dessa forma, dados percentuais dos integrantes das diversas religiões professadas pelos integrantes do público interno. A partir dessas informações, são recrutados os ministros religiosos em número proporcional à representação de cada religião.

Nesse contexto, o serviço religioso, a exemplo do de saúde, se estrutura num sistema complexo, composto por pastores evangélicos de diversas denominações e padres católicos, oficiais de carreira e temporário, responsável por uma grande quantidade de atividades religiosas que visam atender o militar, no seu ambiente de trabalho, e a seus familiares; ou melhor, satisfazer as necessidades religiosas da “família militar” dentro do ambiente institucional.

Santos (2012) entende que não é possível cooptar nem eliminar da vida do militar, e de sua família, uma Igreja Presbiteriana ou uma Igreja Católica. Mas é plenamente possível colocar uma farda em um pastor presbiteriano ou num padre católico, torná-lo oficial do Exército e nele introjetar, por meio de todos os processos de socialização e seus contínuos reforços, os valores institucionais, fortalecendo, por meio desses ministros religiosos, os mesmos processos de socialização e seus reforços na Instituição e sobre seus integrantes.

O autor entende que existem, ainda, outras estruturas que mantêm os militares e seus familiares imersos no ambiente institucional do Exército Brasileiro, mesmo nos seus momentos de maior intimidade, descanso e lazer. A estrutura de “vilas militares” é um exemplo disso, onde residem as famílias e se reúnem os militares após o seu dia de trabalho, passado este integralmente dentro dos quartéis, haja vista lá existir também uma estrutura de cozinhas e refeitórios na qual as principais refeições são realizadas nos cassinos de oficiais e sargentos e ranchos de cabos e soldados, sem contar as cantinas e outros serviços encontrados dentro do aquartelamento, como barbearia e bancos, que tornam desnecessárias saídas esporádicas para solução de problemas particulares.

Santos (2012) infere que a estrutura dos clubes e círculos militares é outro exemplo, onde a “família militar” pode passar seus finais de semana e desenvolver suas relações sociais sem sair do ambiente militar, com oportunidades de práticas desportivas das mais variadas, como futebol, natação, polo aquático, diversos jogos de quadra e campo, hipismo, polo e outros, além de atividades sociais das mais diversas, realizando todos seus eventos sociais, como aniversários e casamentos, churrascos e almoços, bingos e chás, em um local que normalmente proporciona maiores vantagens em relação às estruturas oferecidas pela sociedade mais ampla, não só em termos de localização, mas também de preços e segurança.

O autor destaca que há, ainda, áreas de lazer reservadas que cumprem a finalidade de manter o militar longe do convívio com pessoas que não integram o público interno, a exemplo da praia do Imbuí, em Niterói-RJ; Amaralina, em Salvador-BA; e Marambaia, no Rio de Janeiro-RJ, que oferecem uma estrutura privada em condições muito melhores às encontradas nos ambientes semelhantes abertos ao público em geral.

Outro exemplo pode ser constatado na estrutura de “hotéis de trânsito” que são hotéis idênticos aos da rede privada, mantidos pelas Organizações Militares em grande parte das cidades de todo o país, incluindo as cidades turísticas, com preços mais vantajosos que os oferecidos pelo mercado, onde os oficiais, os sargentos e seus dependentes, quando em férias ou em viagens a trabalho ou de lazer, podem ficar hospedados.

Dessa forma, Santos (2012) constata que o Exército Brasileiro mostra-se como uma instituição na qual o seu integrante, ao nela ingressar, pode, lá dentro e durante toda a sua vida, de maneira isolada e protegida num mundo familiar e suficiente, ver

satisfeitas boa parte das suas necessidades, e das de seus dependentes, através da estrutura montada pela Instituição.

O autor conclui que o Exército Brasileiro procura suprir todas as necessidades do militar, quer sejam profissionais quer sejam pessoais, e de sua família, tendendo a um fechamento em grau máximo, de maneira perfeita, em todos os seus movimentos, conquistando o máximo do tempo do militar e assumindo o total controle de sua mente, de seu coração e dos membros de sua família, na tentativa de anular completamente a influência que qualquer outra instituição possa exercer sobre os integrantes de seu público interno.

Nesse sentido, a institucionalização total transporta os dois principais pilares do Exército Brasileiro, hierarquia e disciplina, para além dos muros dos quartéis.

2.2.4- A hierarquia e disciplina através da dominação tradicional.

Para Costa (2001), dominação é a possibilidade de um determinado grupo se submeter a um determinado mandato. Isso pode acontecer por motivos diversos, como costumes e tradição. Já Weber (1981) define três tipos de dominação, que se distinguem pelo caráter da dominação (pessoal ou impessoal) e, principalmente, pela diferença nos fundamentos da legitimidade. São elas: legal, tradicional e carismática.

Segundo Weber (1981), na dominação legal a obediência está fundamentada na vigência e na aceitação da validade intrínseca das normas, sendo seu quadro administrativo mais bem representado pela burocracia. A ideia principal da dominação legal é a de que deve existir um estatuto que pode criar ou modificar normas, desde que esse processo seja legal e previamente estabelecido. Nessa forma de dominação, o dominado obedece à regra, e não à pessoa em si, independente do pessoal, ele obedece ao dominante que possui tal autoridade devido a uma regra que lhe deu legitimidade para ocupar este posto, ou seja, ele só pode exercer a dominação dentro dos limites pré-estabelecidos. Assim o poder é totalmente impessoal, onde se obedece à regra estatuída e não à administração pessoal. A forma mais pura de dominação legal é a burocracia.

Segundo o autor, a dominação tradicional se dá pela crença na santidade de quem dá a ordem e de suas ordenações, também ocorrendo na autoridade

patriarcal, onde o senhor ordena e os súditos obedecem. O ordenamento é fixado pela tradição e sua violação seria um afronto à legitimidade da autoridade. Os servidores são totalmente dependentes do senhor e ganham seus cargos seja por privilégios ou concessões feitas pelo senhor. Não há um estatuto e o senhor pode agir com livre arbítrio.

Na dominação carismática, Weber (1981), argumenta que os dominados obedecem a um senhor em virtude do seu carisma, ou seja, das qualidades excepcionais que lhe conferem especial poder de mando. A palavra carisma é de inspiração religiosa e, no contexto cristão, lembra os dons conferidos pelo Espírito Santo aos cristãos. A palavra foi reinterpretada em sentido sociológico como dons e carismas do próprio indivíduo e, foi nesta forma que Weber a adotou. O autor considerou o carisma uma força revolucionária na história, pois ele tinha o poder de romper as formas normais de exercício do poder. Por outro lado, a confiança dos dominados no carisma do líder é volúvel e esta forma de dominação tende para a via tradicional ou legal.

A tradição é uma orientação para o passado, de maneira que o passado tenha uma pesada influência sobre o presente. A tradição se constitui pela repetição ao longo do tempo, o que dá origem ao ritual. A tradição, assim, se mantém por meio do ritual, sendo este um meio prático de garantir a preservação. A “linguagem ritual é performativa, e às vezes pode conter palavras ou práticas que os falantes ou os ouvintes mal conseguem compreender.” (BECK *et al*, 1997, p. 80-83).

As tradições inventadas têm o propósito principal de socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Segundo Castro (2002), a decisão de cultuar Caxias num momento conturbado pelo tenentismo seria alcançar no plano simbólico a necessária afirmação da legalidade e o afastamento da política dos oficiais do Exército Brasileiro, cuja unidade estava despedaçada na década de 1920.

Para Castro (2002), Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias é oficialmente cultuado como o patrono do Exército, sendo a sua data natalícia, 25 de agosto, considerada o dia do soldado. Caxias morreu em 1880, e apenas em 1923 o Exército passou a cultuá-lo. Durante quatro décadas a principal

data militar do Brasil era a da Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866) da Guerra do Paraguai, tendo em Manuel Luís Osório (1808–1879), o seu principal herói. Osório era popular e carismático nos corpos de tropa, representava o espírito guerreiro que todo soldado deveria se espelhar. A partir de 1923, substituiu-se Osório por Caxias, como modelo ao soldado brasileiro.

Segundo Castro (2002), Osório e Caxias foram os principais heróis militares do Império. Ambos foram monumentalizados em estátuas eqüestres no Rio de Janeiro. A de Osório localizada na praça XV de novembro (1894), e a estátua de Caxias no Largo do Machado (1899). Embora feitas pelo mesmo escultor, possuem diferenças marcantes. A estátua de Osório foi feita com canhões derretidos da Guerra do Paraguai, o cavalo está em movimento, sendo que o mesmo veste um uniforme de campanha, consagrando dessa forma a visão de um guerreiro. Ao contrário, a estátua de Caxias consagra a figura de um aristocrata e estrategista.

Para o autor, a criação dessa nova tradição tinha o objetivo de afastar o Exército das lutas partidárias e buscar o seu verdadeiro objetivo, ou seja, a defesa da ordem constitucional e a defesa externa do país. Caxias representava esse novo modelo de soldado. Caxias representava a defesa intransigente da lei e símbolo de altivez dentro da ordem perante o poder. A partir de 1930, além de exaltar a legalidade e disciplina de Caxias, vincula-se a imagem do patrono a luta pela integridade e unidade da pátria (nacionalismo).

O Exército que emergiu após a Revolução de 1930 era uma instituição bastante fragmentada, que refletia uma extensa lista de protestos, revoltas, agitações e manifestações de indisciplina. O culto a Caxias foi se consolidando até que em 1949 a estátua foi transferida do Largo do Machado para frente do Ministério da Guerra, onde foi erguido um panteão que abriga os restos mortais do patrono.

Castro (2002) infere que, os cadetes da AMAN recebem seus espadins, cópia da espada que Caxias teria usado na Batalha de Itororó. Essa tradição iniciada em 1932 na Escola Militar do Realengo, hoje AMAN, simboliza a honra militar. Dessa forma, o Exército Brasileiro criou tradições ao longo de sua história adequadas ao sistema de valores que desejava desenvolver nos seus soldados, ou seja, obediência a hierarquia e disciplina.

Dessa forma, Santos (2012) infere que, pode-se observar que as atitudes e os comportamentos que se evidenciam nas relações intersubjetivas como ideais para o militar do Exército Brasileiro, são todos os que ostensiva ou sutilmente manifestam e reforçam esses três princípios fundamentais: *hierarquia, disciplina e eficiência*. Esses valores tão importantes para os militares, foram legislados na própria constituição brasileira e no ordenamento jurídico infraconstitucional de organização das Forças Armadas.

2.2.5- A dominação legal

Sérgio Buarque de Holanda esclarece, ao desenvolver o conceito sociológico de cordialidade, que o típico brasileiro, homem cordial por excelência, tem suas relações sociais regidas e definidas pelos laços do sangue e do coração, “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (2006, p. 160).

A cordialidade, entendida neste sentido, se por um lado repele todo formalismo e convencionalismo social, por outro não abriga apenas sentimentos positivos ou de concórdia, pois ser cordial é agir movido pelas razões do coração. Pode-se, assim, em idênticas situações, tanto beneficiar o amigo como prejudicar o inimigo, respaldado por uma mesma norma jurídica (HOLANDA, 2006, p. 219).

Santos (2012) entende, dessa forma, que o Estado brasileiro, sob a ótica das interpretações weberianas, tem longa tradição patrimonialista. O capitalismo vindo dos países que sofreram uma revolução burguesa é ajustado ao patrimonialismo prevalente nos países de influência ibérica, produzindo um estamento burocrático que dirige a máquina estatal e a sociedade de maneira personalista, sob a égide da cordialidade brasileira.

Nesse contexto do Estado, o Exército Brasileiro se constitui numa instituição pública nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, que se destina à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, conforme estabelece a Constituição da República no seu art. 142. Este artigo ainda determina no seu § 1º que as normas gerais a serem adotadas na sua organização, preparo e emprego sejam fixadas por lei complementar.

Santos (2012) ainda ressalta que, pela definição e pelas diretrizes estabelecidas na Constituição, observa-se tratar-se de uma instituição estatal burocrática, impessoal e rigidamente regulada pela lei. No entanto, sua trajetória não nega sua origem social brasileira, construída e desenvolvida por brasileiros, cujos primórdios remontam ao Primeiro Império e cujo desenvolvimento atravessou toda a história do Brasil independente, trajetória burocratizante que ajudou na conformação da Instituição que hoje se vê, realizando suas atividades de Força Armada dentro do que prevê a lei em um país que se democratiza, regulada por critérios gerais e abstratos que funcionam como obstáculos aos personalismos.

Segundo o autor, observa-se que o contexto social no qual foram formadas as instituições no Brasil, dentre as quais o Exército Brasileiro, parece ser caracterizado pela cordialidade, pelo personalismo e pela indiscriminação do público e do privado, ambiente propício ao autoritarismo e à prevalência dos interesses pessoais e de grupo sobre os interesses da sociedade, que se revelavam nebulosos, confusos, indistintos ou até mesmo inexistentes em face daqueles, que os substituíam ou não permitiam que surgissem ou se manifestassem.

Faoro esclarece que a camada dominante entende, mesmo que não o admita publicamente, “que a sociedade brasileira não dispõe dos instrumentos necessários de cultura e autonomia para o trato de seus negócios e para governar-se a si mesmo” (2001, p. 452). Vê-se, dessa forma, um contexto favorável a grandes gestos pessoais que eram aclamados e encontravam eco, sendo apoiados e seguidos por muitos.

Santos (2012) afirma que a *eficiência*, no Exército, se manifesta não somente pelos resultados, mas principalmente pela rigorosa e precisa observância dos procedimentos estabelecidos nas normas, nos regulamentos e nas diretrizes. O Exército Brasileiro, busca incessantemente regular e padronizar todas as situações que possam fazer parte da sua realidade.

Neste sentido, seus regulamentos prevêm, em suas minúcias, ações, procedimentos e até sentimentos e valores. Dessa forma, a dominação legal mais característica, ocorre na afirmação e reafirmação dos valores militares, constantemente desenvolvidos na cultura dos quartéis. Estão previstos nos regulamentos, como o Estatuto dos Militares (E1), que trata, em seus dispositivos, do valor militar e dos deveres do militar.

“Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e

VI - o aprimoramento técnico-profissional.

...

Art. 31. Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreendem, essencialmente:

I - a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com o sacrifício da própria vida;

II - o culto aos Símbolos Nacionais;

III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias;

IV - a disciplina e o respeito à hierarquia;

V - o rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens; e

VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.”

Há regulamentos para todas as situações, detalhadamente explicativos, na tentativa de nada deixar ao acaso, à criatividade ou à discricção de alguém. Everton Araújo dos Santos (2012) infere que, qualquer nova situação já nasce com a forte tendência a positivar-se, isto é, padronizar-se e regular-se, regulamentando-se e fazendo obrigatória a partir daí a adoção de um tratamento estabelecido e pormenorizadamente detalhado em norma, traduzida esta por regulamentos, portarias, diretrizes e outros similares, por parte de todos os militares, quando deve ser observada aquela exata forma prevista de resolver-se a dificuldade. É a manifestação da conhecida e continuamente repetida máxima “no Exército nada se cria nada se transforma, tudo se copia”.

Santos (2012) entende que fazer algo diferente pode ser perigoso, traduzido também em máxima amplamente difundida no campo militar segundo a qual “inventor começa com ‘I’², termina com ‘R’, nunca chega a ‘MB’”.

Foucault infere que, a sanção normalizadora se efetiva através de um pequeno mecanismo penal interno ao sistema disciplinar, dotado de leis próprias, delitos tipificados, formas particulares de sanção e instâncias peculiares de julgamento que, atuando nas lacunas existentes no sistema legal mais amplo, qualifica e reprime um conjunto de comportamentos considerados espúrios por um determinado grupo social ao mesmo tempo em que incentiva e reforça, *a contrario sensu*, a adoção de

² Na cultura militar, “I” refere-se ao conceito Inapto, atribuído a um militar, para exercer alguma função ou atividade. “R” refere-se ao conceito Regular e “MB” ao conceito Muito Bom.

outro conjunto de comportamentos, estes positivamente valorados e por isso mesmo incentivado a serem adotados pelos integrantes do grupo. (FOUCAULT, 2009, p.171).

A sanção normalizadora tem, ainda, uma esfera composta por processos sutis que se manifestam na aplicação de leves castigos físicos, brandas privações e pequenas humilhações, cujas consequências são mais simbólicas do que práticas. Trata-se de uma máquina de socialização que penaliza tudo o que é considerado inadequado a um determinado grupo, isto é, desvios relativos ao “tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência)” (FOUCAULT, 2009, p. 171-172).

Foucault (2009) entende que esta esfera da sanção normalizadora, mais simbólica que realizável no mundo físico, mas com efeitos tão eficientes quanto ou até mais poderosos do que os do pequeno sistema penal inerente aos sistemas disciplinares.

Dessa forma Santos (2012) entende que existe um sistema de controle social no Exército Brasileiro, sistema consolidado através do processo de individualização do oficial, no qual, a princípio, se constitui num fator que contribua de maneira significativa para a burocratização da Instituição, facilitando, assim, o processo de efetivação de princípios como o da imparcialidade e o da impessoalidade, próprios das instituições públicas dos Estados Democráticos de Direito.

Segundo o autor, o procedimento que ora se busca analisar, a individualização do oficial, parece ter por principais finalidades a promoção de efeitos institucionais no sentido de tornar as relações impessoais, dando um tratamento igualitário a todos os seus integrantes que estejam em iguais condições, universalizando, dessa forma, todos os procedimentos.

Para isso, estabelece regras que possibilitam a ascensão na carreira em condições semelhantes aos que preenchem os requisitos mínimos exigidos e padroniza os diversos processos seletivos, a exemplo do processo de seleção para a realização de cursos de especialização e extensão ou para o preenchimento de cargos e o exercício de determinadas funções de prestígio, normalmente almejados pelos profissionais de carreira, que concorrem entre si, tais como as missões no exterior e as de instrutor em alguma das diversas escolas do Exército.

Paradoxalmente, Santos (2012) entende que, na tentativa de burocratizar-se com a finalidade de tornar-se uma instituição pública moderna, o processo de individualização do oficial implementado pelo Exército está fundamentado em instrumentos construídos dentro de uma concepção de arraigada tradição patrimonialista, isto é, o Exército busca modernizar-se por meio de instrumentos de controle das relações internas concebidos por uma mentalidade tradicional.

Para o autor, o processo é implementado através de instrumentos que aumentam o “controle pessoal” do comandante sobre a carreira e mesmo sobre a vida dos seus subordinados, o que tolhe suas manifestações pessoais para fora das suas relações com os seus subordinados justamente por meio da intensificação dessas mesmas manifestações pessoais nas relações com eles. Ou seja, para cima e para fora, o oficial é tolhido e controlado, mas isso acontece precisamente através do fortalecimento do *poder pessoal* que o comandante exerce para baixo.

Santos (2012) conclui que, ao mesmo tempo em que a individualização do oficial burocratiza a Instituição por estabelecer critérios gerais e abstratos no tratamento dispensado a todos os seus integrantes, paradoxalmente parece aumentar o *poder pessoal* do comandante sobre seu subordinado através da forte influência que este exerce na individualização daquele, decisiva na carreira e mesmo na vida do militar

Segundo o autor, o comandante normalmente toma o cuidado de obter autorização do seu próprio comandante, observando detalhadamente todas as orientações do superior, que invariavelmente busca com interesse e avidez. Ou seja, para dentro da Instituição e em direção a seus subordinados, o oficial é um soberano; para fora e na direção de seus superiores, um servidor submisso e controlado.

Santos (2012) afirma que esse controle exercido pelo comandante sobre o oficial, se apoia fortemente na individualização deste, primordialmente influenciada por aquele, que conceitua, elogia, pune, indica ou contra-indicia para diversas seleções, enfim, possui o poder de escrever e registrar, de dizer quem é o militar, ou o que é ele.

Assim, a opinião do comandante sobre seu comandando tem peso decisivo na individualização deste, fornecendo ao superior o poder de direcionar o desenvolvimento da carreira do subordinado segundo os parâmetros do bom ou do mau desempenho, com todas as consequências que disso advêm não só para o

militar, mas também para a sua família. Por isso, a qualidade da relação existente entre comandante-comandado é fundamental na vida do subordinado, não só para sua tranquilidade atual como para possibilidades futuras.

Santos (2012) destaca que, dessa forma, se observa que o sistema de avaliação do Exército, minuciosamente normatizado em todos os seus procedimentos, isto é, formalmente adstrito a uma administração racional-legal, se constitui num instrumento que de fato concentra nas mãos do comandante um grande poder sobre seus comandados, quer sejam avaliados quer sejam avaliadores.

Para o autor, a individualização do oficial promovida pela burocratização do Exército através dos instrumentos da *valorização do mérito*, da *avaliação do oficial* e do *sistema de promoções de oficiais*, é, em boa medida, dependente da qualidade do relacionamento que os subordinados mantêm com seus comandantes, sendo que estes também têm seus próprios comandantes exercendo sobre eles o mesmo controle que eles exercem sobre seus subordinados numa escala que ascende até o último general, comandante do Exército, subordinado ao ministro da Defesa, um civil que ocupa um cargo político.

A dominação legal talvez seja mais bem observada na sanção administrativa disciplinar, no qual o militar está sujeito ao longo de sua carreira. Nesse contexto, observa-se que o Exército Brasileiro teve grande dificuldade de migrar para o novo sistema jurídico imposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, abandonando a Constituição de 1967.

A atual Constituição, no seu artigo 5º, legisla que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, destacando, no inciso LV, que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou a abrangência da cláusula constitucional do *due process of Law* (devido processo legal), que compreende, entre as diversas prerrogativas de ordem jurídica que a compõem, o

direito à prova. O fato de o Poder Público considerar suficientes os elementos de informação produzidos no procedimento administrativo, não legitima nem autoriza a adoção, pelo órgão estatal competente, de medidas que, tomadas em detrimento daquele que sofre a persecução administrativa, culminem por frustrar a possibilidade de o próprio interessado produzir as provas que repute indispensáveis à demonstração de suas alegações e que entenda essenciais à condução de sua defesa.

Mostra-se claramente lesiva à cláusula constitucional do **due process** a supressão, por exclusiva deliberação administrativa, do direito à prova, que, por compor o próprio estatuto constitucional do direito de defesa, deve ter o seu exercício plenamente respeitado pelas autoridades e agentes administrativos, que não podem impedir que o administrado produza os elementos de informação por ele considerados imprescindíveis e que sejam eventualmente capazes, até mesmo, de infirmar a pretensão punitiva da Pública Administração. (RMS 28.517, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 1º-8-2011, **DJE** de 4-8-2011)”

Esse entendimento prejudica a punição dos militares através do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD). Esse procedimento, estritamente sumário, ainda que previsto no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no Anexo IV, Instruções para Padronização do Contraditório e da Ampla Defesa nas Transgressões Disciplinares, no Nr 4, não seria o aplicável caso o militar alegasse o cerceamento de sua defesa em um processo administrativo para apuração de transgressão disciplinar.

Dessa forma, um processo administrativo legislado no RDE fere o princípio constitucional do Devido Processo Legal, ocorrendo uma mácula aos Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, pois o militar tem frustrada a possibilidade de produzir as provas que repute indispensáveis. O procedimento adequado seria a sindicância, regulamentada na Lei Federal 9784, de 29 janeiro de 1999, que estabelece as normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta.

O Exército Brasileiro, como integrante da Administração Pública Direta, ao apurar uma infração administrativa, teria que dar oportunidade ao denunciado, em

seu depoimento (oral), influenciar a convicção do Sindicante; arrolar testemunhas a seu favor; presenciar o depoimento do denunciante e das testemunhas de acusação; solicitar a produção de provas e fazer uso de um maior interregno na construção de sua defesa.

Para Ribeiro (2008), o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), por guardar característica peculiar ao Absolutismo³, apresenta flagrante inconstitucionalidade, especialmente por violar, a um só golpe, o Artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde está insculpido o soberano Princípio do Estado Democrático de Direito.

Já Fonteles (2008) entende que o RDE violou o art. 5º, inciso LXI, da Carta Magna, visto que o simples exame do arcabouço normativo que regula a matéria em apreço é suficiente para demonstrar a inconstitucionalidade do Decreto nº 4.346/2002. Com efeito, se a Constituição de 1988 determinou que os crimes e transgressões militares fossem definidos por lei, não é possível a definição de tipos penais via decreto presidencial.

Neste sentido, ao legislar a respeito das transgressões disciplinares, suas conceituações e especificações, o RDE o faz com precisão, aparentemente, sem ressalvas. No anexo I, vem trazendo-as em espécie, numerando-as. No entanto, alguns itens extrapolam a função legal e muitas vezes são excessivamente genéricos ou analisam condutas relacionadas a vida privada do militar.

Assim, o item 3 do anexo I do RDE, ao legislar: concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares. Apresenta conceitos de discórdia, desarmonia e cultivo à inimizade pouco precisos, visto que

³ O absolutismo é um sistema de governo absoluto, no qual o poder reside numa única pessoa que manda ou dá ordens sem prestar contas a um parlamento ou à sociedade em geral. O absolutismo foi muito usual entre o século XVI e a primeira metade do século XIX.

cabe ao legislador e não à autoridade aplicadora da pena de transgressão disciplinar determinar o qual o conceito de discórdia, desarmonia e inimizade.

Já o item 9 do anexo I do RDE: deixar de cumprir prescrições expressamente estabelecidas no Estatuto dos Militares ou em outras leis e regulamentos, desde que não haja tipificação como crime ou contravenção penal, cuja violação afete os preceitos da hierarquia e disciplina, a ética militar, a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe. O item demasiadamente abrangente pode se aplicar a diversos casos concretos. Esta imprecisão de tipicidade permite o enquadramento de grande massa de comportamentos e condutas neste item, o que deixa a necessidade de especificar o tipo administrativo, como técnica redacional, em segundo plano. Ou seja, o item só serve quando a conduta não for mais bem enquadrada por outro dispositivo do anexo I.

A mesma observação é válida para o item 19 do anexo I do RDE, que trata de trabalhar mal, intencionalmente ou por falta de atenção, em qualquer serviço ou instrução.

Já o item 23 do anexo I do RDE, legisla que diz “não ter pelo preparo próprio, ou pelo de seus comandados, instruendos ou educandos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever”. Trata-se de um ordenamento impreciso, pois trata da medida deste agir. É uma transgressão tipicamente de resultado. Este é que vai denotar a dedicação ou a sua falta. E a apreciação ficará a cargo do aplicador, responsável pela medida.

O mesmo raciocínio é válido para o item 33 do anexo I do RDE, que trata de contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, afetando o bom nome da Instituição, assim como para o item 34 do anexo I do RDE, esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição.

Destaca-se, ainda, o item 35 do anexo I do RDE, que envolve não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado. Assim como os itens 33 e 34, o item 35 versa sobre a assunção de compromissos pecuniários e a dificuldade em quitá-los. A dívida pessoal não há que ser perquirida institucionalmente, nem cabe à autoridade militar cobrá-la em

nome de terceiro credor. Aliás, este não pode cobrar no local de trabalho do devedor.

Há, ainda, o item 36 do anexo I do RDE, que trata de não atender à obrigação de dar assistência à sua família ou dependente legalmente constituídos, também abordado pelo Estatuto dos Militares. A assistência para a família já possui previsão em leis, inclusive com a via judicial possibilitando a prisão por esse motivo. Não cabe, assim, em princípio, o regulamento disciplinar adentrar na matéria reservada à lei.

O item 38 do anexo I do RDE, que aborda realizar ou propor empréstimo de dinheiro a outro militar visando auferir lucro, trata da agiotagem, que já é prevista em legislação penal comum.

O item 40 do anexo I do RDE, que trata de se portar de maneira inconveniente ou sem compostura, envolve novamente excesso e subjetividade, deixando à apreciação do aplicador o que vem a ser inconveniência ou a falta de compostura.

O item 41 do anexo I do RDE, deixar de tomar providências cabíveis com relação ao procedimento de seus dependentes, estabelecidos no Estatuto dos Militares, junto à sociedade, após devidamente admoestado por seu Comandante, novamente interfere na vida pessoal do militar.

O item 82 do anexo I do RDE, desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa desrespeitar regras de trânsito, já existe norma penal a respeito.

Já o item 85 do anexo I do RDE, que trata de desrespeitar, em público, as convenções sociais, envolve, novamente, uma abordagem genérica, ao tratar da afronta às convenções sociais. Assim sendo, para tipificar esta conduta, deve-se determinar as condutas do verbo nuclear do tipo.

Finalmente, o item 106 do anexo I do RDE, que trata de autorizar, promover ou assinar petição ou memorial, de qualquer natureza, dirigido a autoridade civil, sobre assunto da alçada da administração do Exército, fere os direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Outro mecanismo de dominação legal existente sobre o militar do Exército é o Informe realizado pelo comandante, através da Seção de Inteligência do Batalhão. Consiste em uma ficha que o comandante da Organização Militar (OM) pode passar uma informação sobre um comportamento de seu subordinado, julgado não condizente com a cultura organizacional da Instituição, para a Divisão de Contra Inteligência (DCI) do Centro de Inteligência do Exército (CIE). O militar que tem o seu nome lançado nesse banco de dados, terá a sua carreira prejudicada, não podendo mais concorrer a missões no exterior, ser transferido para guarnições especiais⁴, realizar cursos, etc. Caracteriza-se desta maneira, um sistema de controle social e vigilância panóptico⁵ (FOULCAUT, 2009) estabelecido pela instituição em relação a seus integrantes.

Desta forma observa-se que, existe todo um processo de dominação legal sobre os integrantes do Exército Brasileiro, mesmo que esses regulamentos, portarias e diretrizes choquem-se contra princípios constitucionais ou leis federais oriundos da Constituição garantista de 1988. A instituição enfrenta todos os riscos jurídicos com um objetivo claro: manutenção dos seus valores, tradições e crenças da sua cultura organizacional.

Na cultura organizacional do Exército Brasileiro, um militar que está com dívida no comércio e não paga, ou teve uma denúncia de agressão sobre a sua esposa, ou comportou-se de maneira inadequada perante a sociedade civil, deve ser punido com celeridade e rigidez através do FATD. Esse procedimento preserva a imagem e os valores da instituição, ao mesmo tempo em que serve de exemplo para os demais a não cometerem os mesmos erros. Por estar aquartelado, a instituição

⁴ Guarnição Especial é a guarnição situada em área inóspita, assim considerada, seja por suas condições precárias de vida, seja por sua insalubridade; O militar transferido para guarnição especial tem um ganho financeiro maior em relação as demais guarnições.

⁵ Panóptico é um termo utilizado para designar um centro penitenciário ideal desenhado pelo filósofo Jeremy Bentham em 1785. O conceito do desenho permite a um vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. O termo também é utilizado por Foucault para tratar da sociedade disciplinar. O panoptismo corresponde à observação total, é a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo o tempo, sem que veja o seu observador, nem que saiba em que momento está a ser vigiado.

consegue manter seus valores, crenças e tradições, blindando seus integrantes contra as influências do “mundo civil” (CASTRO, 1990).

Assim, a cultura organizacional protege a harmonia entre os militares e a própria família, que nas organizações militares é chamada de “família militar”. O militar que contesta algum preceito da cultura organizacional, como por exemplo, demonstrar publicamente uma insatisfação em relação a instituição, usar o primeiro grau de recurso administrativo ou buscar alguma proteção do poder judiciário, imediatamente receberá a alcunha de “IVO”(Inimigo Verde Oliva).

Dessa maneira, um comportamento normal nas organizações civis, como peticionar ao poder judiciário, no “mundo militar” (CASTRO, 1990), constitui-se uma grande traição do subordinado em relação a seus superiores, ratificando o conceito de dominação legal da cultura organizacional do Exército Brasileiro. Culturalmente, o comandante do militar sente sua autoridade questionada por seu comandado, ao mesmo tempo em que enfraquece o carisma do comandante no ambiente organizacional.

2.2.6- O carisma do Comandante no Exército Brasileiro

Max Weber ensina que *carisma* é um atributo pessoal extracotidiano que pode se manifestar em heróis de guerra quando a eles se conferem qualidades sobre-humanas que os transformam em exemplos e modelos e, dessa forma, em líderes genuínos (WEBER, 2000, v. 1, p. 158-159).

O autor informa que a criação de uma dominação carismática é sempre resultado de situações extraordinárias externas, especialmente políticas ou econômicas, ou internas, psíquicas, particularmente religiosas, ou de ambas em conjunto. Nasce da excitação comum a um grupo de pessoas, provocada pelo extraordinário, e da entrega ao heroísmo, seja qual for o seu conteúdo. Na maioria das vezes, o desejo do próprio senhor, mas sempre o de seus discípulos e mais ainda o dos adeptos carismaticamente dominados, é de transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, externamente transitória de épocas e pessoas extraordinárias em uma propriedade permanente da vida cotidiana. (WEBER, 2000, v. 2, p. 331-33).

Santos (2012) infere que o comandante de Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro é a representação máxima e absoluta da *hierarquia* e da *disciplina*, consubstanciadas, na sua figura, por meio do prestígio militar. Nele converge toda a força que estrutura e organiza a Unidade. A hierarquia existente e manifesta nas relações de todos os militares entre si encontra seu respaldo e sua legitimidade na figura do comandante.

Para o autor, sua figura única e isolada, que não se insere ou participa de nenhum contexto por estar posicionada sobre a totalidade das relações, controlando-as, se não pessoalmente, por sua vontade abstrata, sempre presente, lembrada e alegada em todos os contextos.

As cerimônias, rituais e procedimentos militares ou de que participam os militares do Exército Brasileiro, mesmo os mais habituais e rotineiros, informais no ambiente de trabalho ou ainda que fora dele, nas atividades sociais de pessoas que trabalham juntas, como aniversário de filhos ou festas de casamento, regulam-se por um conjunto de comportamentos que converge todos em direção à figura do comandante, que governa e dirige posturas, ações e sentimentos, mesmo que não queira.

Segundo o autor, pôde-se afirmar com segurança que a figura do comandante é carismática no Exército Brasileiro. Não necessariamente, frise-se, a pessoa que naquele momento a incorpora, mas o comandante abstratamente entendido, a posição, o cargo, a função. Sem dúvida, a figura de maior carisma no meio militar.

Nesse contexto, uma festa de aniversário ou casamento, por exemplo, realizada em local particular, a presença do comandante convidado ressalta-se diante de todos os seus subordinados, que mesmo numa atividade social privada recebe a deferência de todos, que ao chegarem, buscam, normalmente acompanhados de suas famílias, localizá-lo e para ali se dirigem a fim de cumprimentá-lo. Um subordinado que vai ao comandante desacompanhado de sua esposa, estando ela presente, pode demonstrar que algo não vai bem no ambiente de trabalho ou que aquele militar apresenta algum desajuste na sua relação com seu superior.

O autor infere que a presença do comandante em um local, quer dentro da Organização Militar quer fora dela, seja a atividade de trabalho ou privada, altera o comportamento de todos os comandados, desde os gestos e a postura individual, passando pela natureza e forma das conversas até o local onde se posiciona cada

um, determinado pela qualidade de relacionamento que se mantém ou se ambiciona manter com a autoridade, quer seja de aproximação quer de distanciamento, nunca de indiferença, sempre tendo por referência a sua localização.

A vontade ou o desejo do comandante tem o condão de fazer com que todos, abandonando seus afazeres mais prementes, mobilizem-se num determinado sentido, para uma determinada tarefa. Vontade legitimadora de todos os atos, sentimentos, pensamentos e até de estados de espírito, sem necessidade de explicação, motivação, justificativa, razão, lógica ou bom-senso. Por isso ser tão comum, a fim de se obter determinadas adesões a posicionamentos ou condutas, afirmar-se simplesmente que “o comandante quer assim”.

2.3 Capacitação e legitimação

2.3.1- O conflito entre a cultura organizacional belicista e a segurança pública.

O estudo sociológico desenvolvido por Esperança (2012) durante as Operações Arcanjo no Complexo do Alemão e da Penha destaca o papel do Exército como uma instituição integrante das Forças Armadas e subordinada ao Ministério da Defesa, já chamado de Ministério da Guerra. Para o autor, trata-se de uma instituição fundamentada no uso da força para o cumprimento de seu propósito de guerra e defesa do território de uma Estado-nação. Nesse sentido, constitui uma Força, ou seja, é dotado de poder e do uso legal da violência para sua existência.

Para o autor, jovens em torno de vinte anos, com pouca formação social e educacional, que caracterizam o perfil do soldado brasileiro, não são, propriamente, versados em diplomacia diante de conflitos.

Conforme aponta Montenegro (2011), é importante considerar que o militar tem uma formação tradicionalmente belicista, direcionada para a guerra, onde a identificação predominante separa os atores em “amigo” e “inimigo”. Entretanto, a realidade da segurança no Complexo do Alemão possui características bem diferentes. O uso de armamento letal nas condições atuais só deve acontecer em situações extremas. Em diversas ocorrências, portanto, era comum a presença de idosos, grávidas e crianças (seja por iniciativa própria, seja forçado pelo crime organizado).

Nesse sentido, considerando a cultura belicista, o Manual de GLO afirma que os fundamentos para o emprego da força nas Operações de Garantia da Lei e da

Ordem assentam-se na observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da legalidade, influenciando a opinião pública de forma favorável à operação.

A fim de adaptar as Forças Armadas as operações de GLO, o Manual MD33-M-10 restringe o uso da força e determina que a intensidade e a amplitude no tempo e no espaço do emprego da força deve se limitar ao indispensável, de modo a evitar o desgaste para as FA empregadas em operações de GLO.

Nesse sentido, esse desgaste tende a aumentar com o tempo em função de possíveis danos indesejáveis ao patrimônio e à integridade física, mental e moral da população civil ou da implantação de medidas que afetem a rotina da população, por força da execução da Operação.

Ainda de acordo com o Manual, sempre que possível, as operações de GLO devem se pautar no uso progressivo da força e deverá ser priorizado o uso de armamento, munição e equipamentos especiais, não letais e de reduzido poder de destruição. O planejamento e a execução das ações devem privilegiar a menor intervenção possível na rotina diária da população.

O Manual MD33-M-10, ao caracterizar a Força Oponente (F Opn), enfatiza que em Op GLO não existe a caracterização de “inimigo” na forma clássica das operações militares, porém torna-se importante o conhecimento e a correta caracterização das forças que deverão ser objeto de atenção e acompanhamento e, possivelmente, enfrentamento durante a condução das operações.

2.4- A Comunicação

2.4.1- O Sistema de Comunicação Social no Exército Brasileiro

Para o Manual de Garantia a Lei e da Ordem, a utilização adequada da Comunicação Social (Com Soc) em seu sentido mais abrangente (Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional) possibilitará a consecução dos objetivos permanentes, ou seja, a conquista e a manutenção do apoio da população e a preservação da imagem das forças empenhadas.

O Manual determina, ainda, que as atividades que impliquem mudanças na rotina da população deverão ser divulgadas pelos meios disponíveis, incluindo o esclarecimento sobre as razões que determinaram suas adoções, quando isso não prejudicar o necessário sigilo de determinadas ações, a fim de minimizar a rejeição às operações de GLO.

Villas Boas & Zuccaro (2003) destacam que o Exército Brasileiro, ao longo de sua história, sempre utilizou a linguagem verbal para atingir seu contingente. No entanto, uma instituição com unidades espalhadas por todo o Brasil, precisava de uma estrutura que unificasse a linguagem utilizada com seus públicos, orientasse os responsáveis no gerenciamento de crises, na organização de eventos e relacionamento com a mídia, fortificando os laços de comunicação entre si. Para que todos esses objetivos fossem atingidos satisfatoriamente, foi criado o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). A partir de então, todas as unidades da Força foram implantadas dentro de um Sistema de Comunicação (SisComSEx), cuja finalidade é coordenar e integrar as atividades de Comunicação Social do Exército.

Nesse contexto, o Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro orienta e regula todas as atividades pertinentes à Comunicação Social no âmbito da Força, tendo objetivo colocar o Exército Brasileiro como imprescindível para a Nação Brasileira e o de se fazer realmente conhecido pela população do país, buscando as melhores condições para veicular suas mensagens (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012).

Assim, o Plano destaca que “tudo se comunica”, atestando a importância que é atribuída a cada militar como agente de Comunicação Social. Assim, cada militar, fardado ou não, em operações de paz, ações de GLO ou ações subsidiárias, é um elemento de comunicação, contribuindo para a construção da imagem da Força no país.

Portanto, o militar deve se integrar no mais curto prazo ao modo de “vida dos habitantes” evitando críticas à cidade e comparações com outras localidades, sendo de fundamental importância o conhecimento cultural por parte de todos os militares envolvidos nas operações, de forma a estreitar o relacionamento entre a população e o Exército Brasileiro.

2.4.2- O militar como elemento da Comunicação Social

O manual C 45-1 aponta que o militar é um agente de comunicação social da Força, tendo uma grande responsabilidade no processo de manutenção da imagem da instituição. Nesse sentido, todos os militares, homens e mulheres, fardados ou não, precisam compreender seu papel nesse contexto, como elemento fundamental da comunicação social.

Assim, o militar, ao manifestar interesse em se manter bem informado, ao participar aos superiores os assuntos que julgue merecer esclarecimento para boa compreensão, ao ter a convicção de zelar pela sua postura e pelas mensagens que repassa, ao demonstrar comprometimento com a Força, com sua conduta, com sua crença na instituição, com a forma como cumpre seus encargos e sua apresentação pessoal, deve também ter a noção de que esses elementos podem refletir positiva ou negativamente na imagem institucional. Sendo tais elementos positivos, podem estimular o apoio, o respeito e a credibilidade de todos os cidadãos.

Portanto, em síntese, o militar representa a própria instituição; tem identidade única em qualquer parte do território nacional e é o difusor, por excelência, dos valores da Força e de seu profissionalismo.

Adicionalmente, o Manual C 45-1 destaca que os principais aspectos que devem ser considerados na comunicação social são a opinião pública e o público-alvo.

2.5 A comunicação nas Operações Arcanjo

2.5.1- O emprego das Forças de Pacificação em comunidades carentes e as Operações Arcanjo

Segundo Schmitt (2012), as denominadas “Operações Arcanjo” envolveram a atuação de tropas do Exército e contaram com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a junho de 2012, sendo que o efetivo médio empregado foi de 1,3 mil militares.

O Exército Brasileiro, por meio do Comando de Operações Terrestres (COTER), realizou o rodízio de tropas nos Complexos, de forma que vários militares, das mais variadas Brigadas do país, foram empregados nas referidas Operações Arcanjo.

Assim, a primeira Operação Arcanjo empregou militares da Brigada de Infantaria Paraquedista; a Operação Arcanjo II envolveu a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada; a Operação Arcanjo III empregou militares da 11ª Brigada de Infantaria Leve, de Campinas e a Operação Arcanjo IV envolveu novamente a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (MONTENEGRO, 2011).

Montenegro (2011) destaca que o cenário induziu a inúmeras adaptações na preparação e no uso das tropas empregadas na pacificação. O uso das operações

psicológicas reduziu significativamente ou tornou desnecessário o emprego de tropas em diversas situações. A atuação dos elementos de inteligência, mesmo não sendo autorizada a interceptação de sinais, mostrou-se essencial para o sucesso da maior parte das atuações, proporcionando economia de meios e ação oportuna da tropa.

O autor afirma, ainda, que a principal estratégia usada para dissuadir os meliantes foi o uso do princípio da massa, ou seja, a presença ostensiva de grandes efetivos armados. Dessa forma, as companhias de fuzileiros partiram para a missão com quatro pelotões, ao invés de três. Além disso, cada grupo de combate (GC), cerca de 8 a 10 homens, atuou com dois sargentos quando o normal é apenas um.

A finalidade disso é permitir o fracionamento em duas esquadras (4 a 5 homens) para aumentar a capilaridade no patrulhamento e ocupação. O sargento é considerado um perito-responsável, em melhores condições de contornar situações e evitar embaraços jurídicos. Importante observar também que na seleção de pessoal foi priorizado o recrutamento de militares possuidores de experiência no Haiti.

De acordo com o Manual MD33-M-10, o emprego da dissuasão nas Op GLO evita o embate com as Forças Oponentes (F Opn), a fim de buscar a solução do conflito por meios pacíficos. Nas situações em que estes meios se mostrarem inadequados, a tropa deverá fazer o uso progressivo da força. As ações dissuasórias devem ser adotadas para que as ameaças identificadas não se concretizem, evitando, assim a adoção de medidas repressivas.

O referido Manual afirma, ainda, que a dissuasão deve ser obtida lançando-se mão de todos os meios à disposição, podendo incluir o Princípio de Guerra da Massa, que fica caracterizado ao se atribuir uma ampla superioridade de meios das forças empregadas em operações de GLO em relação às F Opn. Nesse contexto, demonstrações de força e de poder de combate superior ao oponente e da ampla utilização de policiamento ostensivo, resultarão no desestímulo para as ações das F Opn.

Neste Contexto, a Operação Arcanjo V foi realizada pelo Exército Brasileiro nos Complexos do Alemão e da Penha no período de 07 de novembro de 2011 a 26

de janeiro de 2012 (SCHMITT, 2012). A tropa empregada durante a referida Operação era constituída pela 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, apoiada pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE); Brigada de Operações Especiais (Bda Op Esp); Comando Militar do Leste (CML); Militares especializados em Guerra Eletrônica; Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO).

2.5.3- A preparação dos militares do Exército Brasileiro empregados na Operação Arcanjo V

Para Schmitt (2012), os militares do Exército empregados na Operação Arcanjo V tiveram a sua preparação disciplinada no Ciclo de Instrução de Nivelamento para a Operação Arcanjo V da 4ª Bda Inf Mtz. Durante esse treinamento os integrantes da tropa reciclaram seus conhecimentos nas mais diversas áreas operacionais do conhecimento militar, como Armamento, Munição e Tiro, Prisão, Detenção, Operações de Cerco e Vasculhamento, Bloqueio de Vias, Controle de Distúrbios, Ponto Forte, Código de Trânsito, Prevenção de Acidentes, Perícia, Assistência Jurídica, etc.

Para o autor, durante o segundo ciclo de instrução, a tropa realizou estágio de Operações Especiais com militares do Batalhão de Forças Especiais (BFEsp). Esse treinamento, denominado 2º Ciclo de Instrução de Nivelamento para Operação ARCANJO V, foi ministrado pelo 4º Destacamento de Operacional de Forças Especiais (4 DOFEsp).

Em seguida, com a concentração da Brigada no Rio de Janeiro, os militares intensificaram a sua preparação na execução do tiro e manuseio de armas não letais. Além disso, o Destacamento de Operações Psicológicas (Dst Op Psc) ministrou instruções voltadas para a segurança orgânica da tropa e a importância do apoio da população. Finalmente, a Assistência Jurídica da 4ª Bda Inf Mtz reforçou o conhecimento dos oficiais e sargentos a respeito das garantias e direitos fundamentais do cidadão, além de explicar a teoria geral do crime, para que pudessem exercer a ação de comando sobre os cabos e soldados.

2.5.4- A propaganda psicológica na Operação Arcanjo V

Para Schmitt (2012), desde a ocupação do Complexo do Alemão e da Penha por tropas do Exército Brasileiro, a atividade de comunicação social se limitou à

assessoria de imprensa. Adicionalmente, como o Exército operava no Estado Democrático de Direito, a maioria das propagandas eram brancas. De acordo com o Manual de Operações Psicológicas do Exército Brasileiro (C 45-4), a propaganda branca é a propaganda que não oculta a sua origem verdadeira (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1999).

Assim, ainda segundo o autor, na Operação Arcanjo V, a comunicação com a tropa ocorreu principalmente através do canal de comando, aonde as orientações do comandante chegavam para todos os subordinados. Na preparação dos militares da Arcanjo V, houve a apresentação de palestras e vídeos.

Schmitt (2012) infere que, o general Rêgo Barros, Comandante da Operação Arcanjo V, juntamente com o Cel. Inf. Fonseca, Chefe de Estado-Maior, apontaram a necessidade de esclarecimento da tropa, por meio da cadeia de comando, de que os Complexos do Alemão e da Penha eram habitados por pessoas que sofreram ao longo da história um processo de segregação espacial e social.

De acordo com o autor, as operações psicológicas realizadas elegeram 3 públicos-alvo: a tropa empregada, a população dos Complexos do Alemão e da Penha e a Força Adversa, constituída pelos traficantes de drogas.

Schmitt (2012) destaca, ainda, que em decorrência da descentralização da tropa em Grupos de Combate (GC), pequena fração oriunda do desmembramento de um pelotão constituída com cerca de 8 homens, a comunicação passou a envolver produtos gráficos que eram afixados nos refeitórios, como cartazes, panfletos motivacionais, *spots*⁶ para carros de som e a comunicação verbal através da ação de comando.

Nesse contexto, em uma das campanhas sobre as tropas e denominada “Valores”, o Destacamento de Operações Psicológicas, sob a orientação do General Rego Barros, explorou 18 atributos da área afetiva do soldado, reforçando comportamentos considerados fundamentais para o sucesso da Operação. O objetivo foi trabalhar a consciência coletiva dos soldados, remetendo à obra de Durkheim (1999).

Schmitt (2012) destaca que, no produto honra, por exemplo, é possível verificar que o cartaz reforçou o comportamento de 2 militares que encontraram R\$

⁶ *Spot* é um fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista (duas ou mais vozes), com ou sem efeitos sonoros e música de fundo

420,00 quando realizavam o patrulhamento e que, após a divulgação do fato pela Seção de Comunicação Social, conseguiram localizar uma moradora que havia perdido o seu salário mensal. Como consequência, os dois militares foram destacados no cartaz, juntamente com outros que tiveram comportamento semelhante. Dessa forma, o produto psicológico trabalhou a consciência coletiva de ser um combatente honrado no âmbito da tropa. A campanha também era reforçada pela ação de comando, onde os comandantes de companhia e pelotão exploraram o tema honra com seus subordinados, nas formaturas. Além disso, foi criado um *spot* para carro de som que lançava a mensagem aos militares, através de um sistema de som, no interior da base militar.



Figura 1 - Propaganda psicológica empregada durante a campanha “Valores” (produto honra).

Já no produto “dever”, Schmitt (2012) infere que o cartaz exibia a figura de uma sentinela com o atributo dever. Assim, o objetivo era criar no soldado a valorização do seu dever militar, conscientizá-lo de que os moradores da região dependiam do seu trabalho e de que ele era um enviado de Deus, quebrando o preconceito social vigente contra os moradores, o que novamente remete ao conceito de superestrutura introduzido por Marx (1988).



Figura 2 - Propaganda psicológica empregada durante a campanha “Valores” (produto dever).

Na campanha intitulada “liderança”, exaltou-se a atitude de um Comandante de Grupo de Combate (GC) que, ao ser alvejado por traficantes em um beco, abrigou seus homens e não revidou os tiros, pois havia moradores da região na linha de tiro. O militar destacado era um exemplo para os demais e agiu no estrito cumprimento das regras de engajamento preconizadas pelo general Rêgo Barros. Para o autor, o produto psicológico combatia a cultura organizacional belicista dos militares do Exército Brasileiro, adaptando-os para as operações de segurança pública, como a Operação Arcanjo V.



Figura 3 - Propaganda psicológica empregada durante a campanha “Valores” (produto liderança)

Para o autor, o atributo “lealdade” foi explorado na campanha que destacou um soldado ferido em combate e que retornou ao patrulhamento, levantando o moral dos demais, reforçando a consciência coletiva do compromisso do soldado com a sua pátria e com seus companheiros de farda. Já os cartazes que destacavam o espírito de corpo e o trabalho em equipe exaltavam a importância do trabalho de todos os membros da operação, assim como a união.

Segundo Schmitt (2012), o comprometimento, a iniciativa, a atitude, o profissionalismo, a coragem e a coesão também foram exaltadas pela campanha, sendo que os cartazes eram produzidos e afixados nos refeitórios das duas bases da Operação, de forma que os soldados tinham contato diário com as mensagens transmitidas. Os militares eram “bombardeados” pelas mensagens pelo menos três vezes ao dia, quando realizavam suas refeições.



Figura 4 – Propaganda psicológica empregada durante a campanha “Valores” (produto coragem).

O autor descreve que o efeito da campanha “Valores” foi tão positivo para os militares empregados na Operação que um sargento, ao retornar de sua dispensa de natal, trouxe uma bicicleta para uma criança carente do Complexo da Penha. Além disso, no período de natal e ano novo foi colocado nos refeitórios um som ambiente que tocava canções relacionadas aos valores cristãos e humanitários da época vivida. O objetivo era tirar do soldado toda a pressão psicológica que sofria nas ruas e torná-lo mais sensível aos problemas sofridos pelos moradores adaptando a cultura organizacional para uma nova realidade na qual eram chamados a gerenciar conflitos dentro das comunidades carentes.

Schmitt (2012) afirma, ainda, que em relação à população, a propaganda psicológica buscava mostrar que os militares estavam ali para servir à comunidade. Assim, eram passadas diariamente mensagens positivas em períodos marcantes, como a comemoração de um ano da Operação, o natal e o ano novo. Além disso, foi utilizada propaganda cinza nos pontos de grande circulação da população, exaltando o trabalho da Força de Pacificação e do soldado. A propaganda cinza é a propaganda que oculta sua origem sem, no entanto, pretender atribuí-la a outra

origem diferente da verdadeira (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1999). Logo, as faixas colocadas no Complexo do Alemão, na qual a população exaltava o trabalho da Força de Pacificação, na verdade eram realizadas pelo Destacamento de Operações Psicológicas da Força de Pacificação.

O principal objetivo da propaganda cinza era influenciar o jovem, no qual nasceu e viveu sob a influência do poder psicológico do tráfico. O jovem, ao contrário das pessoas mais velhas, não possuía a percepção do exercício das liberdades individuais, visto que o Estado esteve pouco presente dentro dos Complexos por mais de 20 anos. Nesse contexto, os adultos que viveram a realidade dos complexos, sem o julgo do poder do tráfico, podiam realizar a comparação das duas realidades. O jovem não podia, para este, tudo era novidade e por isso precisava ser influenciado. Ademais, em certas regiões, os jovens viviam sob dominação carismática do tráfico de drogas, como no caso da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha.



Figura 5 – Propaganda psicológica cinza empregada sobre os jovens no Campo do Ordem⁷, na Vila Cruzeiro.

Schmitt (2012) afirma que os traficantes possuíam o domínio psicológico sobre os moradores, mesmo com a presença da Força de Pacificação, visto que a

⁷ Campo do Ordem e Progresso é um campo de futebol que caracteriza a Vila Cruzeiro, por permitir o lazer e concentrar grande quantidade de pessoas. No Campo do Ordem e Progresso que surgiu o conhecido jogador de futebol Adriano Leite Ribeiro. A faixas colocadas buscavam demonizar o tráfico de drogas, visto que, a demonização é a técnica de quebra de dominação carismática. Adolf Hitler é o exemplo clássico da história. No entanto, por estar operando no Estado de Direito e limitado pelos direitos de personalidade do Código Civil Brasileiro, a técnica ficava limitada.

propaganda adversa passava a mensagem de que, após a saída do Exército, haveria um grande justicamento sobre a população. Durante a passagem de ano de 2011 para 2012, o tráfico lançou um boato que durante os fogos ocorreria uma grande matança, o que fez com que o comandante da Força de Pacificação reforçasse os patrulhamentos na comunidade. Assim, os moradores não podiam ser vistos ao lado das tropas, apoiando publicamente as ações da Força de Pacificação. Toda a ajuda era feita de forma anônima.

O autor descreve que o general Rego Barros realizou pesquisas e descobriu as principais necessidades da população. De posse dos dados, o comandante aproximou-se das lideranças religiosas e procurou atender às principais reivindicações dos moradores, levando os próprios líderes a fazerem a propaganda da Força de Pacificação nas suas comunidades. É importante destacar que na região do Complexo do Alemão há aproximadamente 1130 igrejas das mais variadas religiões, predominando os evangélicos e católicos. Finalmente, a contra propaganda do tráfico de drogas era combatida com a retirada de qualquer mensagem que exaltasse a criminalidade, como faixas e pichações.

2.5.5- O efeito do comportamento do soldado sobre a população

Schmitt (2012) aponta que, na tomada dos Complexos do Alemão e da Penha, o Exército Brasileiro empregou, inicialmente, a Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Inf Pqd). A área de operações ainda estava dominada pela Força Adversa (tráfico de drogas) e, naquele momento da campanha, o principal objetivo seria conquistar os complexos e impor o poder militar. Nesse contexto, o emprego dos pára-quedistas foi adequado às circunstâncias, pois a natureza da tropa, mais aguerrida, possui a característica de imposição do poder pela força. No entanto, após a saída desses militares, uma nova concepção de combate se fez necessária: a conquista do “terreno humano”, ou “corações e mentes” da população.

Desta forma, para o autor, os fatores topo táticos que justificaram o emprego dos pára-quedistas já haviam sido conquistados, sendo que a conquista psicológica de cada morador do Complexo do Alemão e da Penha iria multiplicar o poder de combate da Força de Pacificação de 1800 homens para 150.000 observadores fiéis aos objetivos propostos pela pacificação.

Schmitt (2012) afirma que, os soldados empregados nas fases posteriores da conquista foram oriundos do Rio de Janeiro (9ª Bda Inf Mtz); de Minas Gerais (4ª

Bda Inf Mtz) e de São Paulo (11^a Brigada de Infantaria Leve, reforçada por soldados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). Naturalmente, esses soldados ingressaram nas fileiras do Exército com todos os dogmas impostos pela ideologia dominante em relação às favelas. Nesse sentido, na mente dos militares, do coronel ao recruta, os moradores dos complexos ocupavam suas casas de maneira ilegal, não tinham intenção de sair da favela por conta da série de vantagens ilegais como as ligações clandestinas de luz, água, TV a cabo e, além disso, possuíam um modo de vida cotidiano diferente, caracterizado pela vadiagem. Conceito de Superestrutura e infra-estrutura de Marx(1988).

Ademais, os jovens da favela seriam marcados pelo fracasso escolar e pela atração exercida pelo poder e dinheiro fácil. Assim, o soldado considerava os complexos como *locus* de pobreza, ou seja, o território urbano dos pobres. Conseqüentemente, costumavam utilizar termos pejorativos para se referir aos moradores, sendo repetidores da ideologia elitista e preconceituosa que domina a sociedade brasileira (MARX, 1988).

O referido preconceito dos militares em relação às comunidades carentes fez com que o Cap. Cav. Albuquerque, Comandante do 4^o DOFesp (Destacamento Operacional de Forças Especiais da Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro – Goiânia GO) , recomendasse, em seu relatório do 2^o Ciclo de Instrução da Operação Arcanjo V, o conhecimento de aspectos psicossociais da população, a fim de evitar o “efeito PINO” (iniciais referentes a Pena, Indiferença, Nojo, Ódio). Isso porque tal capitão temia que a tropa inicialmente sentisse pena da população, depois indiferença, seguida de nojo e completando o ciclo com o ódio dos moradores dos Complexos.

Para Schmitt (2012), a mudança da mentalidade dos militares empregados na Força de Pacificação ocorreu na Operação Arcanjo V, quando comparada com as Operações Arcanjo anteriores, já que houve apenas 3 prisões por desacato durante a referida Operação, sendo que não ocorreu nenhuma reclamação por abuso de autoridade ou invasão de domicílio, rebatendo as críticas de segmentos sociais na ALERJ. Esse resultado pode ser explicado por meio de dois fatores principais.

Primeiramente, houve um processo de comunicação por meio da cadeia de comando, que conscientizou todos os militares sobre a situação de segregação espacial e social à qual os moradores dos Complexos eram submetidos,

esclarecendo a tropa e combatendo os preconceitos e dogmas impostos pela ideologia elitista.

Ademais, a Campanha “Valores” procurou reforçar os comportamentos que aproximavam os soldados da população e desenvolveu a consciência coletiva sobre os atributos da área afetiva do soldado do Exército Brasileiro, minimizando os efeitos da cultura organizacional do Exército Brasileiro voltada para a defesa externa. Houve o entendimento por parte da tropa de que estavam trabalhando pelo bem comum da população local e que essas pessoas reconheciam o esforço diário do soldado, como no exemplo do atributo “dever”.

Para Schmitt (2012), as operações psicológicas flexibilizaram a formação militar belicista do soldado, capacitando-o para o desafio de emprego na pacificação em regiões carentes do território nacional. A consciência coletiva desenvolvida entre os militares limitou coercitivamente a consciência individual dos soldados, dominada pelos preconceitos sociais e pelo etnocentrismo.

O segundo fator refere-se ao entendimento dos problemas sociais da população. O Comandante da Operação Arcanjo V se aproximou dos diversos setores sociais dos Complexos, utilizando inclusive a Capelania Militar, a fim de buscar nos líderes religiosos o apoio necessário. Pode-se dizer que dois motivos guiaram o General: a maioria dos líderes comunitários eram impostos pelo tráfico de drogas e havia uma quantidade considerável de templos religiosos nos Complexos.

Utilizando ligações políticas com o governo do Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, procurou atender demandas sociais, como retirar lixo da comunidade, trazer serviços de tratamento odontológico, conscientizar autoridades do Poder Judiciário, fazer campanhas de reflorestamento, etc. O Exército era ovacionado durante os cultos religiosos dos diversos formadores de opinião. Assim, o fluxo de comunicação era transmitido de uma forma muito dinâmica e favorável às tropas.

3 METODOLOGIA

Nessa seção, é apresentada a metodologia utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos: tipo de pesquisa, universo e amostra, coleta de dados e limitações do método.

3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho foi baseado em uma pesquisa qualitativa (GIL, 2002), uma vez que privilegia relatos, análises de documentos e entrevistas para compreender o fenômeno do desenvolvimento de uma doutrina militar, num contexto mais profundo.

A pesquisa foi descritiva, explicativa, bibliográfica, documental e de campo (GIL, 2002). Descritiva porque descreveu as características do desenvolvimento das capacidades sob a ótica da gestão do conhecimento. Explicativa porque esclareceu as compatibilidades e as incompatibilidades das capacidades com a teoria de criação do conhecimento. Bibliográfica porque teve sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos de gestão do conhecimento, criação do conhecimento e de desenvolvimento de doutrina militar disponíveis em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utilizou de documentos de trabalhos e relatórios do EB, não disponíveis para consultas públicas. Finalmente, ela também foi de campo, porque realizou entrevistas sob a percepção das lideranças religiosas do Complexo do Alemão, em relação ao trabalho desenvolvido nas Operações Arcanjo. O trabalho também entrevistou diversos militares que ocuparam função de comando, inclusive da capelania militar, além de pesquisadores do processo de pacificação.

Na análise documental, utilizou-se um conjunto de operações visando representar o conteúdo dos documentos relacionados as operações Arcanjo, de uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência (GIL, 2002).

Na análise das entrevistas optou-se pelo método de análise de conteúdo. Para Bardin (2011), o método busca os seguintes objetivos: a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Pela descoberta de conteúdos e de estrutura que confirmam o que se procura demonstrar o propósito das mensagens, ou pelo

esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos que *a priori* não existia a compreensão.

Para a autora, o método possui duas funções: Uma função heurística, uma vez que enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão para a descoberta. A outra função corresponde a administração da prova, ou seja, servir como instrumento de prova. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas um leque de apetrechos adaptado a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. Por isso, na análise das entrevistas, objetiva-se sistematizar o conjunto dos tipos de comunicação, segundo dois critérios: a quantidade de pessoas implicadas na comunicação e a natureza do código e do suporte da mensagem passada na entrevista.

A descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011). A análise das entrevistas dos atores envolvidos no processo de pacificação, foi tanto uma análise de “significados” (exemplo: análise temática), como de “significantes” (análise lexical, análise de procedimentos). Desta forma, Bardin, 2011, infere que a análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagem (entrevista dos líderes religiosos, militares e pesquisadores).

As inferências ou deduções lógicas das entrevistas realizadas respondem a dois tipos de problemas (BARDIN, 2011): o que levou a determinado enunciado, causas e antecedentes da mensagem e quais as conseqüências que determinado enunciado provocou, ou seja, os efeitos das mensagens. Buscou-se uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas.

Dessa forma, as entrevistas foram analisadas através de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitiu a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção ou recepção das mensagens dos atores (BARDIN, 2011). Buscou-se o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórica.

Nesse sentido, as entrevistas voltadas para as lideranças religiosas, pesquisadores e para os capelão militares foram feitas a partir de um questionário

aberto pré definido, dando ao entrevistado a liberdade de explorar todos os aspectos que considerava relevante sobre a percepção da capacitação dos soldados das operações Arcanjos. Já as entrevistas dos militares buscavam esclarecer determinados fatos, sendo questionários abertos, mas com uma finalidade específica para cada entrevistado.

A técnica utilizada, segundo Bardin (2011), na pesquisa foi a análise por categorias. Foram utilizadas operações de desmembramento das entrevistas em unidades, ou em categorias. Assim, ao final da pesquisa de campo, todas as entrevistas foram agrupadas em três categorias: Cultura, subdividindo entre cultura do Exército e cultura da favela, Capacitação e Legitimação e finalmente Comunicação.

Optou-se pela análise de avaliação. Segundo Bardin (2011), a análise de asserção avaliativa de Osgood, tira partido dos conhecimentos da psicologia social sobre a noção de atitude. Uma atitude é uma pré-disposição, relativamente estável e organizada, para reagir na forma de opiniões (nível verbal), ou de atos (nível comportamental), na presença de objetos (pessoas, idéias, acontecimentos, coisas, etc.) de maneira determinada (BARDIN, 2011). Para a autora, uma atitude é um núcleo, uma matriz muitas vezes inconsciente, que produz um conjunto de tomada de decisões e de designações de avaliação. Encontrar a base dessas atitudes por trás da dispersão das manifestações verbais é o objetivo da análise de asserção avaliativa.

Bardin (2011), conclui que na psicologia social, as atitudes são caracterizadas por sua intensidade e direção. A direção é o sentido da opinião segundo um par bipolar. Pode ser favorável ou desfavorável. A intensidade demarca a força ou o grau de convicção expressa. Uma adesão pode ser fria ou apaixonada.

Segundo a autora, as proposições avaliativas são compostas por três elementos: os objetivos da atitude, ou seja, os objetos sobre os quais recai as avaliações (pessoas, grupos, idéias, coisas, acontecimento, etc.); os termos avaliativos com significação comum, os termos que qualificam os objetos da atitude; os conectores verbais, nos quais ligam ao enunciado os objetos de atitude e os termos de qualificação.

3.2 Universo e Amostra

O universo da amostra foi constituído pelos líderes religiosos do Complexo do Alemão que atualmente vivem na comunidade, possuem a liderança sobre os moradores e observaram a conduta dos militares nas Operações Arcanjo. Também foram entrevistados vários militares que exerceram algum tipo de função de comando nas 7 operações Arcanjo e pesquisadores das ciências sociais, que desenvolveram trabalhos sobre o processo de pacificação. Os entrevistados que autorizaram a sua identificação foram os seguintes:

Padre Ademir Martine – Paróquia São Sebastião

Pastor Marcos Sebastião Coelho Barros – Igreja Batista do Complexo Alemão

Padre José Carlos dos Passos – Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe

Pastor Luiz Fernando Nunes – Igreja Batista da Fazendinha

Pastor Carlos Pedro da Silva – Assembléia de Deus da Itaoca

General de Exército João Carlos Vilela Morgero – Comandante Operacional Terrestre do período de 2012 a 2014

General de Brigada Otávio Santana do Rêgo Barros – Comandante da operação Arcanjo V

Coronel Evandro Rodrigues Schneider – Comandante do 57º Batalhão de Infantaria Motorizado nas operações Arcanjo II e IV

Coronel Fernando de Galvão e Albuquerque Montenegro – Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Motorizado nas operações Arcanjo II, IV e VII

Coronel Helder de Freitas Braga – Comandante do 27º Batalhão de Infantaria Pára-quedista na operação Arcanjo I

Tenente Coronel Mario Eduardo Sassone – Oficial de operações da 9º Brigada de Infantaria Motorizada nas operações Arcanjo II e IV

Tenente Coronel André Luiz Guimarães Silva – Oficial de operações da 4º Brigada de Infantaria Motorizada na operação Arcanjo V

Major João Luiz de Araújo Lampert – Oficial de operações da 9º Brigada de Infantaria Motorizada na operação Arcanjo VII e auxiliar do Oficial de operações da 9º Brigada de Infantaria Motorizada nas operações Arcanjo II e IV

Major Leonardo Werdan Torres – Comandante da 21º Bateria de Artilharia Antiaérea Pára-quedista

Major Anderson Ramos Marques – Comandante da Companhia de Precursores Pára-quedista na operação Arcanjo I

Major Jorge Wilson da Silva Boabaid – Comandante do 1º Esquadrão de Cavalaria Pára-quedista na operação Arcanjo I

Major Indison Luís de Paula Carvalho – Oficial de operações do 27º Batalhão de Infantaria Pára-quedista na operação Arcanjo I

Capelão Militar Vinícius Rodrigues Gonçalves – Integrante da Capelania Militar do CML, trabalhou nas operações Arcanjo IV, V, VI e VII

Antropólogo Vinícius Esperança Lopes – realizou uma pesquisa no Complexo do Alemão durante as operações Arcanjo IV, V, VI e VII, tendo acompanhado a instalação das UPP até o ano de 2013.

A pesquisa também entrevistou outras lideranças religiosas e militares envolvidos nas operações Arcanjo, porém não foi permitida a divulgação dos nomes. Nesse caso, suas percepções serão identificadas de forma genérica, citando apenas a função ocupada no contexto social das operações.

3.3 Coleta de dados

Este estudo analisou a capacitação do soldado das operações Arcanjo e a documentação oficial (Relatórios) remetidos pelos comandantes de operações ao Comando Militar do Leste (CML). O trabalho buscou entender com maior profundidade a capacitação dos militares da 4ª Brigada de Infantaria de Montanha, empregados na Operação Arcanjo V, no período de 07 de novembro de 2011 a 26 de janeiro de 2012. Esse emprego foi determinado pela Diretriz Complementar NR 02 -11 de 28 Out 2011 da 2ª Subchefia do COTER.

Adicionalmente, foi analisada a documentação referente à preparação dos militares empregados na Operação Arcanjo V, conforme listagem abaixo:

- Ciclo de Instrução de Nivelamento para a Operação Arcanjo V da 4ª Bda Inf Mtz .
- Relatório do 2º Ciclo de Instrução.

3.4 Limitações do método

A pesquisa considera como limitação do método a impossibilidade do pesquisador de realizar entrevista com o comandante geral das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), coronel Frederico Caldas. A referida entrevista não pode ser realizada por imprevistos ocorridos durante o agendamento. Também limitou o

estudo a impossibilidade de realizar entrevistas com os integrantes da Organização Criminosa Comando Vermelho.

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE

4.1 Contextualização

O depoimento de um major da Brigada de Infantaria Pára-quedista, contextualiza a situação vivida pelos moradores da cidade do Rio de Janeiro. “A violência no Rio de Janeiro aumentou a partir do dia 20 de novembro de 2010. Uma ordem da Organização Criminosa Comando Vermelho de incendiar ônibus e veículos em diversos pontos da cidade, causou o pânico na sociedade carioca”. A cúpula da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro concluiu que a melhor maneira de combater o problema seria ir ao coração do tráfico na cidade, os complexos do Alemão e da Penha. A polícia não ocupava os referidos Complexos por mais de 20 anos.

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) decidiu primeiro tentar entrar na Vila Cruzeiro (Complexo da Penha), por considerar que o poder militar do Comando Vermelho estaria mais fraco em relação ao Complexo do Alemão. Chegando na Vila Cruzeiro, os agentes do Estado depararam com um poder de combate muito forte. O abandono estatal permitiu que o tráfico dispusesse de vários tipos de armamentos pesados e munição ao longo dos anos.

A viatura blindada da polícia, conhecida como “caveirão”, não conseguiu subir as ruas estreitas da Vila Cruzeiro. O terreno estava fortificado, ou seja, com obstáculos de concreto armado, carcaças de carros e óleo no asfalto, que impediram a progressão dos policiais com proteção blindada. Importante frisar que os traficantes estavam em vantagem militar, por estarem ocupando fortificações nas partes mais altas da Vila Cruzeiro e dessa forma realizando o tiro direto sobre as tropas da polícia.

. Dada a necessidade, houve a solicitação do governador do Estado ao Ministro da Defesa, para utilização dos blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, conhecidos como “Clanf”. O referido blindado usa lagarta, e teria força necessária para romper o concreto armado e as carcaças de carros que bloqueavam as ruas estreitas, transportando os policiais com proteção blindada ao topo do morro.

No dia 25 de novembro 2010 ocorreu a ofensiva dos órgãos de Segurança Pública do Rio de Janeiro com o apoio dos blindados da Marinha do Brasil. Com a

proteção blindada, as tropas conseguiram subir e chegar até a Casa Amarela, uma fortificação do Comando Vermelho localizado na favela da Chatuba. Os traficantes que estavam defendendo a casa Amarela morreram em posição⁸, para que os traficantes que ocupavam a Casa Verde, outra fortificação do tráfico localizado num ponto superior da favela, conseguissem fugir para o Complexo do Alemão. Nesse momento, por volta das 15h do dia 25 de novembro de 2010, foram veiculadas, em rede nacional, as imagens impressionantes de centenas de traficantes armados com fuzis fugindo da Vila Cruzeiro e seguindo para o Complexo do Alemão, através da Serra da Misericórdia. Após as imagens, os policiais receberam uma ordem para cessar a perseguição aos traficantes.

O general Sadenberg, Comandante da Brigada de Infantaria Pára-quedista, participou de uma reunião na noite do dia 25 de novembro de 2010 no Comando Militar do Leste, com o General Adriano, Comandante Militar do Leste, com o governador do Estado, o prefeito do Rio de Janeiro e o secretário de Segurança Pública. Na tarde do mesmo dia a Brigada de Infantaria Paraquedista entrou em pronto operacional, ou seja, iniciou a sua preparação para ser empregada.

Por volta das 13 horas do dia 26 de novembro de 2010, a Brigada de Infantaria Pára-quedista saiu de suas instalações dirigindo-se ao Complexo do Alemão. Sua missão era realizar um cerco sobre a área. Quando o comboio militar acessou a Avenida Brasil, os automóveis na via paravam, as pessoas saíam dos carros e aplaudiam os militares, incentivando com palavras de confiança na instituição, conforme depoimento de um major Marques, Comandante da Companhia de Precursores Pára-quedistas . *“Em nenhum minuto o comboio ficou preso”*. O comboio seguiu para o cerco e o general comandante foi para o Batalhão de Polícia Militar (BPM) responsável pela área . O objetivo do general era conseguir informações com o comandante, para subsidiar os planejamentos da Brigada.

A presença do general surpreendeu o comandante do BPM. O general não ficou 10 minutos na instalação militar. Ao perceber que não teria as informações, seguiu para o Complexo do Alemão. A Brigada de Infantaria Pára-quedista estava composta basicamente com um batalhão, denominado Força Tarefa Chivunk (FT Chivunk), sob o comando do Estado Maior do 26º Batalhão de Infantaria Pára-

⁸ Morrer em posição significa que os traficantes não se renderam, morreram defendendo a Casa Amarela.

quedista (26° BIPqdt). A FT Chivunk era composta por 3 companhias de fuzileiros, sendo 1 companhia do 25° BIPqdt, 1 companhia do 27° BIPqdt e 1 companhia do próprio 26° BIPqdt. Na Vila Militar, o 27° BIPqdt recebeu a ordem de preparar-se para substituir o 26° BIPqdt no dia seguinte, formando a FT Chivunk II.

Quando as tropas chegaram no Complexo do Alemão, depararam-se com uma praça de guerra. Logo o general percebeu que o cerco, orientado por integrantes dos órgãos de Segurança Pública, estava com uma série de problemas. Havia pontos de fuga e a quantidade de soldados era insuficiente. A tropa recebeu tiros até a madrugada do dia 28 de novembro de 2010, domingo. A área com maiores problemas era a zona de ação da companhia do 27° BIPqdt, conforme depoimento do major Indison, oficial de operações do próprio 27° BIPqdt.

“Quando chegamos, tiro comendo para todo lado, em cima da tropa, que ficava abrigada (protegida). Para realizar um pequeno deslocamento tinha que ser coberto o tempo todo ... No planejamento da PM, a Cia estava com uma área muito grande, muito estranho aquele planejamento, o capitão estava na pior área e com muito terreno para defender, por isso estava tomando tanto tiro. O general reforçou a Cia com blindados e o capitão conseguiu impedir a saída do tráfico “

Na manhã do dia 26 de novembro o 27° BIPqdt deveria estar pronto para dirigir-se à área de cerco. No entanto, a Brigada de Infantaria Pára-quedista possuía problemas para equipar com o material necessário o segundo batalhão a ser empregado no cerco, conforme depoimento do Coronel Helder, comandante do 27° BIPqdt. *“Minhas necessidades para o Oficial de Logística da Brigada, basicamente consistia em falta de viaturas para transportar todo o efetivo, capacete, colete de fibra balística e munição. Em termos de pessoal e equipamento individual tinha tudo pronto”.*

Face a gravidade da situação, o general comandante decidiu que as tropas do 27° BIPqdt (FT Chivunk II) iriam reforçar o cerco instalado pelo 26° BIPqdt, ocupando metade da zona de ação da FT Chivunk I a partir da manhã do sábado, dia 26 de novembro de 2010. No entanto, o 27° BIPqdt estava com problemas logísticos relatados anteriormente pelo Cel Helder, comandante do 27° BIPqdt.

“Apesar de já me encontrar com o pessoal pronto, somente pude assumir minha Zona de Ação na tarde do dia 27 Nov, em função da falta dos materiais anteriormente citados. Finalmente, substitui a FT Chivunk I em parte de sua zona de ação, sob continuados e intensos fogos, que permaneceram durante toda a noite e misteriosamente pararam às 6 horas da manhã do dia 28 Nov, dia previsto para a invasão por parte das Forças Policiais.”

O comportamento da população dos complexos durante o cerco foi relatado

pelo major Marques, Comandante da Companhia de Precursores Pára-quedaistas. *“Nenhuma alma na rua, você não via nada, nenhum cachorro, apenas nós. Desde quando chegamos, nada na rua, tudo fechado. A população sabia exatamente o que fazer nos tiroteios, já estavam calejados”.*

No dia 28 de novembro de 2010, às 9 horas foi feito o investimento pelos órgãos de Segurança Pública, como previsto. Esta ação acabou por volta do meio-dia e iniciou-se um vasculhamento por parte das forças policiais, enquanto a Brigada com suas duas FT, continuava somente fazendo o cerco. Um oficial de operações de um Batalhão da Brigada Pára-quedaista empregado no cerco, relatou.

“Eu nunca vi um zaralho⁹ tão grande na minha vida. Os caras entraram gritando, atirando a esmo, sem comando... A maioria dos policiais com uma mochila nas costas, para saquear a área... a polícia cobriu a fuga de muito vagabundo naquele dia. Um soldado nosso prendeu um cara que tentou passar pelo cerco ao revistar. Esse cara estava com R\$ 30.000,00 em dinheiro vivo. Alguns policiais ficaram nos criticando: isso era para dividir entre nós. Acho que foi por causa disso que o Exército acabou ocupando a área, ninguém confiava mais na polícia”.

Um comandante de Organização Militar da Brigada Pára-quedaista testemunhou.

“Pensa comigo, você aceitaria ali viaturas do 16º BPM, batalhão da área, do BOPE, da CORE da civil e das delegacias daquela região. Tinha viaturas de todos os lugares do Rio, da barra, de Caxias, de Niterói, etc. Achei estranho. Então no domingo pela manhã ocorreu o investimento na área, o saque a Serra Pelada. O tráfico saiu do cerco por diversas formas, pelo esgoto, pagando para os policiais, dentro de viaturas da polícia, etc. No domingo ocorreu o saque das armas e valores deixados pelos traficantes. O traficante estoca ouro e dinheiro. Nas casas dos traficantes observamos que estavam todas quebradas, por causa da busca dos esconderijos. Nesse investimento só apareceu drogas, o resto foi tudo saqueado pela polícia, Serra Pelada. Alguns policiais que tinham missão de cerco, simplesmente saíram do cerco e foram saquear”.

O depoimento de uma liderança religiosa relata a visão dos moradores.

“No sábado a noite, houve uma ordem do traficante pezão, todos estavam liberados para fugir com aquilo que conseguissem... o tiros pararam..no domingo existia armamento jogado nas ruas, por toda parte...os policiais vieram saqueando tudo, traficante não guarda dinheiro no banco...inclusive saquearam as doações da minha igreja”.

Ao tomar conhecimento do saque, o general sentiu-se desconfortável com a situação, conforme relato de um oficial comandante de Organização Militar da Brigada Pára-quedaista.

“Eu tinha um subcomandante que o pai fez carreira no BOPE e ele me avisou que estava ocorrendo o saque e que nós estávamos ali concordando com aquilo. Então eu fui falar com o

⁹ Termo utilizado no meio militar, uma gíria, que significa bagunça, desorganização, falta de preparo e planejamento.

general e ele sentiu-se muito mal, chamou o meu capitão e disse que aquilo era inaceitável e que ele (capitão) iria falar tudo aquilo para a corregedoria da polícia. O capitão falou que não confiava neles e que seu pai poderia sofrer alguma consequência no BOPE, como ser assassinado em uma operação. Então o general chamou a corregedoria e determinou que na segunda-feira estivesse proibido o uso de mochilas por parte dos policiais dentro da área de operações. Aos poucos ele estava conhecendo com quem estava operando”.

O fato foi novamente lembrado na audiência pública realizada no auditório do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, em Inhaúma, no dia 01 de dezembro de 2011, envolvendo as reivindicações sociais dos moradores dos Complexos do Alemão e da Penha convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Rafael Dias, representante da ONG Justiça Global, denunciou que, na ocupação de novembro de 2010, houve violação de domicílios, agressões e furtos (ESPERANÇA, 2012).

Após o dia 28 de novembro de 2010, a Brigada Pára-quedista continuou cumprindo a mesma missão de bloqueio, ou seja, somente nos acessos ao Complexo do Alemão por prazo indefinido, naquele momento. Um oficial descreve o comportamento da população: *“Aos poucos, na segunda, terça, eles foram saindo, os cachorros iam voltando”.*

O Governador do Rio de Janeiro solicitou novamente apoio do Governo Federal para que o Exército apoiasse seu Estado e operasse na região, constituindo uma Força de Pacificação. Uma autoridade militar relatou.

“O Governador não tinha como resolver aquele problema somente com as forças estaduais e via ameaçado seu principal programa de governo: a melhoria da segurança pública. Este programa era baseado na instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nas Comunidades e prometia restabelecer o princípio da legalidade. Assim agindo, o Governador mantinha sua meta com credibilidade e não se deixava ficar refém da bandidagem que naquele momento media forças com o Estado nas três esferas do Poder, com ênfase na estadual”.

Assim, o Exército recebeu a missão de ocupar os Complexos do Alemão e da Penha, a partir do dia 22 de dezembro de 2010, iniciando-se assim as operações Arcanjo. Um pesquisador que acompanhou as operações Arcanjo relata.

“A entrada do Exército marca um elemento novo, mas não é tão novo assim porque o Exército já esteve presente em diversas favelas do Rio de Janeiro anteriormente, mas não de forma permanente como ocorreu no Complexo do Alemão. Para a polícia, trabalhar em uma favela é cotidiano, para o Exército é o novo”.

4.1.2 A presença do Estado e a estrutura econômica

No momento que o Exército Brasileiro ocupou os Complexos do Alemão e da Penha para combater o tráfico de drogas e retirar as armas do convívio diário da população, na verdade estava quebrando uma estrutura econômica estabelecida. O Comando Vermelho (CV) controlava o Complexo do Alemão, o Complexo da Penha, o Moro do Adeus, a favela Manguinhos, a favela do Jacarezinho, a Vila Kennedy e o Complexo da Maré. A organização criminosa possui ligações externas com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com o Primeiro Comando da Capital (PCC), com o Hezbollah e movimentos sociais do Brasil. Em cada local, favela ou complexo, existe um comandante, chamado de “dono do morro”.

O “dono do morro”, na verdade é um prisioneiro do próprio morro. Se ele sair do morro, será preso ou extorquido por agentes do Estado. Assim, tudo tem que chegar a ele de forma superfaturada. Se ele não pode ir ao shopping, o vendedor de jóias chega a ele. Um show de um cantor de pagode que custa um valor x , no morro, custará 2 vezes x . O “dono do morro” não guarda dinheiro em banco, tudo é pago em espécie e normalmente estoca barras de ouro nas fortalezas do tráfico. Por isso, a utilização da expressão “saque a Serra Pelada” na retomada dos Complexos.

O comando geral da organização criminosa é realizado por lideranças, na maioria das vezes encarceradas em presídios brasileiros. Abaixo do comando da organização existe um *staff*, diretoria ou Estado Maior, com organização flexível, podendo existir o acúmulo de funções. Nesse *staff* existem profissionais de propaganda ou operações psicológicas, contabilidade, assessores jurídicos, responsáveis por representar a organização perante o poder judiciário, negociadores do arrego, ou seja, responsável pelo pagamento de propina aos agentes do Estado. Também existe o responsável pela aquisição de armas e drogas e finalmente o responsável pela segurança das operações, cujo principal função é a manutenção do sistema de vigilância e segurança das bocas de fumo. O *staff* possui remuneração fixa e normalmente paga semanalmente.



Figura 6 – Integrantes da equipe de segurança de área da organização criminosa Comando Vermelho (CV) no Complexo do Alemão.

O *staff* é o responsável pela realização dos bailes funk, contratação dos MCs, confecção de músicas de apologia ao crime, vídeos e propaganda postadas na redes sociais, pichação dos muros com propaganda da organização criminosa e de seus líderes, confecção de panfletos, distribuição de cestas básicas na comunidade, ligações com Organizações Não Governamentais (ONGs) e depreciação dos órgãos de segurança pública. O baile funk é o negócio do traficante, sendo o local onde ocorre a venda de drogas, a prostituição infantil, etc.



Figura 7 – Propaganda da organização criminosa Comando Vermelho (CV) no Complexo do Alemão.



Figura 8 – Contra propaganda realizada na operação Arcanjo I.

Existia a central de produção de drogas, que recebia a pasta base, empregando várias pessoas no empacotamento. Nessa central de produção eram empacotados a cocaína, maconha, crack, haxixe e ecstasy. Cada dia era empacotado um determinado tipo de droga, sendo que as pessoas eram indenizadas por produção. Na central existia uma cozinha própria. A droga era levada para os pontos de venda, onde existia um gerente geral da área, um gerente geral para cada droga e os vendedores, chamados de vapores. Por exemplo, um vendedor de cocaína vendia o pacote de R\$ 5,00, chamado pó de cinco, o pacote de R\$ 10,00, chamado pó de dez e o pacote de R\$15,00, chamado pó de quinze. Esses vendedores eram comissionados pela quantidade de vendas realizadas e não tinham nenhuma preocupação com o sistema de vigilância ou proteção da boca de fumo. No mesmo sentido, existiam os vendedores comissionados de maconha, crack, haxixe e ecstasy, em diferentes porções.



Figura 9 – Cocaína empacotada na central de produção do complexo do Alemão, associada a propaganda do tráfico

No sistema de venda ainda existe a figura do estica. Consiste de um vendedor de drogas comissionado que irá vender a droga nos colégios, universidades, festas e condomínios fora da comunidade. O serviço de apoio logístico aos pontos de venda de drogas normalmente é terceirizado e realizado por moradores da comunidade, como venda de quentinhas aos vapores, sanduíches, transporte de clientes, etc.

O tráfico ainda explora outras rendas na comunidade como a distribuição de gás, os “gatos” de luz, TV a cabo, o jogo do bicho, o moto táxi, etc. O indivíduo não paga impostos para o Estado, mas paga ao tráfico para ter um moto táxi na comunidade, assim como um distribuidor de gás externo aos complexos, jamais poderá realizar uma entrega de gás dentro do Complexo do Alemão ou da Penha. Nesse contexto, para um caminhão entregar bebidas no morro, precisa pagar ao “dono do morro”. Para um veículo de comunicação realizar uma filmagem no morro, a mesma dinâmica. Pessoas procuradas pela justiça pagavam para o “dono do morro”, o serviço de proteção, visto que o Estado não conseguia capturar o foragido da justiça nos Complexos do Alemão e da Penha. Para o Estado construir um teleférico no Complexo do Alemão, teve que seguir as condições impostas pelas associações de moradores, na verdade, o braço social do tráfico de drogas.

Na estrutura do tráfico, existe a divisão do trabalho, com os cargos e funções bem definidos. O comandante de segurança de área, diretamente subordinado ao *staff* é o responsável pelas equipes de vigilância e alerta e pelos elementos armados. A equipe de vigilância e alerta utiliza-se de rádios, celulares,

foguetes e sistema de comunicação através da iluminação dos postes de luz e principalmente os “olheiros”. Essas pessoas possuem remuneração fixa, paga por semana trabalhada. Na maioria das vezes, o traficante se arma para defender a boca contra uma facção adversária, não contra a polícia. A conduta de não interferência dos agentes do Estado é conseguida através do pagamento de propina ou arrego, pelo *staff* do Comando Vermelho.

Com a pacificação, essa grande central transformou-se em pequenas centrais de distribuição, com bocas itinerantes, a fim de diminuir o prejuízo de uma eventual apreensão, ao mesmo tempo em que as vendas passaram a ser realizadas por menores. Os elementos armados foram retirados da comunidade e o sistema de vigilância foi maximizado, caracterizando o combate assimétrico. O objetivo do tráfico era manter uma espécie de dominação psicológica sobre a comunidade. O tráfico lançava vários boatos, que após a saída do Exército, ou mesmo na queima de fogos da virada do ano, haveria um grande justicamento sobre os moradores que colaborassem com a Força de Pacificação.

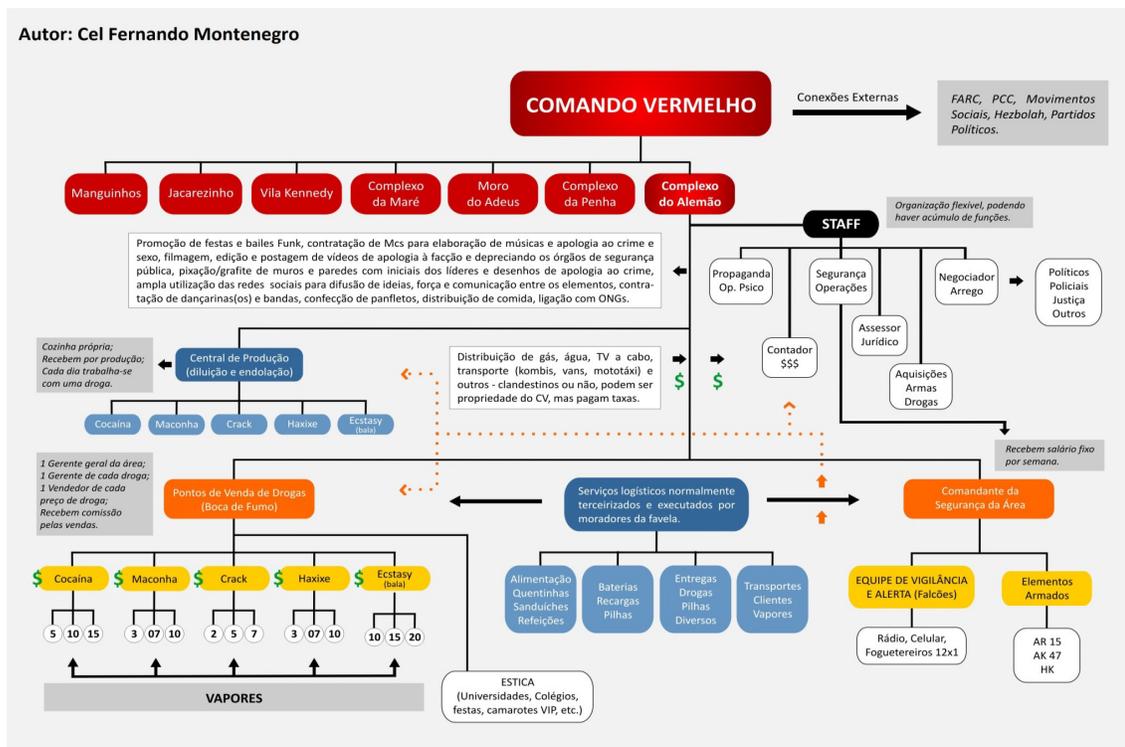


Figura 10 – Estrutura da Organização Criminosa Comando Vermelho (Autor: Coronel Fernando Montenegro)

A percepção dos moradores em relação à pacificação variava com a faixa etária, pertença religiosa e dependência econômica em relação ao tráfico de drogas. Em relação à faixa etária, de uma maneira geral, quanto mais velho, mais simpático à presença do Exército. Quanto à pertença religiosa, quanto mais religioso o morador, mais favorável à presença da Força de Pacificação. Em relação à dependência econômica do tráfico de drogas, naturalmente, quanto mais dependente economicamente do tráfico ou colaborador eventual do tráfico, menos simpático à presença do Exército.

As opiniões dos moradores sofriam enorme flutuação em curto espaço de tempo. Assim, o mesmo morador que aplaudia a Força de Pacificação, após a tropa realizar um parto de uma moradora grávida, poderia ser o mesmo a apedrejar no dia seguinte, bastando para isto que ocorresse um evento traumático, como um desentendimento entre a tropa e os moradores em relação à venda de bebida alcoólica para menores.

Por fim, existem vários relatórios e estudos, inclusive da própria Força de Pacificação, que fazem comparações entre os índices de criminalidade anteriores a ocupação militar e os índices alcançados durante a própria pacificação. O importante a enfatizar, os dados da criminalidade anteriores ao emprego do Exército, provavelmente não correspondem a realidade, visto que o Estado ficou muito fragilizado nos complexos a partir do meio da década de 1980.

4.2 Cultura

4.2.1 Cultura do Exército: o Fuzil¹⁰

4.2.1.1 O convívio com a desordem

Enquanto para a polícia, trabalhar em uma favela é cotidiano, para o Exército é uma situação atípica. São instituições de culturas bastante distintas. Assim, uma das maiores dificuldades encontradas pelo Exército na pacificação dos Complexos do Alemão e da Penha foi adaptar a sua cultura organizacional, originalmente voltada para a defesa externa. Para o soldado, palavra abrangendo todos os postos militares

¹⁰ Fuzil é um termo usado pelo antropólogo Vinícius Esperança, durante a sua pesquisa, e faz alusão ao belicismo e a presença do poder militar no Complexo do Alemão.

da instituição, o contexto é novo, não faz parte do seu universo, que é o quartel. Além disso, ainda que o soldado tenha sua origem em uma favela (comunidade), na prática trará todos os preconceitos contra aquelas pessoas que ali residem. O soldado é educado para manter a ordem. A favela na sua mente é uma grande desordem, já que representa a falta de civilização e o potencial perigo.

Dessa forma um antropólogo que acompanhou a pacificação relata.

“Culturalmente esse jovem soldado traz todo um conjunto de preconceitos contra o morador da favela... pouca experiência de vida, treinamento para a guerra, chegar em uma favela e conseguir gerenciar conflitos, ou mesmo, tomar decisões, como responder aos tiros de um traficante, sobre extrema pressão sem ferir inocentes”.

A maioria dos soldados não consegue entender que os moradores vivem naquele contexto porque na História recente do Brasil, houve poucos programas para financiar moradia para as pessoas pobres. O pobre morava nos complexos do Alemão e da Penha porque não existia outro lugar para ele morar. Lá, o Estado nunca investiu em lazer, ou abriu escolas, tratou o esgoto, ou forneceu infraestrutura básica. O soldado não consegue entender a realidade porque a formação do soldado é desumanizada, já que a razão da existência do soldado é a defesa externa. Na mente do soldado a hierarquia atua de forma inconsciente, enquanto que a disciplina é um elemento de controle e manutenção da hierarquia, pois opera por meio de um regime de punição e recompensa que garante que as leis sejam cumpridas (ROSA e BRITO, 2010). O soldado foi preparado para impor a lei, por isso, ao realizar o patrulhamento cria-se na sua mente a figura do “elemento suspeito”. Uma pessoa na rua, de cor escura, mal vestido, sem fazer nada vira o elemento suspeito na mente do soldado.

Se, na imagem popular, o problema principal da polícia é a corrupção, a violência gratuita; o problema principal do Exército é entender essa diversidade cultural da favela. O soldado não compreende que o abandono estatal por quase 30 anos dos Complexos do Alemão e da Penha e o domínio pelo poder do tráfico de drogas, gerou costumes e cultura próprios, e que nem sempre estavam de acordo com a legislação vigente no país.

Um pastor evangélico descreve a realidade enfrentada pelo Exército nos complexos.

“Na favela não existem regras, cada um faz o que quer, isso é cultural. O dono de um bar

coloca o som a todo volume, enche de caixas de som na rua e interdita a mesma, sem se preocupar se está prejudicando o descanso dos outros. O motociclista não usa capacete, todo mundo faz gato no poste, rouba o sinal de TV fechado, etc”.

O coronel Fernando Montenegro, comandante do 1º Batalhão de Infantaria Motorizado, que participou das operações Arcanjo II, IV e VII, descreve a área onde trabalhou.

“O brasileiro não cumpre lei, isso nós vemos no dia a dia. A favela é superlativo dessa constatação. Eles não tem nenhum respeito ao direito do outro ou ao direito de nada. Na favela você vai ver de tudo, gatos, fios, o cara jogando a calçada dele após o poste e as pessoas tendo que andar na rua, som alto, eu vi de tudo...”

Por não estar mais aquartelado, o soldado sofrerá o efeito PINO. No senso comum do Exército Brasileiro, PINO representa a abreviatura das fases com as quais o militar iria deparar-se os militares em relação a população, ou seja, sentimento de pena, indiferença, nojo e ódio. O relato do major Boabaid, comandante do Esquadrão Pára-quedista na operação Arcanjo I, caracteriza a situação.

“ Eu estava acompanhando minha tropa na Vila Cruzeiro, quando de repente, um morador começou a agredir uma jovem na rua. Imediatamente o comandante da patrulha ordenou para seus soldados prenderem o agressor. Você não vai acreditar, assim que os soldados algemaram o agressor, a mulher com o rosto todo ensangüentado começou a agredir meus soldados por estarem prendendo seu agressor. Eu tinha que ir embora daquele lugar, não agüentava mais aquele povo que não queria ser ajudado”.

4.2.1.2 O convívio com a impunidade

Para entender a cultura do Exército é necessário entender o processo de socialização que passam seus integrantes. Na socialização militar, observa-se que há uma dinâmica que se baseia numa “transformação quase total, isto é, na qual o indivíduo ‘muda de mundos””. Esse processo caracteriza-se pela ação pedagógica extremamente violenta do ponto de vista simbólico. Essa ruptura envolve um processo em que a biografia anterior à alternância é caracteristicamente aniquilada. Após a formação inicial há um trabalho continuado de preservação e manutenção dos conteúdos incorporados, de forma mais ou menos rigorosa. O *habitus* militar é mantido por meio da hierarquia e disciplina, procurando construir uma forma de pensamento e ação característicos da profissão militar (ROSA e BRITO, 2010).

No cotidiano dos militares do Exército Brasileiro manifesta-se permanentemente o poder disciplinar. Consiste um poder modesto, de pequenos procedimentos, mas se exerce de maneira permanente, contínua e ininterrupta, sendo implementado por meio de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação de ambos (FOUCAULT, 2009). Este poder tem caráter educativo, fazendo os militares agirem de acordo com a norma, punindo os desviantes e recompensando os normalizados.

Dessa forma, os militares do Exército não estão preparados para conviver com a impunidade. O conflito cultural é gerado quando os soldados são designados para trabalhar com segurança pública, cuja característica principal da realidade brasileira é a impunidade estatal.

O relato de um comandante de Batalhão caracteriza a situação.

“Vou te dizer que hoje entendo a polícia. Uma patrulha prendia um traficante em uma boca, as vezes um vaporzinho ou um estica. Chegava na delegacia com aquela má vontade do investigador em lavar o Auto de Prisão em Flagrante (APF). A patrulha ficava esperando 8 horas, perdia a sua refeição, perdia o seu horário de descanso, etc... Ao final, o delegado chegava e avisava que ele era apenas um consumidor e ele saía rindo dos soldados na delegacia. Meus comandados foram observando que não adiantava nada o trabalho deles, mas eles queriam fazer alguma coisa. Então, às vezes, o meu S2 (Chefe da Seção de Inteligência) me avisava que uma patrulha deu umas porradas em um vagabundo dentro de um beco. Eu como comandante, fazia vistas grossas”.

Esse comportamento dos soldados foi descrito por lideranças religiosas.

“Presenciei tropa agredindo fisicamente e verbalmente morador. Isso acontecia quando era empregado a tropa do Rio de Janeiro, da Vila Militar. Esses soldados eram mais agressivos e achavam que podiam fazer tudo, e pelo fato de estarem fardados se achavam melhores que todo mundo ...O poder paralelo aproveitava das agressões aos moradores, para inflamar a população nos protestos”.

Um pastor evangélico confirma a assertiva. *“A tropa carioca andou dando uns tapas nos becos, mas quem apanhou mereceu”.*

Quando os soldados do Exército resolveram fazer justiça com as próprias mãos nos becos, a imagem do Exército foi equiparada a imagem da polícia. Esperança 2012 entende que, o policial, civil ou militar, é o representante de uma instituição que possui a pior imagem possível para um morador da comunidade do Complexo do Alemão. Para o morador, o policial é corrupto, violento e não o respeita em sua dignidade. Quase todo jovem ou adolescente do Complexo do Alemão já levou uma “dura” de policiais, tendo sido humilhado e agredido. Sua autoridade é exercida sempre de forma arbitrária e violenta.

Quando a imagem do Exército foi equiparada à da polícia, gerou a perda de credibilidade do processo de pacificação. As agressões aos moradores foram utilizados pelos traficantes para insuflar a população a realizar manifestações. Essas foram orquestradas pelas lideranças comunitárias, que na sua maioria, são ligadas ao tráfico de drogas.

A maior crise enfrentada pelo Exército ocorreu na Operação Arcanjo IV, no início do mês de setembro de 2011, conforme depoimento do Major Lampert, oficial de operações da operação Arcanjo IV.

“Nós íamos sair, passando os complexos para a polícia, e de repente, foi anunciado que ficaríamos mais tempo. O tráfico aguardava nossa saída... Depois, uma série de acontecimentos, a prisão dos menores no bar e grande distúrbio criado, o líder comunitário ligado ao tráfico, a questão da quebra do negócio do gás dos traficantes. Resumindo, não tinha controle, não tinha o que fazer, a população agredindo a tropa com paus e pedras... Eu estava acompanhando a imprensa, achava que nós iríamos acabar sendo retirados, mas os traficantes inteligentes resolveram começar a atirar contra a tropa na véspera do dia 07 de setembro 11. Aí a mídia voltou a entender que deveríamos ficar e acabaram os protestos. Foi o momento mais difícil da operação”.



Figura 11 – Protesto orquestrado pelo Comando Vermelho na Arcanjo IV

4.2.1.3 O *Ethos* da masculinidade

Outra característica cultural dos soldados fragilizou as operações que empregaram tropas do Rio de Janeiro. Isso porque um grande número de militares teve envolvimento sexual com mulheres da área de pacificação. Por estarem baseados no próprio Rio de Janeiro, quando recebiam os dias de folga, alguns soldados voltavam para a região pacificada e mantinham os relacionamentos. Havia militares envolvidos até o posto de tenente, envolvendo principalmente militares das Arcanjo I, II, IV e VII.

Para pertencer ao Exército, culturalmente é necessário exteriorizar o *ethos* militar, no caso, a masculinidade. A observação contínua, no campo militar, ao

mesmo tempo que objetiva quatro efeitos determinados cada um por um imperativo. Ao imperativo de saúde, corpos vigorosos; ao imperativo de qualificação, oficiais competentes; ao político, militares obedientes; ao de moralidade, prevenir a devassidão e a homossexualidade (FOUCAULT, 2009).

Um comandante de Batalhão relata.

“Quando voltei ao meu batalhão, eu queria saber tudo o que aconteceu e assim eu fiz. Coloquei os cabos e soldados no rancho e falei para eles responderem a minha pesquisa. Poderiam escrever o que quisessem porque não haveria punição... Fiz o mesmo com os sargentos e oficiais. Eu li todas as pesquisas, tudo, e fui descobrindo várias coisas que não saem nos relatórios oficiais. O maior problema foi o envolvimento sexual dos militares com as garotas da área de pacificação”.

4.2.1.4 A legalidade do “mundo militar”

Analisando outra característica cultural, observa-se que o soldado do Exército é educado para impor a regra, sem qualquer tipo de flexibilização ou diálogo, remetendo ao conceito de dominação legal na qual o militar está submetido. O militar tem uma interpretação literal de um regulamento, ordem ou determinação, sem qualquer tipo de questionamento da norma ou senso crítico de análise. No extremo oposto ao operador do direito, que possui a interpretação hermenêutica¹¹ das normas, para o soldado existe apenas o certo ou o errado, desenvolvendo uma maneira pragmática de enxergar o mundo. Não poderia ser diferente, a função principal do soldado é ser empregado numa guerra.

Assim, a eficiência, no Exército, se manifesta não somente pelos resultados, mas principalmente pela rigorosa e precisa observância dos procedimentos estabelecidos nas normas, nos regulamentos e nas diretrizes (SANTOS, 2012), ou seja, subordinação aos mecanismos de dominação, sem questioná-los.

Para entender esse traço cultural, faz-se necessário entender o processo de formação do militar do Exército. Rosa e Brito (2010) entendem que, existe um rompimento simbólico nas organizações militares, responsáveis pela socialização. A construção de um novo *habitus* visa transformar o civil em militar por meio de um arbítrio cultural, pelo qual irá transmitir aos novos membros os valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade militar. Essa

¹¹ Interpretação num sentido mais amplo, que abrange a interpretação, a aplicação e a integração do Direito.

Hermenêutica jurídica vem a ser a teoria científica da arte de interpretar, aplicar e integrar o Direito.

alternação ocorre por meio da cultura organizacional das escolas de formação e perpetua-se através da oficialidade da carreira combativa.

Na “pedagogia de formação do guerreiro”, o jovem é afastado do convívio social sendo aquartelado. O militar divide o mundo civil do mundo militar, caracterizando a existência de uma fronteira simbólica entre os mundos que ajuda a construir a identidade própria (CASTRO, 1990). A educação militar está voltada para a defesa da legalidade, implantação da ordem, ou seja, transformar o mundo civil em um mundo militar.

Essa característica cultural foi observada por lideranças religiosas dos complexos. Um pastor da Igreja Assembléia de Deus, testemunha.

“A virtude do Exército foi chegar e impor a regra. Lógico, gerou conflito, mas a grande maioria ficou satisfeita com a imposição da ordem e tinha que ser feito isto mesmo. Não existia nenhum tipo de conversa, corrupção ou flexibilização da regra, como ocorre com a PM, simplesmente era imposto a regra, era cobrado e todos tinham que obedecer... Para mim, o Exército teria que ficar mais tempo, pelo menos uns 3 anos, para impor a lei para os moradores, e criar a cultura de respeito ao direito do outro... O Exército saiu, voltou tudo o que era.”

O padre Passos relatou. *“O Exército é uma instituição de imposição da Força. Ele chegava, e impunha a ordem”*.

A característica cultural de simplesmente impor a lei sem qualquer flexibilização, necessária na segurança pública, gerou críticas de alguns setores sociais ligados aos direitos humanos pelo excesso de prisões por desacato. O problema ocorreu até a Operação Arcanjo IV. Um pastor evangélico testemunhou. *“Os pára-quedistas eram agressivos, prenderam muitos moradores por desacato, mas não era desacato”*. O coronel Schneider, comandante do 57º Batalhão de Infantaria Motorizado, empregado nas Arcanjo II e IV, relatou. *“Nosso soldado, na maioria das vezes é oriundo de favela. Quando você dá poder a alguém, ele cresce... Meus sargentos e tenentes tinham que controlar isto”*.

O capelão militar, tenente Vinícius Rodrigues Gonçalves, que acompanhou quatro Operações Arcanjo descreve o problema.

“Me parece que nossos soldados foram para as duas comunidades na intenção de realmente fazer o melhor. O grande problema ocorria quando de resistências dos moradores às ordens dos militares, ou mesmo quando de provocações à tropa. Nem sempre a reação da tropa era no sentido de apaziguar os ânimos”.

Na audiência pública realizada no auditório do Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, em Inhaúma, no dia 01 de dezembro de 2011, Rafael Dias, representante da ONG Justiça Global, criticou a criminalização dos moradores pelo

crime de desacato. Segundo ele, houve de janeiro a julho de 2011, durante a ocupação do Exército, 499 prisões por desacato. Também criticou a ilegalidade em prender e julgar moradores com base no Código Penal Militar. Haveria também, pouca habilidade diplomática do Exército na mediação de conflitos (ESPERANÇA, 2012).

4.2.1.5 O entendimento do “mundo civil”

Na Operação Arcanjo V o Exército consegue adaptar a sua cultura organizacional para a segurança pública, transformando o soldado no herói protetor da população, através de campanhas psicológicas sobre a tropa. Através da liderança dos comandantes, os soldados compreenderam os dogmas preconceituosos que envolvem as comunidades carentes e foram conscientizados em relação à prestação de um serviço humanitário às pessoas pobres que não tinham culpa por viverem sob aquela condição social.

O trabalho foi reconhecido pelas lideranças religiosas. Um pastor da Igreja Batista do Complexo do Alemão testemunhou. *“A pacificação melhorou com o General Rego Barros. Ele conversou com a comunidade. Eu acho que a tropa é espelho do seu líder, quero dizer, os soldados eram muito bem instruídos, conversavam com os moradores”*.

O pastor Nunes, da Igreja Batista relata. *“Os moradores aplaudiram o trabalho do Exército. A Igreja tentou colaborar com a pacificação. Temos saudade do trabalho realizado pelo general Rego Barros, ajudou muito a comunidade”*.

Para resolver o problema do excesso de prisões por desacato, o comandante da Operação Arcanjo V identificou a necessidade de abrir um canal de comunicação com a comunidade, flexibilizou a cultura organizacional do Exército, ao mesmo tempo que desenvolveu uma campanha de conscientização da população local em relação aos direitos e deveres dos moradores, assim como o esclarecimento de que soldado estaria investido de uma autoridade delegada pelo Estado.

O pastor Marcos relata a adaptação cultural do Exército.

“O Exército atuando via-se a pacificação e o trabalho social, principalmente do general Rego Barros, pois ele articulou a decisão política, de forma que algumas instituições começaram a desenvolver seus papéis na comunidade, como a chegada da justiça do trabalho, melhorou o trabalho de coleta de lixo, assistência social”.

O testemunho de um pesquisador das operações Arcanjo, confirma o choque de culturas ocorrido nos complexos. “*O Exército demorou a perceber que na verdade, a forma de falar daquelas pessoas, não era desacato, era uma cultura diferente da cultura do Exército. Isso foi acontecer na tropa do general Rego Barros, essa percepção*”.

Por estarem aquartelados e sob a característica da institucionalização total, de acordo com Santos (2012) e no “mundo militar”, de acordo com Castro (1990), os militares às vezes não conseguem observar coisas óbvias, que são facilmente observadas pela sociedade. A característica fundamental das instituições totais é o caráter de fechamento, se centra exatamente na tendência da instituição em buscar reunir todas as esferas da vida em um só local, sob uma mesma autoridade, dentro de uma cultura organizacional hegemônica que responda a todos os anseios da vida (GOFFMAN, 2008).

Culturalmente, ao ocupar os complexos do Alemão e da Penha, vários comandantes entendiam que poderiam acabar definitivamente com o tráfico de drogas. O relato de um antropólogo materializa a afirmação. “*O Exército entrou achando que iria acabar totalmente com o tráfico, inclusive os próprios generais*”.

Para entender esse comportamento cultural dos militares, faz-se necessário entender o *ethos* militar do Exército Brasileiro. Bourdieu (1989, 1995, 1996a, 1996b, 1999, 2004, 2005), infere que as estruturas sociais se convertem em estruturas mentais, influenciam na forma como o indivíduo percebe o mundo, normatizando o seu modo de agir, sendo exteriorizadas por meio do *ethos*.

O *ethos* militar corresponde a um conjunto sistemático de princípios ou valores em estado prático e de disposições morais que regulam a conduta cotidiana dos militares do Exército. Ao receber a missão de pacificar os complexos, o *ethos* militar criou um inimigo a ser derrotado, o tráfico de drogas. Mesmo com o tráfico extremamente enfraquecido, o *ethos* militar perseverava na missão de exterminá-lo, algo que jamais irá ocorrer em uma sociedade.

Um depoimento de um oficial de Estado-Maior personifica a obstinação de um comandante de uma operação Arcanjo em acabar com o tráfico de drogas, ao

mesmo tempo que não consegue entender o contexto social das pessoas envolvidas no processo de pacificação.

“Estava em uma reunião matinal do Estado-Maior. O comandante queria terminar definitivamente com o tráfico colocando soldados em todos os lugares... Ele disse: eu quero soldados sobre as lajes... O assessor jurídico falou: general, não podemos ocupar as lajes sem o consentimento dos moradores... O general falou: então peguem o consentimento. Um oficial novamente interveio: comandante, os moradores não podem dar o consentimento, quando nós formos embora, os traficantes irão matar os que colaboraram conosco.. O comandante novamente falou: um dia todos irão morrer mesmo”.

. O militar do Exército para pertencer ao “mundo militar”, segundo Castro (1990), precisa estar constantemente identificando-se publicamente com o *ethos* militar, passando para seus superiores e subordinados qualidades relacionadas aos valores militares, como coragem, liderança, probidade, comprometimento, etc. Falar de não temer a morte e exterminar o tráfico de drogas, identifica-se com o *ethos* militar. Estar predisposto a ouvir críticas sociais sobre como deve ser a pacificação não combina com o *ethos* militar do Exército.

Assim, o comportamento do comandante perante seu Estado Maior, comprova que o indivíduo reproduz as condições sociais de sua produção, ou seja, ocorre um processo de interiorização e exteriorização, no qual as estruturas sociais se transformam em estruturas mentais (BOURDIEU, 1989, 1995, 1996a, 1996b, 1999, 2004, 2005). A socialização no Exército baseia-se na desumanização do indivíduo, nada anormal para uma instituição belicista voltada para guerra. O fato apenas demonstra a dificuldade cultural em adaptar essa instituição belicista para o trabalho de segurança pública realizado nos complexos.

4.2.1.6 Hierarquia, disciplina e liderança

As três características principais dos militares do Exército, hierarquia, disciplina e liderança foram as qualidades marcantes observadas pelos moradores dos complexos. Para entender a característica cultural do Exército faz-se necessário entender o poder simbólico que destrói a socialização primária dos indivíduos e os transforma em militares do Exército. Assim, o conceito de violência simbólica consiste na adesão dos dominados em um campo (Escolas de Formação e quartéis do Exército), de maneira consentida, pela aceitação das regras (dominação legal) e crenças (dominação tradicional) partilhadas como se fossem naturais, assim como

pela incapacidade crítica de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras impostas pelas autoridades dominantes (BOURDIEU, 2010),.

A manutenção do *habitus* secundário, no contexto militar, é norteadada por duas categorias centrais que permeiam essas relações no cotidiano da organização militar: a hierarquia, que delimita quem manda e quem devem obedecer e a disciplina, que assegura tal obediência. Ambos os valores possuem uma relação de interdependência e são reconhecidas pela própria organização como pilares da instituição militar (ROSA e BRITO, 2010). A disciplina é o meio pelo qual se obtém, portanto, corpos submissos, treinados e eficientes, isto é, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2009).

O testemunho de um pastor evangélico caracteriza os traços culturais mais observados.

“O Exército tem disciplina, tem comando, não se corrompe... eu nunca vi uma tropa falar tanto palavrão como a PM. Já vi um cabo xingar um oficial e o oficial ficar calado”.

“Disciplina e comportamento dos militares, são comandados, a presença dos oficiais na rua controlava a tropa... a PM não possuía disciplina, os oficiais nunca estão na rua para orientar os soldados. Nas operações não existe um comandante único e por isso, os policiais atiram a esmo, não são controlados, estão mal preparados fisicamente” (Padre)

Um pastor evangélico reafirma os três principais traços culturais do Exército observadas pelos moradores durante o processo de pacificação. “Os soldados respeitavam a comunidade, tinham liderança, eram preparados. A PM não possui preparo, não tem comando e nem disciplina. Eu fui PM, sei o que estou falando. Eu me corrompi, extorqui traficantes, fiquei preso 10 anos, e na prisão me converti”.

Esperança (2012) observa que é muito complexo para um soldado com pouca idade, pouca experiência de vida e treinado para a guerra, chegar a uma favela e conseguir gerenciar conflitos, ou mesmo tomar decisões, como responder aos tiros de um traficante, sobre extrema pressão sem ferir inocentes. A análise do antropólogo e pesquisador é perfeita, no entanto precisa ser complementada por uma análise cultural do Exército.

Por ser uma instituição aquartelada, após a formação inicial há um trabalho continuado de preservação e manutenção dos conteúdos incorporados. Existe um trabalho de conservação do *habitus* militar por meio da hierarquia e disciplina (ROSA e BRITO, 2010). O forte sistema hierárquico e disciplinar, além da liderança exigida nos diversos postos de comando impede que o jovem soldado de 20 anos,

enquadrado em uma patrulha, tome qualquer tipo de reação ao ser alvejado em um beco por traficantes. Qualquer decisão do emprego do armamento será tomada pelo comandante de Grupo de Combate (GC), normalmente um tenente ou sargento, com maior experiência e preparo.

A afirmação é confirmada por uma liderança católica do Complexo do Alemão.

“O Exército, quando houve confronto com traficantes, eles se protegiam e não revidavam os tiros, evitando que inocentes fossem atingidos. A PM não, por não existir comando, atiravam para todos os lados... A comunidade confiava no Exército porque sabem que é uma instituição disciplinada e com comando. Na PM não há comando, todos falavam ao mesmo tempo, todos atiravam”.

“O morador percebeu que muitas vezes a tropa recebia tiros e não reagia imediatamente por ter moradores na linha de tiro”.(Pastor)

Foucault (2009) infere que, a disciplina anula a vontade pessoal do indivíduo, estabelecendo uma relação de sujeição estrita àquele que domina, no caso o comandante do Grupo de Combate (GC). A disciplina promove no agente o elo coercitivo entre uma aptidão otimizada na realização das atividades que dele se esperam no campo em que está inserido e uma dominação exagerada às regras e exigências desse campo, no caso, as normas de engajamento estabelecidas pelo comandante da Força de Pacificação.

Em relação à liderança, muitos moradores eram surpreendidos ao encontrar um coronel ou até mesmo um general patrulhando a rua de sua residência, além da presença diuturna do oficial ao lado do soldado. O padre Martine, da Paróquia São Sebastião descreve sua experiência.

“Certa vez, num domingo a tarde passou uma patrulha do Exército e de repente veio um militar falar comigo, perguntando que horas era a missa. Era o general comandante da operação. Ele assistiu a minha missa e depois falou para a comunidade que estavam ali para servir, com muita humildade, simplicidade, muito desejo de servir ao próximo. Eu jamais esperava ver um general patrulhando nossa comunidade e muito menos assistindo nossa celebração. Nos sentimos muito prestigiados”.

A liderança no Exército confunde-se com a própria cultura institucional. A posição de comandante de uma organização militar já existe dentro da estrutura do campo militar e independe do militar que ocupa. No entanto, exige certos requisitos segundo as normas vigentes do campo (ROSA e BRITO, 2010). Culturalmente, as normas vigentes na operação de Pacificação dos complexos exigem muito mais o desenvolvimento da liderança para os comandantes em todos os níveis, do que as

normas vigentes do Exército aquartelado em suas instalações militares. A exigência encontra-se nas estruturas mentais tanto dos comandantes, como dos comandados.

Nesse contexto, o comandante de Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro é a representação máxima e absoluta da hierarquia e da disciplina, consubstanciadas, na sua figura, por meio do prestígio militar. Figura carismática no Exército Brasileiro, não é confundida com a pessoa que naquele momento a incorpora, mas consubstanciada no comandante abstratamente entendido, a posição, o cargo, a função (SANTOS, 2012).

Característica marcante das diversas tropas que passaram pelo complexo, a liderança era constantemente observada pelos moradores nos diversos níveis de comando da tropa. Um padre relata.

“Os moradores se sentiam valorizados pela presença do capitão, coronel e o comando de um general nas ruas da comunidade. Os moradores, apesar do analfabetismo, sabiam o nome do coronel que comandava a sua região, sabiam o nome do general. Os mesmos moradores nunca souberam o nome do delegado, do juiz, ou o Comandante do Batalhão da PM da sua região... Os comandantes cumprimentavam os moradores, a PM era sorradeira. O morador não confiava”.

“O Exército tem disciplina, tem comando, não se corrompe. Os oficiais da UPP não vão às ruas com as praças, ficam o tempo todo no ar condicionado da base. A noite, eles (militares subordinados) não patrulham os becos, deitam dentro das viaturas, ligam o ar condicionado e dormem”.(Pastor)

Na Operação Arcanjo IV ocorreu a maior dominação carismática de um comandante sobre o seu Batalhão, de todas as operações realizadas, conforme relatos dos seus subordinados e lideranças que observaram os fatos. Quando entrevistado, esse comandante testemunhou. *“Eu tinha medo de que aquilo virasse uma nova Providência¹², preparei meus homens da maneira que pude e me aferrei¹³ ao terreno junto com eles.*

O comandante novamente voltou voluntariamente aos complexos na Operação Arcanjo VII, demonstrando que o carisma é um atributo pessoal extra cotidiano que

¹² Faz referência à ocupação militar do Exército no Morro da Providência, ocorrida no ano de 2008. Na ocasião, três jovens moradores do morro foram entregues e levados por 11 militares do Exército ao morro da Mineira, dominado pela facção ADA (Amigos dos Amigos), inimiga da facção CV (Comando Vermelho), que atuava no morro da Providência. Os corpos dos três foram encontrados em um aterro sanitário em Duque de Caxias, abrindo uma crise no Exército e debate sobre seu emprego na Segurança Pública.

¹³ Termo utilizado no meio militar, uma gíria, significa que o comandante esteve presente diuturnamente na operação, não saiu do Complexo do Alemão.

pode se manifestar nos militares, quando a eles se conferem qualidades sobre-humanas que os transformam em exemplos e modelos e, dessa forma, em líderes genuínos.

“Na Arcanjo VII também não tive a preparação que desejava. Após a Arcanjo IV, tive que colocar as férias em dia, dos meus soldados. Muita gente dando baixa¹⁴, chegada dos novos soldados oriundos de outros quartéis. Tinha que qualificá-los como infantes. Novamente cortei na carne, retirei o descanso deles para preparar-los”.

Novamente, o comandante testemunha sua experiência na operação.

“Estava sempre sugando dos meus homens o seu limite. Eu não tinha nada para oferecer para eles em troca, seja financeiro, dispensa, nada, eu cobrava eles e não oferecia nada de volta...O Cabral (governador do Estado do Rio de Janeiro) criou um processo de gerenciamento que, caso determinadas áreas pacificadas consigam certos índices, um soldado pode ganhar até R\$ 13.000,00, para todos. O que o Exército oferecia para esses homens, nada. Muitas coisas eu matei no peito para cumprir a missão... A única coisa que podia fazer por eles era estar junto deles, o tempo todo, eu e meus capitães... Certa vez, encontramos um pessoal do BOPE as 3 da manhã e um sargento me perguntou: Chefe, o que o senhor está fazendo aqui nesse fim de mundo... Eu nunca vi um oficial na PM junto com a tropa”.

O comprometimento desse comandante reafirma a institucionalização total do Exército em relação a seus integrantes. A população dos complexos observa a disponibilidade do comandante e seus subordinados a um trabalho que poderia ser qualificado como escravo na sociedade mais ampla. Isto afeta de maneira pertinaz o sentido que o indivíduo possa ter de sua individualidade, introjetando nele um sentimento de posse do Exército Brasileiro em relação a si (GOFFMAN, 2008).

Assim todas as cadeias de comando passaram a ter a dominação carismática maximizada pela simples presença do comandante. Everton Santos infere que, a presença do comandante na atividade de trabalho, altera o comportamento de todos os comandados. A vontade ou o desejo do comandante tem o condão de fazer com que todos, abandonando seus afazeres mais prementes, mobilizem-se num determinado sentido, para uma determinada tarefa (SANTOS, 2012). Assim, tal raciocínio pode ser aplicado à pacificação dos complexos.

A institucionalização total do Exército Brasileiro gerou comportamentos de comprometimento por parte de seus integrantes em relação a própria instituição. O relato do major Marques, comandante da Companhia de Precursores Pára-quedistas na operação Arcanjo I, materializa a conclusão.

¹⁴ Dar baixa significa que o militar está sendo licenciado das fileiras do Exército. Está finalizando o contrato temporário de trabalho celebrado com a União, no caso de um militar profissional, ou está terminando o tempo de prestação do serviço militar obrigatório, no caso de um recruta .

“Não tínhamos nada de estrutura para a tropa, dormíamos no meio dos escombros de uma antiga fabrica da coca-cola. Um soldado morreu de leptospirose e outro morreu com um tiro acidental. Foi tudo improvisado, eu fiquei 30 dias direto sem ver a minha família, dormia em um papelão ao lado da minha companhia... Nós patrulhávamos cada beco, cada viela, várias vezes tomamos tiros, as vezes eu pensava que não iria voltar para ver minha filha e minha mulher.... Passei lá o natal, a virada do ano, e fui ficando com meus soldados. Aos poucos fomos controlando a área, conhecendo tudo. Eu percebia, minha tropa estava saturada daquilo tudo... Eu tinha que ficar ao lado deles. Então, depois de 3 meses na Arcanjo I, nós saímos e passamos para a 9º Brigada (Arcanjo II). A topa estava muito desgastada , mas tinham orgulho do trabalho realizado”.

Observa-se que, a forma de pagamento pelo trabalho realizado no Exército Brasileiro, difere drasticamente da existente na sociedade brasileira. A percepção salarial não tem variação quantitativa pelo trabalho muito mais desgastante ocorrido durante as operações Arcanjo. Existe um sistema de pagamentos secundários, frequentemente cerimoniais e simbólicos (GOFFMAN, 2008). Dessa forma, a principal motivação do trabalho abnegado dos militares nos complexos do Alemão e da Penha são os elogios, os conceitos profissionais, a possibilidade da visibilidade institucional, os pontos na carreira, uma transferência futura, as promoções, o poder exercido na função de comandante de uma Organização Militar, etc. O Exército qualifica o trabalho como um sacerdócio, sendo mesmo um crime relacioná-lo, mesmo que levemente, a uma contrapartida material, caracterizando a institucionalização total (GOFFMAN, 2008). Por isso, o Exército Brasileiro trabalha em algumas condições de trabalho que não são aceitas pelas demais instituições do Estado brasileiro.



Figura 12 – Estrutura dos alojamentos da Brigada de Infantaria Pára-quedista nos complexos do Alemão e da Penha durante a operação Arcanjo I

Mesmo que o militar espere algum reconhecimento material pelo trabalho diuturno e ininterrupto, no caso, a gratificação de representação, publicamente não é conveniente que expresse esse desejo, principalmente os oficiais. No “mundo militar” (CASTRO, 1990) passaria a imagem de não comprometimento com a instituição. Assim, a consciência coletiva é capaz de coagir as consciências individuais, levando as pessoas a agirem de acordo com a cultura organizacional do Exército. A consciência coletiva do Exército está nos valores, como comprometimento, probidade, liderança, etc. A cultura organizacional explica a não corrupção da instituição dentro dos complexos do Alemão e da Penha.

Assim, o excessivo comprometimento dos militares do Exército Brasileiro com a sua instituição, pode ser explicado pelo processo da segunda socialização que são submetidos (ROSA e BRITO, 2010), que inocula na mente dos militares o dever de proteção dos valores morais da nação brasileira. Culturalmente o militar considera-se o defensor abnegado do Estado Nação¹⁵. Um trecho da canção da AMAN materializa o processo que é submetido os cadetes: “Academia Militar, heróis a lutar, por um Brasil melhor, na paz como na guerra... Somos a esperança de um Brasil inteligente, esperança no continente... amor ao Brasil, amor a bandeira, seja o lema da mocidade brasileira”.

Um pastor evangélico testemunha. “*Era uma tropa que não se corrompia, ao contrário da PM*”. Outro pastor relata. “*Tinham comando, não eram corrompidos, obedeciam as leis*”. Um antropólogo testemunha: “*O Exército entrou, impôs a ordem, não se corrompeu lá dentro*”. Novamente uma liderança evangélica relata. “*Achei perfeito o rodízio de tropas, o fato do militar não ser daqui. Não existia nenhum tipo de conversa, corrupção ou flexibilização da regra, como ocorre com a PM, simplesmente era imposto a regra, era cobrado e todos tinham que obedecer*”.

Dessa forma, a cultura organizacional é passada aos novos integrantes do Exército por um ritual de iniciação. Compreende uma série de procedimentos aos quais são submetidos os iniciantes, chamado por Goffman (2008) de processo de mortificação do eu, ou processo de mutilação do eu, ou ainda processo de

¹⁵ Historicamente observa-se que os corpos militares lutavam pelo rei, porque consideravam que o rei tinha origem divina. Com a queda do feudalismo e a criação do Estado Nação, o militar passa a lutar em virtude do sentimento nacionalista desenvolvido no processo de socialização que é submetido nas Escolas de Formação e nos quartéis.

profanação do eu. Nas escolas de formação são internalizados esses conceitos através dos jargões militares: “a pele verde oliva é a segunda pele do militar” ou “o militar é militar 24 horas”. Uma grande ofensa que se pode fazer a um militar, consiste em retirar-lo do “mundo militar”, segundo Castro (1990) e colocá-lo no “mundo civil” de forma pejorativa, como exemplo, chamá-lo de “funcionário público de farda” ou chamar uma autoridade de “político de farda”.

4.2.1.7 O sistema de vigilância

A cultura organizacional do Exército Brasileiro é mantida através da vigilância. É o fator preponderante no Exército Brasileiro, meio pelo qual se verifica a adequação do indivíduo a consciência coletiva (DURKHEIM, 1999), quer dizer, aos seus valores, crenças, hábitos e costumes, isto é, à sua visão de mundo, à qual deve corresponder ou subsumir a visão de mundo do indivíduo que o integra, manifestada pelos seus comportamentos e atitudes.

Importante esclarecer, os integrantes do Exército Brasileiro não diferem culturalmente da sociedade brasileira. A diferença é que existe um sistema de vigilância, isso é, uma fila vertical constituída, onde um vigia e ao mesmo tempo é vigiado, conforme o *princípio da clausura, da localização imediata* ou do *quadriculamento individualizante* (FOUCAULT, 2009, p. 138-139).

Este princípio determina que cada indivíduo tenha seu lugar e cada lugar seja ocupado por um único indivíduo. Os espaços são divididos como um *lugar na fila*, um lugar que *classifica* uma única pessoa. O espaço disciplinar permite um contínuo e intenso conhecimento, controle, domínio e utilização eficiente de quem o ocupa, pois identifica os corpos de maneira dinâmica dentro do grupo social ao distribuí-los e fazer com que circulem numa rede de relações pré-estabelecidas (FOUCAULT, 2009).

Os lugares individuais permitem o controle de cada um, ao mesmo tempo em que o trabalho simultâneo de todos, dando movimento a uma máquina de socializar regida pelos instrumentos da vigilância, da hierarquização, da recompensa e da punição. “São espaços que marcam lugares, indicam valores e garantem a obediência dos indivíduos.” Institui-se, assim, um efficientíssimo instrumento de dominação e socialização que estabelece e conserva uma ordem muito bem definida (FOUCAULT, 2009).

Esse fato explica a necessidade constante dos militares do Exército Brasileiro descobrir a posição de cada militar na fila. Como exemplo, quando um novo militar chega ao convívio dos militares, imediatamente os demais buscam saber a turma de formação na AMAN, na EsSA, a data da última promoção, etc. Até mesmo com a presença de civis, o militar busca saber a equivalência do cargo exercido pelo civil na administração pública em relação a sua fila hierárquica, caracterizando o princípio da clausura (FOUCAULT, 2009, p. 138-139).

Um determinado militar na condição de vigiado, irá exteriorizar comportamentos morais adequados ao “campus” que está submetido. O Exército Brasileiro consegue maximizar a influência desse “campus”, através da institucionalização total, visto que faz com seus integrantes não separem a sua vida privada da sua atividade profissional. Um exemplo a ser dado é o militar que se apresenta pelo posto e nome de guerra¹⁶ num grupo de amigos civis, numa atividade de lazer, num final de semana, sem nenhuma vinculação ao seu trabalho.

Importante esclarecer que, o *habitus* gera ao mesmo momento um princípio de socialização e de individualização (WACQUANT, 2005). O princípio da socialização desenvolve categorias de julgamento e de ação do indivíduo, oriundas da sociedade, sendo estas partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares. Desse princípio, nasce o *habitus* militar pautado nos valores e do interesse do coletivo acima dos interesses individuais (CASTRO, 1990). Do princípio da individualização, cada indivíduo ao ter trajetória e localização única no mundo, internaliza uma combinação particular e incomparável de esquemas.

Assim, o jovem já chega ao Exército Brasileiro com seus traços de personalidade definidos. Ao sofrer a segunda socialização, o nível de absorção dos valores organizacionais da instituição dependerá do princípio da individualização.

Nesse contexto, uma autoridade militar no topo dessa fila vertical, ao saber que não é mais “vigiado”, poderá exteriorizar comportamentos típicos da cultura do brasileiro, como por exemplo, uma atitude patrimonialista na administração pública, ao mesmo tempo em que prega valores morais para seus subordinados (vigiados).

¹⁶ Nome de guerra é o nome escolhido pelo militar para ser conhecido e identificado pelos demais integrantes da instituição. Normalmente o nome de guerra é o sobrenome do militar.

Um recruta, estando sozinho, ao hastear a bandeira nacional poderá ter um comportamento de não prestar a continência regulamentar prevista nos manuais militares. No entanto, o fato não ocorrerá caso existam dois recrutas, pois um se sentirá vigiado pelo outro e ambos irão prestar a continência para a bandeira nacional.

Ainda nesse contexto, a partir do momento que uma autoridade militar tem uma atitude patrimonialista, utilizando-se do bem público para fins particulares, por não se sentir “vigiado” no seu “campus”, perde totalmente a dominação carismática sobre os seus subordinados, tendo que exercer a sua função pela força da legislação burocrática. Este comandante será chamado pelos subordinados de “moral de cueca” ou “*pustulão*”.

Dessa maneira, o valor militar de intolerância a corrupção, ficou caracterizado em um fato ocorrida na Operação Arcanjo I. Um tenente ocupava um ponto forte, com o seu pelotão. Era verão, e o pelotão percebeu que havia um ar condicionado estragado no ponto forte, que era uma antiga casa de um traficante que dominava a comunidade. O pelotão pediu o conserto do ar condicionado, a fim de melhorar as condições do pelotão. O tenente solicitou verbalmente e formalmente a seus superiores. No entanto, não obteve sucesso. Então o tenente resolveu consertar o ar condicionado realizando uma vaquinha no pelotão e tomou a iniciativa de retirar o ar condicionado, colocá-lo na viatura e levar na sua folga, para realizar o reparo e depois trazê-lo de volta. O erro do tenente foi apropriar-se de uma chopeira abandonada na antiga casa do traficante. Após isso, um sargento do pelotão do tenente denunciou o fato ao comandante do Batalhão.

Naquele momento da operação, o general comandante da Arcanjo I estava tendo problema com uma série de desvios de conduta de integrantes dos órgãos de segurança pública e a todo momento solicitava ao secretário de segurança pública a troca de pessoas sob o seu comando. O desvio de conduta do tenente foi a oportunidade esperada de denegrir a imagem do Exército em âmbito nacional, o que realmente ocorreu.

Após o fato, a cultura organizacional do Exército condena a atitude do tenente conforme depoimento de um oficial.

“Foi aberto um Inquérito Penal Militar (IPM) e uma sindicância para dar transparência ao processo... Foi criado um estigma sobre ele, que era um bandido. No seu Batalhão, seu comandante de companhia falou várias vezes para a sua companhia que ele era um bandido e nunca deveria ter vestido a farda do Exército”.

Assim, a sanção normalizadora no Exército Brasileiro se efetiva através de um pequeno mecanismo penal interno ao sistema disciplinar, dotado de leis próprias, delitos tipificados, formas particulares de sanção e instâncias peculiares de julgamento que, atuando nas lacunas existentes no sistema legal (Sindicância e Inquérito Penal Militar), qualifica e reprime um conjunto de comportamentos considerados espúrios para os militares. (FOUCAULT, 2009).

Além do sistema de sanção normatizadora, o Exército ainda possui a dominação legal para adequar os comportamentos desviantes. Culturalmente o Exército parece ser uma instituição que tem dificuldade em conviver com o Estado Democrático de Direito e os direitos e garantias fundamentais decorrentes do mesmo. Essa constatação cultural pode ser materializada no jargão militar constantemente ensinado nas instruções sobre direitos e deveres do soldado: “Estamos aqui para defender a democracia, não para exercê-la”.

Nesse sentido, o contexto social no qual foram formadas as instituições no Brasil, dentre as quais o Exército Brasileiro, parece ser caracterizado pela cordialidade, pelo personalismo, pela indiscriminação do público e do privado, formando um ambiente propício ao autoritarismo (SANTOS, 2012).

Outro relato demonstra a sanção normatizadora (FOUCAULT, 2009) agindo sobre o tenente, bem como a vigilância sendo exercida institucionalmente.

“Certa vez o escalei para ir ao funeral de um coronel da brigada. Quando o general percebeu sua presença no funeral me chamou e começou a me mijar¹⁷...Disse que ele (tenente envolvido no fato do ar condicionado) era indigno para estar ali e ordenou que eu mandasse ele embora”.(Comandante de Organização Militar)

Assim, a sanção normalizadora transforma-se em uma máquina de socialização que penaliza tudo o que é considerado inadequado a um determinado grupo. O caráter educativo das punições consiste em um poder disciplinar sobre os agentes, fazendo-os funcionar de acordo com a norma, punindo os desviantes e recompensando os normalizados (FOUCAULT, 2009).

Dessa maneira, a cultura Exército Brasileiro classifica as pessoas envolvidas em duas categorias: a dos superiores, que exercem a fiscalização, e a

¹⁷ Termo utilizado no meio militar, uma gíria, significa que o militar foi repreendido, chamado a atenção por seu comportamento.

dos subordinados, que estão sendo observados, avaliados e julgados nas suas condutas, mesmo as mais triviais, de maneira a possibilitar a correção dos desvios através dos processos de socialização e seus contínuos reforços peculiares.

Quanto maior o nível de operacionalidade de uma tropa, maior a vigilância sobre o comportamento dos indivíduos. Existem socializações, com diferenças em virtude da intensidade e da duração (ROSA e BRITO, 2010). Dessa forma, diferentemente da Brigada Pára-queda, um Hospital Militar ou um Batalhão de Suprimento, a cultura organizacional terá menos controle sobre o comportamento dos militares, remetendo ao conceito de consciência coletiva de Durkheim (1999).

4.2.1.8 O inimigo a ser caçado

Em relação ao tráfico, a tática era o princípio da massa, ou seja, uma grande quantidade de tropa patrulhando todos os becos dos complexos. Nas antigas fortalezas dos traficantes foram colocados pontos fortes, ou seja, presença constante de tropas, passando a mensagem da imposição do poder do Estado aos antigos dominadores. O padre Martine descreve o seu cotidiano durante a pacificação.

“Eu ia celebrar uma missa em uma outra capela, só via soldado passando e quando pediam para me identificar, me identificava feliz, nunca foram truculentos comigo, sempre com respeito. A comunidade estava segura com o Exército. Eu falei isso nas missas para a população e eles concordaram comigo”.

O Exército criou seu próprio disque denúncia, afastando a sua imagem das instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. O depoimento de lideranças ratifica a necessidade.

“A PM era sorrateira... O morador não confiava. Certa vez, uma moradora fez uma denúncia para a polícia civil sobre o esconderijo de armas de traficantes. A civil chegou na comunidade, pegou as armas e cobrou R\$ 50.000,00 dos traficantes. Após o pagamento, as armas foram devolvidas e a denunciante foi queimada dentro dos pneus na frente de toda comunidade. O morador possuía medo dos traficantes, tinha que saber se calar, e ainda mais da polícia”(Padre).

“Traficantes esconderam armas dentro da casa de um morador. Ele se calou e quando a polícia bateu na comunidade, ele foi morto porque os traficantes pensaram que ele havia falado”(Pastor)



Figura 13 – Panfleto do disque denúncia distribuído nas operações Arcanjo, utilizando a imagem do Exército e afastando a operação da imagem da polícia

Dessa forma, havia dois problemas para o Exército: o traficante e a corrupção de alguns integrantes das instituições de Segurança Pública. Culturalmente as instituições totais buscam reunir-se sob uma mesma autoridade, dentro de uma cultura organizacional hegemônica que responda a todos os anseios da vida (GOFFMAN, 2008). A cultura da polícia não se adequava a cultura organizacional do Exército.

Os maiores problemas ocorreram na Arcanjo I. O depoimento de um comandante contextualiza o fato.

“Para impedir policial tentando extorquir morador ou boca de fumo, o general determinou que os policiais sobre o seu comando estavam proibidos de entrar na comunidade. Toda a viatura da civil ou da PM de serviço, deveria primeiro chegar na Base, depois deveria ser acompanhada por uma viatura do Exército até o ponto de visibilidade, onde tiraria o seu serviço”.

No decorrer das operações Arcanjo o problema foi diminuindo, somente os militares da Força de Pacificação podiam operar na área. Essa ordem foi uma solicitação do Comandante Militar do Leste ao governador do Estado. No entanto, dentro da Força de Pacificação existia um Batalhão de Polícia Militar, que não passava do efetivo de um pelotão. Mesmo possuindo a mesma natureza militar, o choque cultural não permitiu o trabalho coordenado das instituições. Um comandante relata a sua experiência.

“O batalhão de Campanha, que nos relatórios tinham 70 homens, na verdade nunca passou de 9 homens na base. O general os colocou no 190, a fim de evitar que eles entrassem na favela para buscar o arrego. Você sabe da história da entrada no complexo, o saque a Serra Pelada...Os espólios de guerra... Pois bem, esse era o padrão dos PM que estavam baseados

conosco”.

Toda denúncia era imediatamente atendida, desenvolvendo a confiança da população. Na denúncia de abertura de boca de fumo, ocorria a posterior ocupação do beco por uma patrulha militar, passando a mensagem psicológica do princípio da massa. Naturalmente a ocupação militar nos complexos do Alemão e da Penha caracteriza-se pela presença maciça do Estado. Naturalmente a polícia não conseguiria realizar a maciça ocupação que realizou o Exército, conforme depoimento de um padre.

“Os moradores não são mais subjugados pelos policiais, a UPP tenta se aproximar da comunidade, mas não consegue colocar a quantidade de soldados que o Exército colocava nas ruas. Não conseguem patrulhar os becos como o Exército conseguia. Possuem poucos soldados”.

O depoimento de um religioso caracteriza a saída do Exército e a diminuição da sensação de segurança dos moradores.

“A PMERJ aparentemente tem, nas duas favelas, um efetivo muito reduzido em relação ao Exército. Isto parece ter feito voltar a presença de armas de grosso calibre, fuzis, principalmente, à realidade da Penha e do Alemão, bem como uma certa capacidade do tráfico em impor um terror psicológico aos moradores. Muitas pessoas, que já possuíam inseguranças em fazer denúncias ao Exército, agora se sentem completamente desconfortáveis em fornecer qualquer informação à UPP. Por último, há sempre a suspeita de ligações promíscuas entre o tráfico e membros da PMERJ”.

Dessa maneira, pode-se aferir parcialmente que a cultura do Exército foi a responsável pelo sucesso institucional nos complexos. Nesse sentido, um comandante de Batalhão, hoje na reserva e exercendo outra profissão fora do “mundo militar”, ao final do seu testemunho, começa a entender empiricamente os conceitos de dominação e institucionalização total, a qual foi submetido por mais de 30 anos de serviço. Num tom de questionamento e busca de uma resposta junto ao entrevistador, o comandante testemunhou.

“Realmente, hoje penso melhor porque estou na reserva, nó ficamos a vida toda aquartelados, nunca lutamos por nossos direitos, ou temos algum alinhamento político como ocorre com a polícia. O PM fica solto, sabe se alinhar com a política para conseguir seus direitos. Nós sofremos uma lavagem cerebral na fábrica (AMAN) e a levamos pelo resto de nossas vidas, acreditando naquilo, o que nos torna inocentes”.

4.2.2 Cultura da Favela: a Cruz¹⁸

Da mesma maneira que a cultura do Exército confunde-se com a hierarquia, a disciplina e a liderança, a cultura dos complexos do Alemão e da Penha confunde-se com a religião. A cada esquina dos complexos existe uma igreja, nada surpreendente para um local onde a violência faz parte do dia a dia dos moradores. Além do apoio espiritual, as igrejas fazem o papel de controle social, que deveria ser feito pelo Estado através do sistema de educação.

Observa-se uma ideia errônea de que os moradores de favelas são simpáticos ao tráfico de drogas. Na verdade, são os que mais sofrem com esta situação. Passam por diversas restrições em seu cotidiano, decorrentes da presença do narcotráfico. Entre estas restrições está a desconfiança sofrida, da parte do restante da cidade que pode obrigá-los, por exemplo, a mentir em uma entrevista de emprego, quando perguntados sobre domicílio.

Realizam um contínuo esforço para provar serem “civilizados”, ou “pessoa de bem”. Isso porque existem uma série de estereótipos em relação às favelas e aos seus habitantes (MARX, [1897] 1988). Os moradores convivem diariamente com violência e abusos sofridos por parte de traficantes, agentes do Estado e grupos paramilitares (milícias). Possuem uma série de impedimentos de horários para exercer seus deslocamentos, bem como proibições de frequência a locais determinados.

Na favela, existe uma constante preocupação com a integridade física, bem como a de parentes e amigos, por conta da possibilidade de confrontos envolvendo armas de fogo. Preocupação constante com as amizades e relacionamentos criados por filhos, netos, sobrinhos. O depoimento de um padre Passos descreve a realidade.

“Os jovens são atraídos pelo tráfico de drogas por R\$10,00. Isso é muita coisa em uma favela, porque a favela é um mundo, existe de tudo. Muitos jovens jamais foram a praia, porque sentem-se excluídos. Quando o jovem mata, sobe de posto no tráfico, e aí vai usar um cordão de prata no peito e passa a ser referência para os mais jovens”.

¹⁸ Cruz é um termo usado pelo antropólogo Vinícius Esperança, durante a sua pesquisa, e faz alusão a forte presença da religião (poder divino), na cultura do Complexo do Alemão.

Uma liderança católica relata a realidade do morador antes da ocupação militar.

“A população vivia com medo do confronto entre a polícia e o tráfico, balas para todo lado... Existia uma tensão constante no ar que aumentava quando a polícia ia embora porque iria ocorrer um justicamento na comunidade. Aqui durante quase 30 anos ocorreram coisas horríveis (assassinatos e suplício do tráfico). Eu me perguntava, como o ser humano chegou a esse ponto”.

A entrada do Exército Brasileiro foi recebida naturalmente com desconfiança por parte dos moradores, calejados pelas promessas não cumpridas por parte das autoridades políticas. O depoimento do Coronel Helder, comandante do 27º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, na Operação Arcanjo I relata o comportamento da população. *“Pedíamos apoio da população e eles nos olhavam de forma desconfiada, não se aproximavam do soldado. O general tentou reunir os líderes comunitários, alguns diziam: hoje vocês estão aqui e quando vocês saírem, eu irei continuar. A desconfiança era muito grande”.*

A desconfiança do morador estava relacionada a própria percepção do poder de polícia exercido pelo Estado. A imprevisibilidade é a característica principal da polícia em uma comunidade carente. O morador não sabe o que quer o policial, se ele quer dinheiro, ou se o arrego recebido do tráfico era insuficiente, ou se quer dar uma dura, um tapa no rosto ou apenas ser educado e cordial. Para o morador, a experiência de um soldado armado na favela é negativa, porque ele irá associar ao Estado corrupto, violento e imprevisível.

Um oficial do Estado-Maior de um Batalhão relata a sua realidade no Complexo da Penha.

“Nós pegamos a pior área, o Complexo da Penha. Inicialmente a população era muito hostil com nossa presença... nosso comandante nos falou, precisamos conquistar essa população para termos sucesso aqui... Então ele comprou do seu próprio bolso, caixas com pirulitos e balas para distribuir para as crianças... Nós tentávamos entregar panfletos, e as pessoas se negavam a receber, ou quando pegavam jogavam no chão... Quando o soldado começou a entregar os pirulitos e balas, as crianças pegavam, mas de repente vinha a mãe correndo, tirava da mão e jogava no chão”.

Em algumas comunidades do Complexo da Penha o tráfico fazia o papel de Estado. Um traficante, chamado de Mika, possuía dominação carismática sobre a população, visto que, fazia o papel do Estado.

Ao deparar-se com aquela realidade cultural, nem sempre as decisões tomadas pelos comandantes estava adequada a cultura local. Aos poucos o Exército

foi entendendo o contexto. O oficial de operações de uma Força Tarefa descreve a sua experiência na operação Arcanjo I.

“Com o tempo isso foi mudando, não vinha mais a mãe, a criança brincava com o soldado... mudou a percepção da população . Nosso pessoal não batia, não era truculento, etc. Acho que quando nós chegamos, eles pensaram que era mais uma PM na área, por isso a agressividade”.

Na cultura local, a flexibilização do patrulhamento era entendida como abandono da comunidade. Com três dias de operação, o Exército começa a entender essa realidade, conforme depoimento do major Indison, oficial de operações do 27º BIPqdt.

“No Natal o coronel determinou que a população ficasse mais a vontade, menos revistas, menos tropa na rua, e assim eu planejei, deixando a tropa aquartelada na Base. Mas o efeito foi contrário, eles pensaram que nós fomos comemorar o natal e por isso abandonamos a segurança deles, por isso ficaram agressivos conosco naquele período”.

No entanto a inteligência de um comandante na Operação Arcanjo I, consegue reverter uma situação desfavorável, desenvolvendo a credibilidade do Exército.

“Então uma série de jovens fizeram uma festa com drogas na piscina da casa Verde, tinha uns 30. Drogados, eles foram para cima da pequena tropa que estava próxima. O tenente não tinha armamento não letal recuou e pediu reforço. Daí o coronel percebeu o seu erro ao tirar a tropa da rua, o efeito negativo. Imediatamente, mobilizamos todos na base, cercamos a área e prendemos os 30 jovens por desacato”.

Nesse momento, o comandante começa a ganhar a população, ao adaptar a cultura militar extremamente legalista para o gerenciamento de conflitos.

“O pais foram na Base pedir pelos filhos e o coronel dava uma lição de moral em cada um e devolvia o filho. No dia 25 de dezembro, o coronel mandou eu planejar uma demonstração de Força, pegamos toda a tropa embarcamos todo mundo armado até os dentes, com todas as viaturas e saímos naquela tarde em direção a praça São Lucas, onde estava toda a comunidade, na maior festa, bagunça, som alto... Impressionante, quando eles viram a primeira viatura do comboio entrar, um Urutu¹⁹, a praça se calou, um silêncio total, e o comboio passando. Naquele dia nós ganhamos a população”.

A presença do Exército permitiu aos moradores terem algo que não tinham há quase 30 anos, a liberdade de manifestação. O protesto, muitas vezes, representava o grito de revolta contra o Estado, materializado, naquele momento, no Exército. O

¹⁹ O EE-11 (URUTU) é uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), que foi fabricada pela ENGESA S.A. Sua blindagem protege a guarnição contra tiros diretos de armamentos até o calibre 7,62 mm.

padre Passos testemunha.

“Com a pacificação o morador pode falar o que não podia falar por muitos anos, pois estava dominado pela polícia e pelos traficantes. Eu acho que alguns protestos contra o Exército, na verdade eram protestos contra o Estado que os abandonou. Com o Exército eles puderam expressar o que estava engasgado por vários anos... Protestaram porque com a entrada do Exército, recuperaram a liberdade que nunca tiveram”.

No entanto, pessoas ligadas a estrutura econômica do tráfico, sempre procuravam o confronto com os soldados, a fim de retirar a credibilidade da operação na mídia, e dessa forma influenciar a decisão política de retirar o Exército, conforme testemunho de lideranças religiosas. *“Algumas guarnições que sofreram retaliações (tiros, pedras, protestos), foi influência do tráfico de drogas.. Apesar da maioria dos traficantes serem analfabetos, existe gente inteligente que contrata especialistas em comunicação para assessorar as ações”.*

. Nas comunidades carentes ocorre um fenômeno interessante. Quando uma pessoa, por exemplo, um menor, ligado com o tráfico, morre em um tiroteio com a polícia ou Exército, a população não se manifesta nos protestos porque sabem que o menor era ligado ao tráfico e isso seria moralmente errado. Apenas uma pequena quantidade de pessoas com interesses voltados ao tráfico faria parte da manifestação orquestrada.

Porém, caso o menor não possua nenhum envolvimento com o tráfico, haverá uma grande mobilização comunitária. O morador da comunidade carente tem a comunicação interpessoal, a solidariedade, os valores morais, o senso do que é justo, o que é errado, muito mais desenvolvidos em relação a sociedade. A cultura ligada a religião talvez explique do fenômeno.

Um depoimento de um pastor retrata a tentativa do tráfico em orquestrar uma manifestação.

“Óbvio que as pessoas que dependiam desse ciclo econômico (tráfico) protestaram. O senhor já percebeu que nessas manifestações só havia mulheres e crianças. O traficante não pode aparecer... O mau que o tráfico causa para uma comunidade é imensurável, eu vi gerações serem destruídas, famílias, sofrimento, tudo por causa do tráfico”.

Com o processo de pacificação, os traficantes que possuíam mandado de prisão saíram do Complexo do Alemão e da Penha devido às constantes revistas e a grande quantidade de patrulhas nas ruas, becos e vielas. Naturalmente, pela fraca presença do Estado, várias pessoas que cometeram crimes, não tinham passagem

policial. Esses permaneceram nos complexos tentando realizar o tráfico, desta vez sem a presença do armamento, com bocas de fumo itinerantes, utilizando menores.

“Enquanto o Exército esteve aqui acabaram as bocas de fumo e a ostentação dos traficantes. O traficante se impõe na comunidade pelo medo, através do suplício. Com o Exército presente, eles fugiram para a baixada fluminense e mantiveram o domínio psicológico sobre os moradores, através de boatos, justiçamentos, etc. Eles sabiam que o Exército um dia iria sair” (Pastor)

A fraqueza do traficante é a denúncia, por isso, ele precisa controlar a comunidade pelo medo. O traficante encontra-se no meio da comunidade e utiliza-se da mesma para ficar no anonimato. O Exército tinha o desafio de fortalecer a população e para isso precisava retirar o domínio psicológico do traficante sobre os moradores, ao mesmo tempo que deveria desenvolver credibilidade.

Assim, o carro de som divulgava o número do disque denúncia, associado a imagem do Exército, ao mesmo tempo em que solicitava a colaboração anônima dos moradores. Sentindo-se caçado, o traficante não iria buscar o confronto com as patrulhas nas ruas e becos. Um padre relata o fortalecimento da população.

“Com o Exército, as crianças puderam voltar a brincar nas ruas, acabou aquele clima tenso, a população sentiu-se segura porque havia soldado por todo lado... Muitos jovens saíram do tráfico e foram buscar um emprego e conseguiram... A comunidade ficou muito tempo oprimida. Quando as pessoas vivem assim elas perdem sua auto estima, a sua cidadania. O Exército permitiu que as pessoas fossem sendo libertadas aos poucos, dia a dia. Hoje percebo que as pessoas mais livres. O tráfico trazia para a comunidade uma falsa idéia de proteção, era uma ilusão, elas eram subjugadas aos interesses do tráfico”.

A grande quantidade de soldados nas ruas e o carro de som divulgando o disque denúncia tinham o objetivo de evitar que os traficantes “desfilassem” perante os moradores para impor o medo do justiçamento. O efeito psicológico foi impressionante, sendo o carro de som o principal alvo dos tiros do tráfico.

“Os soldados respeitavam os moradores. Muitos abandonaram o tráfico porque o Exército sufocou. Aumentou a auto estima das meninas ao observarem a presença das mulheres militares. Passaram a ser referência, e os meninos sonham em ser soldados do Exército” (Padre)

O Exército realizou várias “Ações Cívico Sociais” (ACISO), eventos voltados para a comunidade no Dia das Crianças, no Natal, etc. Eram prestados atendimento médico, odontológico, serviços públicos, distribuição de presentes as crianças, atividades de recreação e lazer. Foi recolhido o lixo, retiradas as carcaças de carros e a desobstrução das ruas. Além de influenciar positivamente a comunidade, paradoxalmente essas ações acabaram influenciando os próprios traficantes. Um

pastor testemunha. *“Os traficantes gostam do Exército, porque o Exército tratou bem a comunidade, trouxe atividades para as crianças, lazer, etc. Os familiares dos traficantes moram na comunidade, o traficante vem da comunidade”.*

Esse fato explica o comportamento do traficante, às vezes, de não atirar nos soldados quando tinha as patrulhas como alvo. O traficante tem origem na comunidade. Quando o soldado demonstrava solidariedade ao morador, estava demonstrando solidariedade aos parentes do traficante. O próprio traficante entendeu que a Força de Pacificação afastava sua imagem das instituições de segurança pública. A assertiva é comprovada, segundo testemunho de um comandante de Batalhão.

“Certa vez, uma viatura da PM descumprindo ordem do general, entrou na favela para tentar extorquir uma boca. Traficante não teve dúvida, mandou o aço porque sabia que a força de reação²⁰ seria o Exército. Quando chegamos, eles pararam de atirar e fugiram... e lá estavam os PM com cara de b... tentando explicar por que não cumpriram a ordem do general”.

Para o traficante, não há problema se um morador dos complexos pertencer ao Exército ou a Marinha. Muitos integrantes do tráfico possuem formação militar como reservista das Forças Armadas. Um fato ocorrido durante o cerco ao Complexo do Alemão retrata essa realidade, conforme depoimento de um major.

“Os traficantes se comunicavam com aqueles talk about simples. Nós colocávamos na mesma frequência para ouvir a comunicação. E eles falavam: vocês são PQD mesmo, fizeram Mendanha²¹? Esse é um problema que nós temos na brigada, muito ex militares são recrutados para o tráfico no Rio após a baixa”.

Dessa maneira, observa-se que culturalmente, integrantes do Exército que residem nos complexos, não possuem problemas com o tráfico.

“O sonho de todo jovem aqui é ser pára-quedista ou fuzileiro naval. Esses jovens depois serão cooptados para o tráfico. O policial é traíra, corrupto, agride os moradores, extorque o traficante.. Aqui temos pessoas que são do Exército, ou fuzileiro naval e vivem sem nenhum problema, qualquer um aqui terá problema apenas quando aproximar-se do policial” (Pastor)

²⁰ Consiste numa força que fica aquartelada e tem por objetivo ser empregado, caso as patrulhas que estão realizando rondas, necessitem ajuda. Consiste em uma espécie de reserva.

²¹ Mendanha consiste em um exercício militar, um acampamento, muito desgastante a que são submetidos os novos soldados pára-quedistas. Possui objetivo de desenvolver diversos atributos da área afetiva dos militares, sendo realizado na Serra do Medanha. Atualmente o referido exercício militar não é mais realizado na Serra do Medanha por questões ambientais, sendo transferido para outra região. Na cultura do soldado pára-quedista, a alteração do local, enfraquece a formação dos novos soldados, por estarem expostos a um número menor de privações, como o frio, a fome, etc.

De maneira contrária, pertencer ou aproximar-se da polícia, o indivíduo estará condenado a receber uma sentença de morte na cultura dos complexos.

“Aqui temos a história de um morador, dono de um restaurante que começou amizade com os policiais da UPP que faziam refeições no seu restaurante. Ele tirou fotos com os policiais, portando armas e postou na rede social. Foi morto pelo tráfico. O policial pode ir no seu restaurante, mas não deve-se criar relações com eles”.

Quando o Exército empregava tropas do Rio de Janeiro observou-se que o soldado carioca era mais adaptado, sabia falar a gíria da favela, sabia progredir com mais facilidade nos becos. Um comportamento do soldado chamou a atenção. O soldado oriundo de uma região controlada pelo Terceiro Comando Puro ou Amigo dos Amigos (ADA), ao operar no Complexo do Alemão, controlado pelo Comando Vermelho, era muito mais eficaz na operação, sabia onde estava a droga, sabia fazer as perguntas certas para descobrir algo.

No entanto, quando era soldado oriundo de uma comunidade controlada pelo Comando Vermelho, esse soldado era reservado, não interferia para esclarecer os fatos. Importante enfatizar que não eram soldados com algum tipo de desvio de caráter porque o Exército utiliza o serviço militar obrigatório para selecionar rigidamente seus integrantes. O comportamento cultural demonstra como a ideologia é disseminada na mente das comunidades carentes, ao mesmo tempo em que alertou os comandantes da desvantagem de empregar tropas da mesma área no Complexo do Alemão e da Penha.

4.2.3 O Fuzil e a Cruz: poder militar e poder divino no Complexo do Alemão

O centro de gravidade, ou seja, a diferença entre o sucesso ou fracasso desse tipo de operação é a conquista da população da área de pacificação. O traficante, as armas e as drogas encontram-se junto à comunidade. Caracteriza-se, assim, um combate assimétrico, ou seja, o inimigo não é facilmente identificado, pois se encontra no meio da população. A conquista da credibilidade junto ao morador do Complexo do Alemão e da Penha iria definir o sucesso ou o fracasso da operação.

A liderança comunitária nos Complexos do Alemão e da Penha, com raras exceções, são impostas pelo tráfico de drogas, ou caso não seja, um dia teriam que se submeter aos interesses do tráfico. Conforme as operações Arcanjo eram desenvolvidas, o tráfico era enfraquecido, assim como o financiamento das

associações de moradores. Ao mesmo tempo, o Exército foi adaptando a sua cultura organizacional belicista, sendo que na operação Arcanjo V, a capacitação e conseqüente legitimação perante a população atingem a plenitude.

Nesse contexto o Exército buscou fortalecer os verdadeiros líderes da comunidade, os religiosos.

“Tinha informações que a liderança comunitária tinha caído, conforme o poder do tráfico ia se desmantelando. Eu precisava levantar verdadeiros líderes para a comunidade, a fim de serem os interlocutores deles no futuro. Essa liderança já existia, a liderança religiosa. Mesmo que eles apenas passassem a mensagem espiritual, já estavam plantando esperança naquelas pessoas e contribuindo com a pacificação” (General Rêgo Barros)

O projeto se desenvolveu no seguinte tripé: encontros semanais com a liderança religiosa cristã, grandes eventos religiosos com ações sociais e músicos religiosos conhecidos e finalmente, desenvolvimento de um curso de preparação para a liderança local com o intuito de preparar “líderes da paz”.

“A comunidade também tem que colaborar no processo de pacificação, eles tem que se sentirem forte para um dia chegar e afastar o tráfico de sua porta, o tráfico vive do medo daquelas pessoas, por isso, elas também são responsáveis pela pacificação” (General Rêgo Barros)

Na Operação Arcanjo V, o objetivo de retirada do tráfico e armamento do cotidiano dos moradores havia sido consolidado. Nessa fase da operação, o comandante da Arcanjo V voltou-se a conscientização de lideranças civis a fim de trazer o Estado de volta aos Complexos e dessa forma impedir o retorno do tráfico.

Caberia aos líderes religiosos a missão de conduzir a população. Os religiosos acompanharam no seu cotidiano cenários extremos de violência, como ver e ouvir os últimos gritos e apelos de indivíduos vitimados pelo “microondas²²”, bem como sentir o cheiro de carne humana queimada invadindo a Igreja. Armamento, drogas, prostituição infantil e tiroteios no cotidiano das famílias, assim como a falta de oportunidade aos jovens no sistema educacional, tornando o tráfico a única referência. Os religiosos sentiram-se na obrigação de conduzir o fortalecimento da população a fim de evitar o retorno da barbárie.

Caracterizou-se assim o ápice da integração da cultura do Exército com a cultura da favela. No entanto, o padre Martine faz um alerta.

²² O “microondas” consiste no ritual de morte realizada através da queima da pessoa viva, com o corpo preso em vários pneus de borracha. Método utilizado por traficantes para impor o domínio psicológico sobre os moradores dos complexos do Alemão e da Penha.

“Mas o que irá libertar de vez essa população são as oportunidades, trabalho, renda, não o assistencialismo. O Exército fez a sua parte, cadê o resto. O jovem tem pouca oportunidade aqui. A presença do Exército permitiu o aquecimento do comércio, a vinda dos turistas ao teleférico, gerou muita renda. Mas ainda falta muita coisa aqui na comunidade, precisamos de oportunidades de estudo técnicas para os jovens. Quando isso chegar, essas pessoas serão libertadas de vez”.

4.3 Capacitação e legitimação

4.3.1 Capacitação

Ao analisar a capacitação das operações arcanjo, é impossível não realizar uma comparação com a preparação ministrada às tropas empregadas no Haiti. Desde a entrada do Exército, tudo foi adaptação. Inicialmente, a instituição teve pouca percepção estratégica da missão. O depoimento de um oficial empregado em 4 operações arcanjo retrata a realidade vivida.

“Saltou aos meus olhos a diferença entre o preparo da MINUSTAH, e o preparo da Arcanjo. Nitidamente houve mais cuidado, tempo, e rigor na seleção do contingente que foi ao Haiti. Enquanto na MINUSTAH há que se fazer um grande esforço para se eliminar voluntários, me pareceu que na Arcanjo foi quem estava disponível”.

Quando perguntado sobre o tema, um comandante de Batalhão na Arcanjo, com vasta experiência nesse tipo de operação, testemunhou.

“A missão do Alemão era considerada uma boca podre dentro do Exército, quase nenhum apoio, enquanto no Haiti as tropas ficavam 6 meses treinando, dedicadas exclusivamente para aquilo, o Alemão era o filho feio. Não ganhava em dólar, as regras de engajamento eram restritivas, várias interferências políticas, a mídia o tempo todo querendo um vídeo de abuso por parte do soldado, as manifestações orquestradas pelo tráfico, o desgaste é muito maior, nem se compara”.

Com pesquisa documental e o relato dos atores envolvidos, observou-se que o planejamento das operações Arcanjo não seguiu um planejamento estratégico. A característica de cada operação dependia da personalidade de cada general comandante. Contextualizando, um conhecimento de inteligência produzido em uma operação ou um contato com um órgão administrativo da esfera estadual ou municipal, por exemplo, era perdido na operação seguinte e muitas vezes era novamente produzido na operação subsequente.

Nas operações Arcanjo, as células de inteligência, comunicação social e operações psicológicas estavam fragilizadas pelo excesso de rodízios dos integrantes e a falta de uma ação estratégica, não tendo uma continuidade

esperada. Os documentos produzidos, às vezes, não retratavam o contexto e algumas falhas institucionais eram omitidas.

Assim, a primeira capacitação a ser testada foi da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqd). A entrada do Exército ocorreu num contexto de crise da segurança pública. A Bda Inf Pqd constitui-se numa tropa de emprego estratégico do Exército, isto significa, deve estar capacitada a operar em qualquer região do Brasil a qualquer momento. A natureza da tropa possui a característica de imposição do poder pela força.

Inicialmente a Brigada realizou o cerco com a Força Tarefa Chivunk (FT Chivunk). A FT Chivunk foi uma criação do General Sardenberg e é composta por três companhias de Fuzileiros, sendo uma de cada Batalhão de Infantaria Pára-quedista (BI Pqdt), reforçada por peças de manobra, apoio ao combate e apoio logísticos das demais Organizações Militares da Bda Inf Pqdt, sendo o comandante designado pelo comandante da Brigada.

O comandante do 26º BI Pqdt comandou a FT Chivunk, primeira tropa do Exército a chegar para o cerco no dia 26 de novembro de 2010. O comandante do 27º BI Pqdt recebeu ordem de formar a FT Chivunk II e posteriormente seguir para o Complexo do Alemão, mediante ordem do comandante da Brigada.

A primeira fragilidade do Exército foi verificada quando a FT Chivunk II precisou ser empregada na manhã do dia 27 de novembro de 2010. Mesmo sendo uma tropa de emprego imediato, havia falta de viaturas para transportar todo o efetivo, capacete, colete de fibra balística e munição. Alguns soldados ocuparam a posição de bloqueio sem os coletes de proteção, numa verdadeira praça de guerra, onde o deslocamento para as posições eram feitos dentro de viaturas blindadas e sob intensos fogos do tráfico.

Cabe ressaltar que, em cada posição de bloqueio, era previsto ter um posto policial, composto no mínimo por agentes da PMERJ, ou da PCERJ ou da PF. Isso efetivamente aconteceu até o dia 28 de novembro de 2010, ou seja, antes da invasão. Porém, o Exército continuou no cerco até o dia 21 dezembro de 2010 e forças policiais começaram a sair de posição, contrariando as ordens das autoridades, deixando o Exército exposto para lidar com os problemas da população.

Após o investimento, no dia 28 de novembro de 2010, um comandante

relata a sua experiência durante o cerco subsequente e a dificuldade criada com o abandono dos órgãos de segurança pública.

“Durante o cerco o problema era controlar a população. Neste contexto, surgiram problemas isolados de desacato, que, enquanto a polícia estava, eram facilmente resolvidos com sua intervenção e prisão do infrator. Ressalte-se que a população tem um forte respeito pela polícia por temer sua repressão, enquanto sabia que nossas tropas agiam sempre na legalidade. Resumindo, a falta dos postos policiais nos pontos de bloqueio foi o maior problema”.

Dessa maneira, a primeira Operação Arcanjo não pode ter uma preparação específica para a missão, devido as condições de acionamento. Os comandantes tiveram que confiar na preparação normal do ano de instrução, que se mostrou eficiente. Parte do efetivo da Brigada Pára-quedista tinha chegado do Haiti com uma preparação excepcional. Os comandantes distribuíram os militares oriundos do Haiti nos diversos pelotões e dessa forma capacitaram melhor as frações.

Importante frisar que, como instituição voltada para a defesa externa, o Exército Brasileiro necessita desenvolver conhecimento relacionado ao seu emprego e ao mesmo tempo capacitar seus integrantes através de escolas de formação, aperfeiçoamento e especialização, como por exemplo, a Escola de Sargentos das Armas (EsSA), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), etc. O ensino militar abrange todas as áreas e fases do desenvolvimento educacional do militar. Caracterizado como uma instituição total, o Exército substitui as demais instituições de ensino realizando o fechamento em si mesma (SANTOS, 2012).

Nesse contexto, em tese, as tropas estão permanentemente capacitadas para desenvolver a sua atividade fim, visto que a preparação dos militares é contínua. Na capacitação dos militares busca-se desenvolver atributos como resistência física, perseverança e liderança em todos os escalões de comando. A peça chave das operações Arcanjo foi o comandante do Grupo de Combate. Principal baluarte da operação, teve que se impor e resolver problemas graves em curto espaço de tempo e sob condições muitas vezes desfavoráveis.

Coube ao comandante de GC cumprir as normas que legitimavam a presença do Exército Brasileiro nos complexos, como: demonstrar os valores militares, cumprimentar a população, ser educado e firme, agradecer qualquer apoio e principalmente, respeitar a legalidade através do severo cumprimento das normas

de engajamento. Esse posto chave normalmente era ocupado por um tenente ou um sargento.

O GC era composto normalmente por 8 a 10 jovens em torno de vinte anos, com pouca formação social e educacional, perfil do soldado brasileiro, que não eram, propriamente, versados em diplomacia diante de conflitos (ESPERANÇA, 2012). No entanto, o forte dominação legal exercida pela hierarquia e disciplina, assim como a liderança do comandante do GC geravam a capacitação para a missão, multiplicando o poder de combate do Exército, criando o efeito da dissuasão pela grande quantidade de soldados patrulhando os complexos.

“Outra coisa fundamental foi o procedimento nas revistas, antes o soldado tinha a liberdade de revistar quem ele quisesse, revistávamos todo mundo. Aquilo era um constrangimento para a pessoa, as vezes ela perdia tempo para chegar ao trabalho. O coronel determinou que somente o comandante de pelotão teria o poder de determinar quem deveria ser revistado e que a pessoa deveria ser informada educadamente explicando o motivo e sem constrangimento, se possível, fazendo a revista em um local reservado” (Oficial de Operações de uma Força Tarefa)

Assim, verifica-se que a capacitação estava diretamente relacionada ao entendimento da própria carência dos moradores. O militar é educado para o exercício pleno da força, para a imposição da lei. O fato de existirem normas que restringem a liberdade do uso da força, gera o estresse no soldado. No entanto, a constituição do Brasil é clara, o Exército deve estar preparado tanto para a defesa externa, como para o emprego na garantia da lei e da ordem. O grande desafio da capacitação do Exército seria adaptar a formação belicista para o contexto da GLO.

Um comandante testemunha a dificuldade de controlar o comportamento dos militares mais jovens do seu Batalhão. *“Houve alguns casos de agressões verbais, mas nada significativo. Chegavam ao meu conhecimento denúncias de que alguns militares ameaçavam jovens com a possibilidade de entregá-los a outras facções criminosas”.*

Culturalmente o militar do Exército é educado para operar num Estado de Exceção, sem direitos e garantias fundamentais, com grande liberdade de ação em relação ao uso da força letal. Nesse sentido, na Arcanjo I, os militares receberam mandados de busca e apreensão coletivos, a fim de revistar a casa dos moradores e apreender armamentos, drogas e possíveis foragidos da justiça. No decorrer das operações Arcanjo, a justiça entendeu que esses mandados não deveriam mais ser

concedidos gerando um descontentamento dos militares, em face do enfraquecimento do poder de polícia.

No entanto, a experiência mostrou que os mandados de busca e apreensão coletivos não davam a certeza do sucesso da missão.

“Nós tínhamos mandado de Busca e Apreensão para revistar todas as casas, mas o coronel percebeu que iria constranger os moradores e não usou isso . Só entramos quando tínhamos a certeza através do disque denúncia da Força de Pacificação. Quando entramos, nós pegamos drogas. Nós tínhamos 2 problemas na nossa área, o tráfico e a agressividade da população. O tráfico nós diminuimos bastante, a população nós conquistamos” (Oficial de operações de Força Tarefa)

Outro comandante optou pela linha de ação de realizar uma série de operações, revistando as casas dos moradores, pela força do mandado de busca e apreensão coletivo. Não obteve o sucesso e perdeu credibilidade junto aos moradores porque estava influenciado pela cultura belicista do Exército.

Dessa maneira, no mês de dezembro de 2010 a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada foi avisada que iria substituir a Brigada Pára-queda. A partir da Operação Arcanjo II, as brigadas puderam realizar a intensificação das instruções, em todas as áreas, afetiva, psicomotora e cognitiva, como normas de engajamento, aspectos legais, armamento, etc, melhorando a capacitação dos militares empregados nas futuras operações.

Guimarães (1953) ensina que, na favela predominava uma classe trabalhadora ativa nas mais diversas atividades econômicas do antigo Distrito Federal. As populações das favelas eram comuns os casos de incapacidade parcial ou total para o trabalho. Nos grupos de baixa renda aumentava a proporção de mestiços e negros, com menor acesso aos empregos mais qualificados e mais remunerados.

Pouco diferindo, a realidade dos complexos era parecida ao retratado na década de 1950. Por ser habitado por uma massa trabalhadora, naturalmente os conflitos ocorriam à noite e nos finais de semana. Característica marcante das comunidades no Rio de Janeiro, as festas (shows, pagodes, bailes) ocorrem em ambientes abertos, normalmente nas ruas e praças. A capacitação da tropa era testada nesses eventos. O Comando da Força de Pacificação controlava as autorizações das festas, retirando a influência do tráfico, determinando horários de

início e de término, que em geral não atendiam as expectativas da população.

Nesse sentido, uma grande virtude do Exército nas operações Arcanjo, em relação a capacitação de recursos humanos, foi a tentativa de acertar, quebrando estereótipos e alterando percepções.

“Por serem militares, normalmente esperávamos aquela imagem arrogante das Forças Armadas, mas isso não aconteceu. Não são arrogantes como os PM... falhas vão sempre existir, mas tinha vontade de acertar, de uma maneira geral todos ficaram satisfeitos com o Exército” (Pastor)

A percepção, de uma forma geral, era que as tropas estavam capacitadas.

“Sabemos que os militares do Exército possuem treinamento, são preparados em escolas de formação e tem hierarquia... Foi uma oportunidade do Exército demonstrar a sua competência... Na incursão que houve na entrada, foi uma grande bagunça. Sem nenhuma coordenação, a sorte é que o traficante não tem nenhum preparo militar. Usou-se isso politicamente, mas quando o Exército entrou, colocou ordem porque é preparado” (Padre)

“Eu já esperava isto, do Exército. É uma instituição séria” (Padre)

Para analisar a capacitação dos soldados, faz-se necessário entender o personalismo no Exército, entendendo a própria cultura do brasileiro. Dessa forma, Santos (2012) ensina que o Exército Brasileiro é caracterizado pelo personalismo, conhecido nos corpos de tropa como o “R quero”²³.

Assim, o nível de capacitação dos soldados variava conforme o rodízio de tropas realizado pelo Exército. Os militares que estavam saindo da missão procuravam passar os ensinamentos aos futuros responsáveis pela área de pacificação. Alguns conhecimentos eram perdidos, outros incorporados, mas a capacitação dependia fundamentalmente da personalidade dos comandantes de Brigada e dos comandantes de Força Tarefa (FT).

As tropas mais preparadas na percepção dos moradores foram as arcanjos III e V. A Operação Arcanjo V conseguiu ter a tropa mais capacitada. Os motivos basicamente foram dois. Primeiramente, houve um processo de comunicação por meio da cadeia de comando, que conscientizou todos os militares sobre a situação de segregação espacial e social à qual os moradores dos Complexos eram submetidos, esclarecendo a tropa e combatendo os preconceitos e dogmas

²³ “R quero” é uma gíria militar que caracteriza a vontade do comandante, sobrepondo-se ao ordenamento jurídico vigente na estrutura da organização. O “R” significa a abreviação da palavra regulamento, visto que todas as rotinas da organização são reguladas pelos regulamentos.

impostos pela ideologia elitista remetendo ao conceito de Superestrutura e Infra-estrutura (MARX, 1988).

Ademais, uma campanha psicológica, denominada “valores”, procurou reforçar os comportamentos que aproximavam os soldados da população e desenvolveu a consciência coletiva (DURKHEIM, 1999) sobre os atributos da área afetiva do soldado do Exército Brasileiro minimizando os efeitos da cultura organizacional belicista do Exército Brasileiro voltada para a defesa externa.

Na campanha o soldado era colocado como o herói protetor da população humilde. O efeito foi o entendimento da cultura local, diminuição das prisões por desacato e anulação do efeito “PINO”.

Analisando o processo de capacitação da tropa, o comandante da Operação Arcanjo V conclui. *“Percebi que a motivação do soldado era diferente, vou explicar, no Haiti o sangue do soldado era azul e vermelho²⁴, no Alemão o sangue era verde amarelo. Existia um orgulho muito grande”.*

A população compreendia os diferentes níveis de capacitação das tropas e fazia comparações das tropas pela localidade de origem. O personalismo de cada comandante era transmitido ao comportamento da tropa. Novamente o testemunho de um pesquisador, retrata os diferentes níveis de capacitação.

“O Exército entrou com o objetivo de acabar com o tráfico, ora era muito duro, ora era bem cordial. O morador fica confuso, qual é a regra, o que devo obedecer, devo me aproximar, devo confiar... Não pode ter a imprevisibilidade da polícia, não pode existir, uma tropa agressiva como as tropas do Rio de Janeiro (ARCANJO I, II, IV, VII) e São Paulo (ARCANJO VI) e uma tropa extremamente preparada como os mineiros (ARCANJO V). O morador fica perdido, sai a tropa do General Rego Barros, próxima aos problemas da comunidade e extremamente educada, e entra os militares da ARCANJO VI, totalmente distantes da realidade da comunidade e mais agressivos. Tem que desenvolver um padrão único de comportamento do soldado, que dialogue com a comunidade”.

Observa-se que culturalmente o Exército Brasileiro, busca incessantemente regular e padronizar todas as situações que possam fazer parte da sua realidade. Existem regulamentos para todas as situações, detalhadamente explicativos, na tentativa de nada deixar ao acaso, à criatividade ou à discricção de alguém, gerando a dominação legal sobre o indivíduo. Uma nova situação, como o caso do problema da capacitação dos soldados na pacificação, já nasce com a forte tendência a

²⁴ “Sangue azul e vermelho” é uma expressão que faz referência à bandeira do Estado do Haiti. Antes de comandar a Arcanjo V, o general Rego Barros comandou o batalhão brasileiro no Haiti, no posto de coronel. Para o general, a missão não despertava nos soldados o mesmo sentimento de patriotismo despertado durante a pacificação dos complexos do Alemão e da Penha.

positivar-se, isto é, padronizar-se e regular-se, regulamentando-se e fazendo obrigatória a partir daí a adoção de um tratamento estabelecido e pormenorizadamente detalhado em norma (SANTOS, 2012).

Por fim, a observação de alguns vídeos expostos na Internet, postados principalmente pelos militares mais jovens e inexperientes, ratifica os diferentes níveis de capacitação e deixam a impressão da falta de preparo de alguns militares.

“Acho que o principal obstáculo, no entanto, foi o choque cultural entre o ethos militar, e a cultura local. Mesmo em relação aos militares do Rio de Janeiro, me pareceu haver um nítido desconforto mútuo ,tropa-moradores; moradores-tropa, com a presença do EB nas duas localidades” (Capelão militar).

4.3.2 Legitimação

. No mês de novembro de 2010 havia uma grande convulsão na cidade do Rio de Janeiro, com as depredações, ataques a postos policiais, queima de ônibus e outras atrocidades da bandidagem carioca. Observa-se que o Exército já possuía legitimação da sociedade. O depoimento de um militar da Brigada Pára-quedista, presente na primeira tropa que pisou no Complexo do Alemão, ratifica a assertiva: *“ficamos impressionados com o apoio da população no deslocamento . As pessoas gritavam: é isso aí PQD, agora sim, o Exército vai entrar , vai acabar a bagunça”*.

Um comandante de unidade da Brigada Pára-quedista ao relatar sua experiência em relação ao comportamento da população, ficou extremamente emocionado e chorando compulsivamente relatou.

“Então saímos e pegamos a Avenida Brasil rumo ao Complexo. O comboio era enorme, e tínhamos poucos batedores (motociclistas que fecham o trânsito). Agora vem o que eu nunca senti na vida, o sentimento da população, que deve te interessar... Quando passávamos, as pessoas paravam seus automóveis, saíam dos carros, nos aplaudiam, nos incentivavam, nunca esperava passar por aquilo na vida”.

Quando os integrantes do Exército foram retirados do “mundo militar” (CASTRO, 1990) e foram empregados na pacificação, tiveram dificuldades de entender coisas básicas do “mundo civil”, como os preconceitos descritos por Marx (1998), a cultura e as carências da população dos complexos.

O testemunho de um padre esclarece o “mundo civil” dos complexos. *“O morador é muito carente. A PM humilha o morador”*. Naturalmente, os comandantes que tiveram a percepção das carências do “mundo civil”,

desenvolveram a legitimação de suas tropas. O depoimento de um oficial da Operação Arcanjo I ratifica a legitimação desenvolvida pelos militares. *“Quando nós íamos sair, o líder comunitário veio conversar conosco para não sairmos. O coronel explicou que tinha um programa de adestramento, que outra tropa deveria entrar, etc, etc. Eles insistiam que queriam a nossa tropa ali...”*.

O simples fato de ouvir os problemas da população sem realizar qualquer tipo de promessa, conquistava a legitimidade. O comandante da Arcanjo V não só ouviu os problemas, como tentou articular solução junto ao poder político. Por isso, obteve a maior legitimação.

Outro fator responsável pela elevada legitimação da Operação Arcanjo V foi capacitar plenamente a peça chave do processo de pacificação, ou seja, o comandante de grupo de combate(GC). O depoimento do general comandante comprova. *“Trabalhei muito na liderança dos comandantes de fração. Dizia para eles que deveriam ser firmes, mas educado. Deveria dar bom dia, boa tarde, boa noite, por favor..”*.

“ general Rego Barros, ajudou muito a comunidade... não entendo, o Exército pacificou a área, e por que eles (UPP) andam com fuzis apontados para a comunidade. Imagina as pessoas passando, voltando do trabalho, e de repente, encontram um fuzil apontado para eles na comunidade” (Pastor da Igreja Batista)

A grande virtude do comandante da Arcanjo V foi entender o “mundo civil” , percebendo que jamais iria ser transformado em um “mundo militar”, com o término definitivo do tráfico de drogas. Quando percebeu que o tráfico já tinha sido controlado, buscou a aproximação com a comunidade. Os seus soldados carregavam o mesmo espírito, pois eram influenciados pelo carisma do comandante (SANTOS, 2012).

A legitimação do Exército era fragilizada quando alguns militares tinham a tendência a adotar procedimentos caracterizados pelo autoritarismo ou algo de belicosidade, replicando modelos de segurança cristalizados na cultura popular, como no caso do filme “Tropa de Elite”, afastando o exercício cotidiano de uma “polícia de proximidade”. O fato ocorreu quando foram empregadas tropas do Rio de Janeiro.

Na cultura dos complexos, o BOPE, ao contrário da popularização como destacamento eficiente e honesto , é acusado pelos moradores de assassinatos,

espancamentos e torturas de traficantes e inocentes.

“O Bope é um absurdo. Eles matam e vem arrastando os corpos na comunidade como se fosse um troféu. Comparo o Bope ao Verdugo, ou seja, o carrasco que vem representando o Estado, que nunca ofereceu nada aos moradores: educação, saúde, saneamento, lazer, cultura, etc”
(Padre)

A legitimação confunde-se com a própria lei, consiste em agir na legalidade. O fato do militar ter a sua liberdade de ação limitada pelo ordenamento jurídico vigente, materializada nas normas de engajamento, na verdade, desenvolve credibilidade perante a população, ao mesmo tempo que legitima a presença do soldado. O depoimento de uma liderança religiosa ratifica a conclusão. *“O Exército é diferente do BOPE, que entra nas casas da comunidade, agride os moradores, etc”*

O respeito da legalidade legitimou o Exército inclusive perante os próprios traficantes. O depoimento de um pastor evangélico comprova a afirmação. *“Não podemos ter contato com a UPP, não podemos ser vistos circulando ao lado deles. Com o Exército era diferente, andávamos ao lado dos militares e não sofremos nenhuma ameaça porque eles (tráfico) gostavam do Exército”.*

A legitimação conquistada é uma gordura a ser usada numa situação de crise (SMITH, 2008). Num determinado momento, a tropa terá que matar dentro da comunidade, num confronto com traficantes, estouro de uma central de drogas, etc. A legitimação desenvolvida minimiza o questionamento da presença da tropa (SMITH, 2008), ou seja, do estrangeiro ao contexto social.

A diferença da legitimação do Exército e da Polícia Militar está num simples fato, a condição do Exército de ser uma instituição aquartelada. Por ser aquartelado o Exército consegue manter na sua cultura organizacional os mecanismos de dominação, ao mesmo tempo em que busca a institucionalização total de seus integrantes (GOFFMAN, 2008). Ser militar não depende apenas dos conteúdos inculcados durante o curso de formação, mas, sobretudo, da convivência no campo militar e do contato social com outros militares (ROSA e BRITO, 2010).

Em relação à Polícia Militar, naturalmente a sociedade clama pela presença dos policiais nas ruas e isto acontece em regime de escalas de serviço, 24 por 48 ou 24 por 72. Por ser desaquartelada e politizada, a polícia militar acabou perdendo a essência do militarismo, a forte hierarquização, a rígida disciplina e a liderança nos diversos níveis de comando, conforme relatos da percepção das

lideranças dos complexos. O desvio de conduta de alguns de seus integrantes acaba comprometendo a legitimidade de toda a instituição.

Obviamente, caso o Exército estivesse desaquartelado, politizado e cumprindo missão de segurança pública de maneira descentralizada, também teria perdido o seu sistema de vigilância da cultura organizacional, perdendo a hierarquia, disciplina e liderança, estando com grande parte de seus integrantes corrompidos.

Os integrantes do Exército não diferem da cultura do brasileiro, a diferença consiste que o Exército Brasileiro possui um sistema de vigilância sobre o comportamento de seus integrantes em relação aos seus valores organizacionais. O depoimento do general de Exército Vilela, retrata essa preocupação ao ser indagado sobre os riscos do emprego na segurança pública. *“Os riscos de atitudes isoladas de militares que possam denegrir a imagem da Força perante a opinião pública, bem como o envolvimento de integrantes do Exército Brasileiro em atividades ilícitas é possível”*.

“Nos complexos, tudo é dialogado, o traficante dialoga com a polícia, existem acordos, existem limites morais para cada lado. Quando alguma parte extrapola, ocorre o conflito. O Exército não dialogou com o tráfico, chegou e impôs a lei, mas se a ocupação do Exército permanece-se por muito tempo, se aquela situação torna-se rotina do Exército, ele também iria acabar se corrompendo lá dentro. Tornar-se-ia um problema estrutural para o Exército, ou seja, na estrutura da instituição iria ser colocada a corrupção e aí não tem mais jeito. Isso está ocorrendo com as UPP, vários recrutas chegando na polícia, sendo alocados nas UPP. A idéia da UPP é muito bonita, uma nova polícia, que dialoga com a comunidade, não corrupta. No entanto, a estrutura corrupta da PM, a velha guarda, permaneceu, e ao interagir com esses novos militares irá levar a corrupção dos novos integrantes” (Pesquisador)

Por fim, uma liderança religiosa contextualiza as conclusões.

“ Vou dar um exemplo, o Marcinho VP está preso em Catanduvas e determinou que o tráfico pagasse R\$ 150.000,00 para a UPP não interferir no tráfico. Uma parte aceitou, outra não. Então os que não aceitaram, prenderam drogas do Comando Vermelho. Daí, o tráfico se revoltou contra a UPP e atacou recentemente. O comandante parece ser bem intencionado, mas a tropa não ajuda”.

4.4 Comunicação

4.4.1 Comunicação com a sociedade

O Exército Brasileiro é conservador, tradicional, hermético, austero, reservado e avesso a investigações e desconhecido da sociedade (SANTOS, 2012). O desconhecimento social faz com que a instituição conduza políticas para reversão do fato. O Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro tem o objetivo colocar o Exército Brasileiro como imprescindível para a Nação Brasileira e o de se fazer realmente conhecido pela população do país (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2012).

No entanto, a sociedade tem a percepção que o Exército deve ser acionado para resolver problemas de segurança pública, criando um dilema entre a defesa externa e a segurança pública. Toda vez que a situação vai piorando, existe um clamor popular para a entrada do Exército. A população ingenuamente não percebe que o Exército é usado para que algumas autoridades tenham ganhos políticos, visto que a população, de uma forma geral, confia no trabalho desenvolvido pelo Exército.

Na perspectiva de segurança pública, o emprego da tropa no Complexo do Alemão representou um ganho político enorme para o governo federal e, principalmente, estadual. Naquele momento, o estado do Rio de Janeiro possuía sérios problemas com a criminalidade e precisava dar uma resposta a sociedade carioca. Posteriormente, uma vez que o governo do Rio de Janeiro, não tinha condições de implantar uma UPP no local, o governo federal decidiu por realizar uma operação de pacificação sob o controle do Exército. O período da operação seria curto, mas acabou se estendendo por mais de um ano.

Em termos políticos o principal benefício foi o aumento de recursos orçamentários que possibilitaram a preparação material dos contingentes empregados. Muitos militares que participaram da operação já possuíam experiência adquirida na Missão de Paz no Haiti, o que possibilitou uma preparação mais curta e o emprego eficiente.

As operações Arcanjo fortaleceram a credibilidade do Exército junto a opinião pública, divulgaram a imagem de um Exército pacifista, preparado e adestrado para missões dessa natureza e pronto para colaborar com a sociedade brasileira. As operações Arcanjo respaldaram a participação da Força Terrestre nos grandes eventos que se seguiram ao emprego no Alemão, como Rio +20, Copa das Confederações, visita do Papa e Copa do Mundo FIFA, possibilitando o recebimento de mais recursos.

No entanto, durante as operações Arcanjo, a instituição não percebeu o fluxo de comunicação estabelecido com a sociedade e pouco explorou o potencial. A comunicação social estava limitada as iniciativas dos militares que mobiliavam a Seção de Comunicação Social da Força de Pacificação. Imerso em uma sociedade com a percepção que, as Forças Armadas devem ser empregadas na segurança pública, na defesa da Amazônia e das fronteiras, o Exército Brasileiro, em nenhum

momento explorou o sucesso das operações Arcanjo em suas campanhas publicitárias, não conhecendo a si mesmo (SANTOS, 2012).

4.4.2 Comunicação com a comunidade carente

A percepção do Exército para os moradores dos complexos confunde-se com a própria percepção psicossocial da sociedade brasileira, ou seja, uma instituição de imposição da força, legalista e extremamente disciplinada. Entender a disciplina no Exército Brasileiro é compreender uma pedagogia voltada principalmente para a manipulação do corpo. Assim, a ordem unida e a educação física no campo militar expõe o corpo a um conjunto de exercícios corporais, tornando-o submisso, dócil e útil. A hierarquia e disciplina estabelecem o lugar de cada um na cadeia de comando e a distância desse um em relação aos outros (ROSA e BRITO, 2010).

Dessa forma, no Exército acontece a padronização dos corpos na qual as pessoas têm que deixar de ser o que realmente são, para serem o que o Exército Brasileiro autoriza, reflete a alternância que está presente também nas exteriorizações do *ethos* militar. A padronização está vinculada ao uniforme, ao corte de cabelo, etc, levando à idéia limite de o uniforme assumir um *status* de segunda pele. Assim, a consciência de que a profissão não permite “sentar na calçada pra esperar o ônibus” ou “encostar-se à parede” “mesmo que esteja em trajes civis”, demonstra o condicionamento permanente sobre o *ethos* militar (ROSA e BRITO, 2010).

Nesse sentido, a inteligência do Manual C 45-1 aponta que o militar é um agente de comunicação social da Força, tendo uma grande responsabilidade no processo de manutenção da imagem da instituição. Todos os militares, homens e mulheres, fardados ou não, precisam compreender seu papel nesse contexto, como elemento fundamental da comunicação social.

Dessa maneira, estabeleceu-se a principal forma de comunicação da Força de Pacificação com as comunidades carentes, a comunicação não verbal através do comportamento da tropa no interior dos complexos. A população observava militares submissos a um rígido sistema hierárquico, respeitando a integridade dos

seus domicílios, não agredindo-os verbalmente com ameaças ou tapas nos rostos, firmes e educados.

Ao receber tiros de traficantes, não respondiam, caso existisse inocentes na linha de tiro, caracterizando o corpo dócil, submisso e disciplinado. Por outro lado, os militares sob dominação legal, carismática e tradicional, levando à idéia limite de o uniforme assumir um *status* de segunda pele, tinham a consciência de que a profissão não permitia “ter uma postura inadequada diante da população”, demonstrando o condicionamento permanente ao *ethos* militar .

“Os soldados chegaram, a gente observava, sempre sérios, sem nenhum tipo de ironia ou conversa com a população, sempre sérios. Retiraram as barricadas, as carcaças de carros, acabaram com a bagunça na comunidade” (Pastor Assembléia de Deus)

“Os soldados tinham postura, não ficavam com ironias ou piadas, a população percebeu isto, a seriedade ... os soldados eram firmes e educados” (Padre Martine)

“Coloquei no soldado o melhor equipamento, capacete, cotovelera, armas não letais que chamavam a atenção, ou seja muita tecnologia. A população observando aquele soldado todo equipado, iria se sentir mais segura e valorizada” (General Rêgo Barros).

A comunicação não verbal estabelecida foi tão forte, que o Exército tornou-se a referência para o entendimento e percepção, por parte dos moradores, do significado do ethos militar, mesmo que de forma não científica, através do senso comum.

“Hoje vejo o policial da UPP, fica encostado, coloca o pé na parede, nos primeiros dias faziam o patrulhamento, mas com a rotina acabam por não fazer mais. Ficam esperando o tempo passar na frente de um bar.. O policial da UPP nem parece ser um militar” (Pastor Igreja Assembléia de Deus).

A comunicação estabelecida gerava o sentimento de segurança aos moradores. Paradoxalmente, a percepção de um observador externo, o fato poderia comunicar como uma ocupação militar e privação de direitos e garantias individuais, mas era exatamente o contrário.

“Os soldados estavam em todos os lugares, toda hora passava uma patrulha, um caminhão, a população sentia-se segura” (Pastor)

“Com o Exército, as crianças puderam voltar a brincar nas ruas, acabou aquele clima tenso, a população sentiu-se segura porque havia soldado por todo lado” (Padre Martine)

“A mortandade que existia aqui antes da entrada do Exército era inimaginável. O Exército pacificou, nós víamos a quantidade de soldados na rua.... As pessoas se sentiram seguras e sabiam que não iria existir nenhum tiroteio como antes porque os soldados eram preparados” (Padre).

O grande obstáculo da comunicação verbal dos moradores com os soldados

era o medo, por parte dos moradores, de serem vistos junto aos militares. O tráfico sempre lançou boato que um dia iria voltar a ser forte e que realizaria um grande justicamento sobre a comunidade, após a saída do Exército.

“O tráfico manteve o domínio psicológico sobre a população... Eles sabiam que o Exército um dia iria sair. Aqui existe muito boato, as vezes nem é ordem de traficante, como fechar o comércio. Pode existir o que for de segurança do Exército, o comerciante não irá pagar para ver” (Pastor Assembléia de Deus).

O canal de comunicação verbal da população com a tropa era o disque denúncia da Força de Pacificação.

“Resumindo, a tropa soube se portar e obter o respeito da população, ainda que implícito, uma vez que os integrantes da comunidade temiam serem ostensivos e sofrerem represarias futuramente por parte da bandidagem” (Cel Helder, Comandante da FT 27° BI Pqdt na operação Arcanjo I).

Assim, o domínio psicológica da população era realizado pelos “olheiros”²⁵.

“Ela (população) era coagida pela ameaça a demonstrar desprezo e a reagir sempre, pois o tráfico mantinha seus “olheiros” para vigiar a população, que os conhecia. É a “lei do Morro”, onde as tropas legais agem dentro do Estado de Direito e a Bandidagem, segundo suas próprias regras, ou seja, há cumprimento imediato das penas impostas e, portanto, o temor impera. Para a população é mais prudente obedecer às leis do tráfico, questão de sobrevivência!” (Comandante de Força Tarefa).

Nesse sentido ratifica-se a autoridade do trafico. Representa uma instituição com diferentes e complexos graus de poder e subordinação. No entanto, a diferença fundamental do traficante para o policial é que ele foi criado naquele lugar. Assim, esse traficante conhece a comunidade e seus moradores, só se utilizando do poder da violência contra a polícia ou contra aqueles que transgridem as normas que o tráfico impõe à comunidade (ESPERANÇA, 2012).

Mesmo com a comunicação não verbal em relação a tropa, a população sabia diferenciar o comportamento e as peculiaridades de cada tropa, mesmo os analfabetos, conheciam quem comandava e qual era a personalidade do comandante. O transcurso das operações Arcanjo possibilitou gradativamente a liberdade de expressão da população. Pouco a pouco, o morador pode falar o que não podia falar por muitos anos, pois estava dominado.

A característica fundamental dos processos de comunicação nos complexos é o grande fluxo de comunicação interpessoal. Os moradores sentiam-se

²⁵ “Olheiro” designa uma função no tráfico de drogas. É o responsável por observar o movimento das pessoas na comunidade carente e dar o aviso de movimentações suspeitas, presença da polícia ou aproximação do morador de agentes do Estado.

prestigiados com a presença do Exército, ao mesmo tempo em que ficaram frustrados com a sua saída. *“Quando o Exército saiu, as pessoas vinham conversar comigo: Padre, eles trocaram o nosso general por um capitão (UPP). Nós somos favelados mesmo!” (Padre Passos).*

O principal erro cometido pelo Exército, em relação à comunicação com a área de pacificação foi não ter dado publicidade as “regras do jogo”, ou seja, a Força de Pacificação chegou cobrando legalidade num lugar onde o Estado estava fragilizado por mais de 30 anos. Os complexos tinham desenvolvido uma cultura própria que nem sempre estava de acordo com o ordenamento jurídico vigente. A definição pública das “regras do jogo”, deixando claros os limites de ambos os atores sociais envolvidos, teria evitado uma série de conflitos, e o choque de culturas ocorrido, resultando no excesso de prisões por desacato nas 4 primeiras operações Arcanjo.

“Acho que antes de impor a Força teria que existir uma comunicação para a população. Vou dar um exemplo, a questão do som alto, antes de desligar o som da festa teria que avisar a todos que várias pessoas querem dormir e por isso houve várias reclamações e ele teria que desligar o som, conversar com a comunidade e não simplesmente chegar e desligar” (Padre).

A relação do Exército com os moradores nem sempre era pacífica e produziu contínuos conflitos, ocasionados por falta de habilidade diplomática de ambos os lados.

A falta de comunicação do Exército com a comunidade foi revertido na Operação Arcanjo V. O canal de comunicação foi estabelecido através da capelania militar do CML.

“O general criou o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), onde conversava com a comunidade, trouxe muitos benefícios para todos, o próprio Cel Fernando (Arcanjo VI) manteve o trabalho, mas quando o Exército saiu tudo se perdeu. Tentei conversar com o comandante da UPP, mas ele falou que o Exército trabalha de uma forma e a PM de outra” (Pastor Igreja Batista)

A cegueira inicial do Exército pode ser explicada por sua propensão ao *fechamento*, isto é, um caráter total, sendo que este se caracteriza pela tendência que possui toda instituição de impor embaraços às relações do indivíduo com o mundo que lhe é exógeno, quer dizer, dificultar o contato com cultura que lhe seja estranha (GOFFMAN, 2008).

A característica fundamental das instituições totais vem justamente de encontro a esta realidade, isto é, o caráter de fechamento se centra exatamente na tendência da instituição em buscar reunir todas as esferas da vida em um só local,

sob uma mesma autoridade, dentro de uma cultura organizacional hegemônica que responda a todos os anseios da vida. (GOFFMAN, 2008). A cultura organizacional hegemônica do Exército, ao mesmo tempo em que impediu a sua corrupção nos complexos, não permitiu inicialmente estabelecer um canal de comunicação para entender o “mundo civil” (CASTRO, 1990).

A mudança de tropa influenciava muito na comunicação e na relação da instituição com a comunidade. As tropas do sul e de Minas Gerais comunicavam respeito, cordialidade e educação. A tropa paulista comunicava distanciamento e a tropa carioca passava a imagem da agressividade.

“Tem que desenvolver um padrão único de comportamento do soldado, que dialogue com a comunidade. A população sabia diferenciar o comportamento de cada tropa” (Vinícius Esperança).

“Por isto, mais até do que por alguma falta de preparo dos soldados, a comunicação nem sempre foi das melhores. Em alguns momentos, percebi os moradores claramente confusos em relação às regras elaboradas pela Arcanjo, bem como alheios a algumas iniciativas da parte do Exército” (Capelão Militar).

5 CONCLUSÃO

O sociólogo Charles Moskos, ao estudar os corpos militares, concluiu que na estrutura dos sistemas militares existiam dois modelos, o modelo institucional e o modelo ocupacional. Segundo o autor, o modelo Institucional é legitimado em termos de valores e normas, com um propósito que transcende os interesses pessoais em favor do bem comum. Valores como honra, dever e pátria são proeminentes e os membros de uma instituição são vistos como seguindo uma vocação, considerando-se diferentes do restante sociedade e sendo vistos como tal (MOSKOS, 1977).

Além do reconhecimento público, o membro da instituição estaria preparado para receber uma compensação monetária abaixo dos níveis do mercado, sendo, no entanto, compensado com outro tipo de benefícios como: casa, alimentação, transportes, assistência médica, uniformes, situação de reserva, etc. A sua remuneração é baseada no posto e na antiguidade. O alistamento vitalício, a disponibilidade permanente (24h), implicando em frequentes movimentações do próprio e da família, a sujeição à disciplina, ao direito militar e a impossibilidade de resignar, fazer greve ou negociar as condições de trabalho, seriam exemplos de outras tantas características do profissional militar. Noções como a de horas extraordinárias estão arredadas deste modelo.

Moskos (1977) esclarece que, o modelo Ocupacional é definido em termos do mercado de trabalho, onde impera a lei da oferta e da procura em que, para competências idênticas existem remunerações similares. Geralmente os trabalhadores têm voz ativa na determinação dos seus salários e das condições de trabalho; todavia, estes direitos são contrabalançados através de responsabilidades no cumprimento de obrigações contratuais. Os interesses pessoais sobrepõem-se aos da organização e a remuneração é feita, essencialmente, em dinheiro e não em espécie, com base nas aptidões e competências e não no posto e na antiguidade.

Contemporâneo da guerra fria, Moskos (1977) entendia que a tendência dos Exércitos era a migração do modelo institucional para o modelo ocupacional, em virtude do advento da tecnologia no campo de batalha. A interpretação do autor era perfeita, afinal com o ganho tecnológico, os Exércitos não precisariam mais do combatente tradicional, carregado de valores, comprometimento, liderança, vigor físico, etc.

Nesse enfoque, na década de 1980 o Exército Brasileiro, assim como o Brasil atravessavam uma crise econômica. Por não possuir orçamento para o investimento em tecnologia, os ministros do Exército optaram estrategicamente pelo investimento nos recursos humanos, canalizando os poucos recursos para o desenvolvimento do sistema de educação e cultura, reforçando o modelo institucional (MOSKOS, 1977). Ao mesmo tempo, fortaleceram o sistema de proteção social da Força, gerando de maneira não programada, a institucionalização total do Exército Brasileiro (GOFFMAN, 2008).

Na contramão da história, a opção estratégica do Exército Brasileiro, talvez tenha sido a mais privilegiada. Moskos (1977) não previu a alteração da essência dos combates e as novas ameaças (CREVELD, 1991). Toda operação ofensiva ou defensiva irá ser canalizada para um combate em área humanizada, com letalidade limitada, presença de vários atores, restrições ao uso da força, etc. O combatente do modelo institucional tornou-se adequado as necessidades da Guerra de Quarta Geração (LIND, 1989).

A opção estratégica do passado, associado a características culturais do povo brasileiro tornaram o Exército Brasileiro como referência nas operações de pacificação. Um soldado, que tem suas relações sociais regidas e definidas pelos laços de sangue e de coração, que repele todo formalismo e convencionalismo social, agindo movido pelas razões do coração, de maneira cordial, conforme descrito por Holanda (2006), sob o modelo institucional mencionado por Moskos (1977), explicam o resultado operacional positivo brasileiro no Haiti e nos complexos do Alemão e da Penha .

Nesse sentido, a principal conclusão do estudo seria que a cultura organizacional (SCHEIN, 2009) do Exército Brasileiro foi a responsável pelo resultado extremamente positivo na pacificação dos complexos do Alemão e da Penha. Essa cultura é passada aos militares por uma ação pedagógica extremamente violenta do ponto de vista simbólico nas escolas de formação, perpetuando-se através dos oficiais de carreira (ROSA e BRITO, 2010). A cultura organizacional é mantida através de mecanismos de dominação, legal, tradicional e carismático (SANTOS, 2012). A institucionalização total do Exército, mencionada por Goffman (2008), evita o contato dos militares do Exército com outras culturas institucionais da sociedade brasileira.

Contudo, observou-se também que na pacificação de comunidades carentes do território nacional sob o Estado Democrático de Direito a cultura organizacional do Exército pode sofrer uma pequena adaptação, apenas durante o preparo e emprego. Os militares devem entender os dogmas descritos por Valladares (2005) e os preconceitos mencionados por Marx (1988) existentes em relação às comunidades carentes através da cadeia de comando. Devido ao estabelecimento da comunicação não verbal com a área pacificada, uma campanha psicológica, conforme proposto por Schmitt (2012) e de liderança deve ser desenvolvida sobre a tropa, reforçando os valores da instituição, ao mesmo tempo em que transforma o soldado no herói protetor da comunidade carente.

É importante ressaltar que a adaptação na cultura organizacional do Exército deve ser realizada apenas no preparo e emprego da tropa. Após o término da operação, o soldado deve retornar ao seu campo (quartel) e voltar a cantar que irá “pendurar a cabeça do inimigo no mastro da bandeira”, restabelecendo o *habitus* militar, voltado para a defesa externa. O exemplo deseja esclarecer que a formação do militar não deverá ser humanizada, apenas sofrer uma pequena adaptação ao emprego nas operações de pacificação em comunidades carentes sob o Estado Democrático de Direito.

A razão principal da existência do soldado é a defesa do Estado Nação. Para defendê-lo é necessário que tenha a formação desumanizada, e com os mecanismos de dominação, uma espécie de “poder invisível”, conforme descrito por Foucault (2009), capaz de obter o equivalente aquilo que é obtido por meio da força, perpetuando as barreiras que oprimem a subjetividade humana de expressar seus desejos e anseios mais originais.

Afere-se também que, no início do processo de pacificação, os comandantes devem procurar estabelecer um canal de comunicação com as verdadeiras lideranças comunitárias, assim como dialogar com diversos setores sociais, estabelecendo as “regras do jogo” para os moradores, ao mesmo tempo que devem tentar influenciar decisões políticas quanto aos objetivos da operação. O estudo verificou que a cultura do autoritarismo no Exército impediu o estabelecimento desse canal de comunicação. Ao mesmo tempo em que a cultura organizacional hegemônica, conforme citado por Goffman (2008) blindou o Exército da corrupção, também foi a responsável por cegá-lo em relação a necessidade da comunicação.

Observa-se também que em determinado momento da operação, os comandantes devem possuir a consciência situacional²⁶ que os principais beneficiários da operação são os moradores, e não a obstinação em acabar com o tráfico de drogas, algo impossível. O estudo considerou que na percepção dos moradores, os soldados das operações Arcanjo III, principalmente as tropas da região Sul do país, e da Arcanjo V estavam mais capacitados, logo, legitimados em relação as comunidades carentes. A maior legitimação ocorreu na operação Arcanjo V, tornando-a o modelo a ser seguido e estudado para o desenvolvimento de doutrina.

O estudo considerou o comandante de Grupo de Combate (GC) a peça chave desse tipo de operação, pois o GC estabelece a principal comunicação com a comunidade (SCHMITT, 2012). Deve estar plenamente capacitado, entendendo os preconceitos descritos por Valladares (2005), respeitando a legalidade materializada nas normas de engajamento, liderando, não permitindo qualquer iniciativa por parte de seus comandados que retire a credibilidade da instituição. Entendendo as carências dos moradores das comunidades carentes, compreendendo a relevância de gestos simples, mas que refletem a polidez do cotidiano, bem como facilitam as relações sociais, tais como dar “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite” para os moradores, sendo firme, educado e prestativo em suas ações.

É importante destacar que, quando o GC recebe a ordem de ao ser alvejado por tiros, não deve reagir na presença de moradores ou ao receber provocações verbais e pedradas, também não deve reagir, as referidas ordens estão ferindo o *ethos* militar, logo estressando o soldado. O soldado é educado para o exercício pleno da força, impor a lei, não está acostumado a conviver com a impunidade no seu cotidiano, etc. O GC cumpre a ordem porque está submetido ao rígido mecanismo de disciplina e hierarquia, assim como sob a dominação carismática de seu comandante de GC.

No entanto, na mente do soldado, a vontade é de matar o traficante ou mesmo persegui-lo invadindo domicílios até prendê-lo. Por isso, nesse tipo de operação, quando o GC retornar para a base, sugere-se que seja “desestressado”.

²⁶ Consciência Situacional é a “*percepção atualizada do ambiente operacional no qual se atuará e no reconhecimento da importância de cada elemento percebido em relação à missão atribuída. Quanto mais acurada a percepção que se tem da realidade do ambiente operacional, melhor a consciência situacional*”

Interessante que os militares possuam uma boa alimentação, um lugar adequado para o descanso, sala de musculação, dispensas do serviço já estabelecidas e respeitadas, etc. Caso o GC volte para o patrulhamento, acumulando cada vez mais níveis de estresse, provavelmente vai chegar um momento que os mecanismos de dominação não conseguirão conter o *ethos* militar.

Sugere-se ainda, evitar o emprego de tropas baseadas na mesma cidade onde se desenvolve a pacificação. Assim minimiza-se o risco de cooptação dos militares pela Força Adversa e o envolvimento sexual dos militares com a área pacificada. Existe um risco muito grande que ocorra um escândalo sexual de envolvimento dos soldados com menores, podendo inclusive ser orquestrado pela Força Adversa.

Constata-se que, o Exército faz parte de uma sociedade na qual as pessoas foram às ruas protestar contra as instituições e seus interesses corporativos. Mesmo assim, o Exército Brasileiro não consegue enxergar o próprio potencial da instituição, sendo desconhecido de si mesmo (SANTOS, 2012). Nesse contexto, observou-se que, no transcurso das operações Arcanjo não houve um processo de planejamento estratégico. Inicialmente o Exército Brasileiro não teve a percepção da nobreza do emprego, focando seus esforços em determinadas operações que desenvolviam pouca credibilidade social. Posteriormente, não conseguiu perceber o fluxo de comunicação que as operações Arcanjo geravam com a sociedade brasileira e permaneceu focando seus esforços em operações que tinham pouco fluxo de comunicação.

Nessa análise, para alguns integrantes da instituição, principalmente as tropas do Rio de Janeiro, as operações Arcanjo eram consideradas uma “boca podre”²⁷, sendo que alguns militares sentiam-se desprestigiados e desvalorizados pelo excesso de missões ocorridas paralelamente com as operações Arcanjo. Também era citado a pouca preparação e pouco reconhecimento institucional, fazendo comparações com o reconhecimento e preparação realizada em relação às tropas empregadas no Haiti.

²⁷ “Boca podre” é um jargão militar ou gíria que significa algo ruim ao contrário da “boca boa” que significa algo bom. O militar do Exército classifica as suas missões como “boca podre” e “boca boa”.

Dessa forma, sugere-se nas próximas operações similares, voltar o esforço principal da instituição para esse tipo de operação, com a criação de um comando único, com um Estado Maior constituído permanentemente, agindo segundo um planejamento de gestão estratégica, evitando o personalismo, perda de informações e a troca constante de militares envolvidos nas células do Estado Maior.

Ainda foi observada a falta de análise crítica das informações lançadas nos relatórios, pois não relatavam as falhas institucionais para uma posterior correção. Este fato permitiu que algumas falhas cometidas fossem gradualmente se repetindo no decorrer das demais operações.

Em relação à contribuição para a defesa externa, o trabalho entende que a organização estudada, Exército Brasileiro reforce os mecanismos de dominação da cultura organizacional existentes. Naturalmente, o Exército passa por um processo de mudança migrando da dominação legal para a dominação carismática. O fato justifica-se pela adequação ao novo sistema jurídico imposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alicerçada nos direitos e garantias fundamentais, com o epicentro na dignidade da pessoa humana, abandonando a cultura de autoritarismo, patrimonialismo, conforme conceituado por Faoro (2001) e falta de transparência da Constituição de 1967.

Nesse sentido, observa-se nitidamente que o comandante da década de 1990, que comandava sob a égide do autoritarismo, que não conversava com os sargentos, agia de forma personalista e fora do ordenamento jurídico positivado pelo Direito Administrativo, está em processo de extinção na instituição. Hoje se observa comandantes que tentam influenciar pelo carisma, ratificando a mudança da dominação legal para a dominação carismática, adequando o Exército à sociedade pós moderna. Atualmente o principal discurso dos comandantes é a preocupação com a dimensão humana da Força. Ao mesmo tempo, os subordinados cobram dos superiores ações de valorização das condições de trabalho, bem estar da família militar e valorização remuneratória, nascendo nos quartéis o discurso da dimensão humana.

No entanto, a dominação legal permanece, visto que o ordenamento jurídico burocrático que está imposto o militar, visa submetê-lo a normas legais extremamente severas, pois o militar é o instrumento do Estado a ser empregado na

pior crise: a guerra. O estudo apenas reflete que o caminho a ser seguido é a dominação carismática, em todos os níveis de comando.

Nesse sentido, o Exército Brasileiro tem um grande desafio, conferir a todos os seus integrantes condições de igualdade no desempenho das funções. Assim como ocorrido nas operações Arcanjo, do general ao soldado, todos estavam em condições de igualdade, ou seja, mesmo conforto no alojamento, mesmo lugar de refeições, mesma qualidade de alimentação, etc. A boa fé de algum comandante externo a operação, que teve a iniciativa de enviar, por exemplo, refrigerantes para seus comandados envolvidos na operação Arcanjo, gerava a perda da dominação carismática porque os demais que não receberam sentiam-se preteridos.

Neste contexto, para desenvolver dominação carismática na cadeia de comando, motivando todos os postos e graduações da instituição, será preciso uma reflexão institucional e uma autocrítica. Todos terão que possuir as mesmas condições, mesmo uniforme, critérios transparentes e com segurança jurídica, abandono do personalismo e dos critérios criados conforme a conveniência apresentada, mesma condição de moradia, etc. Não poderá existir um militar com uma casa funcional e outro sem. Naturalmente na sociedade da informação, essa condição será questionada, com perda de dominação carismática e a desmotivação dos preteridos. O *habitus* militar do Exército Brasileiro, calcado em valores e no interesse do coletivo sobre o individual (CASTRO, 1990), deverá ser materializado em todos os níveis, não podendo cair em incoerência ou no relativismo.

Com relação a dominação tradicional, observa-se que Caxias representa tanto para o militar, como para a sociedade, a defesa intransigente da lei, a disciplina, o comprometimento. Ser Caxias na cultura popular representa ser rígido, ser comprometido, ser disciplinado. A atuação do Exército na história do país, como uma espécie de poder moderador em relação ao poder político, ratificando ou alterando as decisões políticas sobre a governança do país reforçou a percepção psicossocial na população de um Exército de imposição de força, disciplinado, comprometido, confundindo-se com a própria figura de Caxias (CASTRO, 2002).

Dessa forma o estudo sugere que as campanhas publicitárias do Exército reforcem essa percepção já implantada na cultura do próprio brasileiro, aglutinando

forças nas comemorações do dia do soldado, 25 de agosto. Ademais, a dominação tradicional deve-se ser desenvolvida no dia a dia dos quartéis, cabendo aos comandantes não abrirem mão das normas de continências e sinais de respeito, confundindo-se a dominação tradicional com a própria dominação legal.

O estudo também sugere que o Exército reforce os instrumentos de institucionalização total (GOFFMAN, 2008), mantendo políticas como a ampliação das residências funcionais dos militares, por exemplo. Os corpos de tropa voltados para a atividade fim, como divisões, brigadas e batalhões devem possuir a cultura organizacional blindada, caracterizando o modelo institucional de Moskos (1977), evitando que integrantes de instituições de segurança pública ou civis passem a conviver no dia a dia desses militares. Militares envolvidos em ilícitos, militares alcoólatras, por exemplo, não devem permanecer nos corpos de tropa voltados para atividade fim da Força Terrestre. Devem ser transferidos, visto que comprometem a cultura organizacional e o próprio sistema de vigilância da instituição.

Nesse mesmo contexto, decisões de autoridades militares influenciadas por atitudes patrimonialistas ou comportamento nepotista, devem ser imediatamente anuladas pela autoridade militar superior, caracterizando o não relativismo dos valores militares, ao mesmo tempo em que reforça o sistema de vigilância institucional ou controle interno da corrupção, adaptando o Exército Brasileiro a sociedade da informação e a consequente transparência dos atos administrativos perante a sociedade brasileira.

Moskos também aferiu que a estrutura dos sistemas militares pode ser diferenciada, dependendo da história civil e militar do país, das tradições militares e da posição geopolítica (Moskos e Wood, 1991). Contudo, autores como Janowitz (1977), criticou a formulação de Moskos (1977, 1986), admitindo que, face à complexidade das interações existentes entre Forças Armadas e sociedade, coexistem no modelo características múltiplas e contraditórias.

Dessa forma, o estudo entende que o modelo ocupacional poderá ser admitido em Organizações Militares (OM) não combatentes, como centros de pesquisa do Exército, órgãos administrativos, etc. O fundamental é a blindagem da cultura organizacional das OM operacionais, e desenvolvimento dos mecanismos de dominação e a institucionalização total (GOFFMAN, 2008).

Em relação aos processos de socialização do militar e o arbítrio cultural ocorrido nos estabelecimento de ensino e nos quartéis do Exército (socialização secundária), sugere-se a manutenção e o próprio reforço desse processo, segundo Rosa e Brito (2010), aumentando-se os períodos de internato, com a presença diuturna dos comandantes, principalmente dos sargentos, tenentes e capitães das frações que enquadram o militar, desenvolvendo a dominação carismática.

A necessidade vislumbra-se em face da sociedade pós moderna, que tornou as pessoas mais críticas, ao mesmo tempo em que desconstrói valores. A construção de um novo *habitus* irá transformar o civil em militar por meio de um arbítrio cultural, transmitindo aos novos membros os valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade militar, mantendo a institucionalização do Exército Brasileiro, conforme descrito por Moskos (1977).

Nesse contexto, os recrutas, alunos, cadetes, etc, deverão passar por esse processo até a sua formação, estando em uma posição “inferior” aos demais. No entanto, após a formação, deverão ser colocados em condições de igualdade com os demais militares, para manutenção do *habitus* e desenvolvimento das cadeias de dominação carismática. Outro grande desafio para o Exército Brasileiro é abandonar a cultura escravagista do “soldadinho²⁸”. O soldado deverá ser considerado um sujeito de direito, com os mesmos direitos e garantias individuais que os demais integrantes, visto que, o próprio Estado está materializado na simples presença do soldado.

Com relação ao sistema de vigilância do Exército, campanhas psicológicas podem ser desenvolvidas nos quartéis reforçando os valores institucionais do Exército, reforçando a consciência coletiva (DURKHEIM, 1999). A proposta consiste em pequenos atos, com grande amplitude de atuação, como dar publicidade a atos de honradez ou lealdade de um militar, expor o destaque da aptidão física, nas formaturas falar sobre um atributo, criar uma campanha similar a campanha “valores” da operação Arcanjo V no próprio quartel, etc. O militar deve estar

²⁸ “Soldadinho” é um jargão utilizado nos quartéis do Exército que passa a idéia que o soldado está numa condição de inferioridade em relação aos demais. Conseqüência direta da cultura escravagista da sociedade brasileira, a expressão não leva em conta que no ordenamento jurídico brasileiro a hierarquia e disciplina são exercidas de forma impessoal.

constantemente sendo “bombardeado” com os valores institucionais, desenvolvendo e mantendo a cultura organizacional do Exército, a principal responsável do resultado positivo nos complexos do Alemão e da Penha.

A última reflexão do trabalho envolve o emprego constante do Exército nas operações de pacificação em comunidades carentes. Ainda existe no Exército a cultura da década de 1990, quando as Forças Armadas foram empregadas na segurança pública sem o amparo legal. Diversos oficiais sofreram processos e questionamentos judiciais. Perpetuou-se aversão a esse emprego justificando-o no medo da corrupção do Exército.

No entanto, o estudo considera que a corrupção irá ocorrer não pelo o emprego, mas sim pela a perda da cultura organizacional. Propõem-se, portanto, que não empregando tropas da mesma localidade e fazendo o rodízio a cada 2 ou 3 meses, existe pouca possibilidade da corrupção dos militares. Pelo contrário, o emprego das brigadas nesse tipo de operação reforça o *habitus* militar e principalmente a dominação carismática. Um fator pouco perceptível ocorrido nas operações Arcanjo, mas de fundamental importância para o resultado foi o isolamento do Exército na área de pacificação sob sua autoridade e sob sua cultura organizacional hegemônica (GOFFMAN, 2008).

Como que um processo natural, a legitimidade desenvolvida nas operações Arcanjo tem como consequência a ampliação do interesse na realização desse tipo de operação. Também é natural que outras instituições, voltadas para segurança pública, irão querer participar das operações, tentando desenvolver credibilidade, associando-se a imagem do Exército, enquanto condutor do processo. Entretanto há que se considerar o perigo que o Exército corre, pois ele retira a blindagem da sua cultura organizacional hegemônica descrita por Goffman (2008), ao permitir a convivência diuturna de outras instituições com seus soldados.

É importante refletir que, quando isolou-se, não associando sua imagem aos órgãos de segurança pública, o Exército legitimou-se perante os moradores e até os próprios traficantes, através de uma comunicação não verbal. Caso o Exército associasse sua imagem à negatividade da imagem dos órgãos de segurança

pública, jamais conquistaria a mesma credibilidade perante os moradores e teria tido uma maior reação do tráfico.

Por fim, o emprego do Exército nas operações Arcanjo gerou uma série de ganhos. Primeiramente, ganhou o Exército, que pode utilizar a operação para desenvolver doutrina, capacitar operacionalmente os militares, desenvolver credibilidade social e receber investimentos públicos. Em segundo lugar, ganhou a sociedade carioca, que está sedenta por segurança pública. Finalmente, os mais beneficiados são os moradores das áreas pacificadas, retirados do julgo dos traficantes.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.14, n.37, p.34-46, 1994.

ARAUJO, M. L. A. Operações de amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, n 1, Jan./Mar. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, J. M. **O princípio da cultura organizacional versus a aceitação por imposição do homossexualismo nas forças armadas brasileiras**. 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Distinction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996a.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**: Tradução de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de dezembro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 mar.2014.

BRASIL. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. **Regulamento Disciplinar do Exército.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm>. Acesso em: 16 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3340-9/2005. Relator: Ministro: Gilson Mendes. Brasília, D.F. Diário de Justiça da União, 09 de março de 2007.

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTRO, C. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COSTA, C. Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber. *In: Sociologia – Introdução à ciência da sociedade.* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

CONNIFF, M. **Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1925-1945.** Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 1981.

VAN CREVELD, M. **The Transformation of War.** New York: The Free Press, 1991.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** 1. ed. [1893]. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESPERANCA, V. Favela, Exército e Religião. *In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDO DAS AMÉRICAS. AMÉRICA LATINA: PROCESSOS CIVILIZATÓRIOS E CRISES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO,* 2012. Rio de Janeiro: UERJ/NUCLEAS/FCE/Faculdade de Direito, 2012.

ESPERANÇA, V. **“O foco de todo mal”**: estado, mídia e religião no Complexo do Alemão. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Manual de Comunicação Social do Exército Brasileiro**, 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Manual de Operações Psicológicas do Exército Brasileiro**, 1999.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro**, 2012.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FONTELES, C. Inicial da ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3340. Relator: Ministro Marco Aurélio. Protocolada no Supremo Tribunal Federal em 08.11.2004, atendendo solicitação do Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro Fábio Elizeu Gaspar. Brasília: Fortium Editora, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GUIMARÃES, A. P. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v 14, n. 55, p. 250-278, jul./set. 1953.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOWITZ, M. From Institutional to Occupational: the Need for Conceptual Continuity. **Armed Forces & Society**, v.4, n.1, p. 51-54, nov. 1977.

LIND, W. S. *et. al.* The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, v.73, n.10, p. 2-11, oct. 1989.

MARX, K. **O capital**. 1. ed. [1895]. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Mc LAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 3.461 /MD, de 19 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a publicação "Garantia da Lei e da Ordem". Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 20 de dezembro de 2013.

MONTENEGRO, F. Proteção à Lei e à Ordem: os aspectos jurídicos das Operações Arcanjo. **Revista Diálogo: Fórum das Américas**. United States Southern Command, v 21, n 4, p. 14-19, out. 2011. Disponível em: <<http://www.dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/viewpoint/2011/10/01/feature-pr-03>>. Acesso em: 24 set. 2012.

MOSKOS, C. C. From Institution to Occupation: Trends in Military Organizations. **Armed Forces & Society**, n. 4, n.1, p. 41-50, 1977.

MOSKOS, C. C. Institutional / Occupational Trends in Armed Forces: an Update. **Armed Forces & Society**, v. 12, n. 3, p. 351-376, 1986.

MOSKOS, C.; WOOD, F. **Lo Militar: ¿Más que una Profesión?**, Madrid, Ministério de Defensa.

RIBEIRO, F. C. S. O Regulamento Disciplinar do Exército e o Estado Democrático de Direito, **Revista Jus Vigilantibus**, n 0361, Ano II, 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/36841>>. Acesso em: 20 out. 2013.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. **Corpo e Alma nas organizações: um estudo sobre a dominação e construção dos corpos na organização militar**, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 15 set. 2013.

SAGMACS. Aspectos Humanos da Favela Carioca. **O Estado de São Paulo**, Suplementos Especiais, São Paulo, 13-15 abr. 1960.

SANTOS, E. A.. **O Carisma do Comandante: um estudo das relações pessoais dos militares do Exército Brasileiro sob o enfoque do poder simbólico, dos corpos dóceis e das instituições totais**. 2012. 249 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

SARDENBERG, R. M. Brasil, política multilateral e nações unidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v 19, n 53 jan./abr. 2005.

SCHEIN, E. H. **Cultura organizacional e liderança**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SCHMITT, M. F. **O Emprego dos militares como vetores de comunicação Social na Operação Arcanjo V**. 2012. 44 f. Monografia de Conclusão de Curso de Comunicação Social (Especialização)- Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 2012.

SMITH, R. **The utility of force: the art of war in the modern world**. New York: Random House Digital, 2008.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**. Rio de Janeiro: Ediora FGV, 2005.

VILLAS BOAS, M.; ZUCCARO, R. L. Comunicação Social no Comando Militar do Sudeste. **Comunicação Empresarial**, São Paulo, ano 13, n. 49, p. 10-18, out/dez. 2003.

WACQUANT, L. Habitus. *In* J. Beckert & M. Zafirovski (Eds.). International encyclopedia of economic sociology. London: Routledge, 2005.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 1. ed. [1946]. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 1. ed. [1922]. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

GLOSSÁRIO

- I- **Adestramento** – Termo utilizado no meio militar, que no ambiente das organizações civis equivale aos processos de capacitação e treinamento;
- II **Aferrar-se ao terreno**- Termo utilizado no meio militar, uma gíria, que significa bagunça, desorganização, falta de preparo e planejamento.
- III **“Boca podre”**- jargão militar ou gíria que significa algo ruim ao contrário da “boca boa” que significa algo bom. O militar do Exército classifica as suas missões como “boca podre” e “boca boa”.
- IV **Campo do Ordem e Progresso** - é um campo de futebol que caracteriza a Vila Cruzeiro, por permitir o lazer e concentrar grande quantidade de pessoas nos finais de semana. No Campo do Ordem e Progresso que surgiu o conhecido jogador de futebol Adriano Leite Ribeiro
- V **Consciência Situacional** - *percepção atualizada do ambiente operacional no qual se atuará e no reconhecimento da importância de cada elemento percebido em relação à missão atribuída. Quanto mais acurada a percepção que se tem da realidade do ambiente operacional, melhor a consciência situacional.*
- VI **Exercício da Serra do Medanha**- exercício militar muito desgastante a que eram submetidos os novos soldados pára-quedistas. Possuía objetivo de desenvolver diversos atributos da área afetiva dos militares, sendo realizado na Serra do Medanha. Atualmente o referido exercício militar não é mais realizado na Serra do Medanha por questões ambientais, sendo transferido para outra região. Na cultura do soldado pára-quedista, a alteração do local, enfraquece a formação dos novos soldados, por estarem expostos a um número menor de privações, como o frio, a fome, etc.

- VII **Força de Reação**- Consiste numa força que fica aquartelada e tem por objetivo ser empregado, caso as patrulhas que estão realizando rondas, necessitem ajuda. Consiste em uma espécie de reserva.
- VIII **Guarnição Especial**- guarnição situada em área inóspita, assim considerada, seja por suas condições precárias de vida, seja por sua insalubridade
- IX **Inapto -"I"** refere-se ao conceito Inapto, atribuído a um militar, para exercer alguma função ou atividade.
- X **Interpretação Hermenêutica** - Interpretação num sentido mais amplo, que abrange a interpretação, a aplicação e a integração do Direito. Hermenêutica jurídica vem a ser a teoria científica da arte de interpretar, aplicar e integrar o Direito.
- XI **Microondas**- ritual de morte realizada através da queima da pessoa viva, com o corpo preso em vários pneus de borracha. Método utilizado por traficantes para impor o domínio psicológico sobre os moradores dos complexos do Alemão e da Penha.
- XII **"Mijado"**- Termo utilizado no meio militar, uma gíria, significa que o militar foi repreendido, chamado a .atenção por seu comportamento.
- XIII **Nome de guerra**- nome escolhido pelo militar para ser conhecido e identificado pelos demais integrantes da instituição. Normalmente o nome de guerra é o sobrenome do militar.
- XIV **"Olheiro"**- designa uma função no tráfico de drogas. É o responsável por observar o movimento das pessoas na comunidade carente e dar o aviso de movimentações suspeitas, presença da policia ou aproximação do morador de agentes do Estado.
- XV **"R quero"** - gíria militar que caracteriza a vontade do comandante, sobrepondo-se ao ordenamento jurídico vigente na estrutura da organização. O "R"

significa a abreviação da palavra regulamento, visto que todas as rotinas da organização são reguladas pelos regulamentos.

XVI **Sistema Panóptico**- termo utilizado para designar um centro penitenciário ideal desenhado pelo filósofo Jeremy Bentham em 1785. O conceito do desenho permite a um vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados. O panoptismo corresponde à observação total, é a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Ele é vigiado durante todo o tempo, sem que veja o seu observador, nem que saiba em que momento está a ser vigiado.

XVII **“Soldadinho”**- um jargão utilizado nos quartéis do Exército que passa a idéia que o soldado está numa condição de inferioridade em relação aos demais. Conseqüência direta da cultura escravagista da sociedade brasileira, a expressão não leva em conta que no ordenamento jurídico brasileiro a hierarquia e disciplina são exercidas de forma impessoal.

XVIII **Spot**- fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista (duas ou mais vozes), com ou sem efeitos sonoros e música de fundo

XIX **Urutu**- Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), que foi fabricada pela ENGESA S.A. Sua blindagem protege a guarnição contra tiros diretos de armamentos até o calibre 7,62 mm.

XX **Zaralho**- termo utilizado no meio militar, uma gíria, que significa bagunça, desorganização, falta de preparo e planejamento.